



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

DELIBERAÇÃO Nº 44, DE 13 DE MAIO DE 2013

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista a decisão tomada em sua 266ª Reunião Extraordinária, realizada em 13 de maio de 2013, e o que consta do processo nº 23083.009805/2011-11,

R E S O L V E:

Aprovar a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Direito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, *campus* Seropédica, conforme descrito no anexo desta deliberação.

ANA MARIA DANTAS SOARES
Presidente



ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 44, DE 13 DE MAIO DE 2013

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO CAMPUS SEROPÉDICA

1. PERFIL DO CURSO

A UFRRJ possui o seu *campus* principal localizado em uma região bastante peculiar na geografia do Estado do Rio de Janeiro, situado aproximadamente a 75 km da Capital do Estado.

Situada em terras que formaram no passado colonial a antiga Fazenda Jesuítica, e que tem alguns de seus prédios principais tombados, o perímetro da Universidade compreende uma vasta área de Seropédica, município da região metropolitana do Rio de Janeiro, localizado na Baixada Fluminense, que faz fronteira com os municípios de Itaguaí, Paracambi, Japeri, Queimados e Nova Iguaçu.

O município, criado em 1995 a partir de desmembramento de Itaguaí, tem pouco mais de 78000 habitantes, a grande maioria em área urbana; taxa de analfabetismo por volta de 7%; PIB *per capita* de R\$ 566.385,00 representando 0,24% do PIB da Região Metropolitana; IDH 0,759, classificado como um índice de médio desenvolvimento humano, ocupando a 47ª posição no critério do IDH estadual (dados do SEBRAE a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE).

Nos últimos anos, tem havido investimentos na modernização do porto de Itaguaí (antigo Porto de Sepetiba), na Indústria Naval, em Energia Nuclear, na construção de indústrias siderúrgicas, como previsto para os próximos anos em Itaguaí e Santa Cruz, no pólo petroquímico localizado no município de Duque de Caxias, na modernização das estradas que atravessam a região a partir da construção do Anel Rodoviário Arco Metropolitano, que ligará o recôncavo da Guanabara ao porto de Itaguaí, articulando a região onde será construído o maior Complexo Petroquímico do Estado, o COMPERJ, em Itaboraí. Acrescente-se ainda o crescimento significativo do setor de serviços, dentre outros investimentos públicos e privados, que evidenciam novo cenário para as regiões vizinhas à UFRRJ. Entretanto, observemos que em todas essas regiões são constatados as menores taxas do índice de desenvolvimento humano (IDH) do Estado, sendo gravíssimos os problemas, sobretudo pela falta dos serviços de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação de qualidade e segurança pública.

E, notemos que todo esse processo tem causado um extraordinário impacto. O primeiro fator que assinala essa mudança é a crescente e a intensa urbanização da periferia da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a ponto de nenhum município dessa área ser considerado rural pelo IBGE. Recordemos que durante boa parte do século passado esse processo ocorreu em localidades constituídas por bairros e municípios dormitórios, os quais

viviam permanentemente o movimento diário dos caminhos entre a casa e o trabalho. Essa posição de periferia em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser ainda uma realidade, apresenta, hoje, demandas notadamente novas, fruto do processo de acelerada e desordenada urbanização. Assim, as crescentes necessidades por serviços públicos básicos e por educação de qualidade são os principais pontos de uma agenda social para essas regiões. O panorama desse diagnóstico geral no setor educacional é a carência de professores e profissionais bem qualificados em diversas áreas. A procura pelo Ensino Superior é, sem dúvida, parte importante desse compromisso de melhoria da qualidade de vida da população que habita a região.

Excluindo-se a cidade do Rio de Janeiro, nas cidades limítrofes e vizinhas há carência de faculdades que se dediquem ao ensino do Direito. Cidades como Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Paracambi, São João de Meriti, Nilópolis, Magé, ou seja, toda a baixada fluminense, além das cidades de todo o Vale do Paraíba, no Sul Fluminense, formam um conjunto populacional expressivo, que, no entanto, não possuem qualquer faculdade de Direito mantida pelo Governo. Podemos dizer que a UFRRJ atualmente é a principal possibilidade de oferta de ensino superior público para regiões como a Baixada Fluminense, Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, Costa Verde, Sul Fluminense e parte significativa da Região Serrana.

Esse quadro tornava praticamente inexecutável o exercício de direitos, tornando a cidadania frágil. O fortalecimento da cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito decorre da qualidade do indivíduo se perceber como sujeito de direitos e da possibilidade de sua efetiva participação no jogo democrático. Com efeito, estávamos seguros que a criação da Faculdade de Direito viria contribuir para fortalecer a cidadania, sobretudo no que diz respeito ao exercício de direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido, a implantação da Faculdade de Direito representa um extraordinário avanço social em termos de realização do ensino superior público, correspondendo à meta do Governo de melhoria das condições de vida da população, até porque a UFRRJ pode manter – o que tem feito – o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) com alunos dos últimos períodos do curso de Direito, orientados pelos respectivos professores, sob a supervisão da Ordem dos Advogados do Brasil, para atendimento da comunidade carente da região, implementando o acesso à justiça da população.

Saliente-se, ainda, que o incremento das atividades do Porto de Itaguaí e o funcionamento do Arco Metropolitano, ligando aquele porto a Itaboraí, acarretará, com certeza, o crescimento da densidade populacional da região, aumentando, desta forma, a necessidade de profissionais de todas as áreas sociais, inclusive operadores de Direito.

Todas essas considerações ressaltam a importância do curso de Direito a serviço da comunidade existente no entorno de nossa Universidade.

E assim, nos cabe agora salientar que, especificamente no que se refere ao *campus* de Seropédica, a implementação da Faculdade de Direito tem, de fato, ajudado a fortalecer o exercício da cidadania, amparando a população carente através da disponibilização do serviço de assessoria jurídica oferecido pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) - em suas áreas cível, criminal, trabalhista. Os funcionários da Universidade também são atendidos pelo NPJ e está em desenvolvimento um projeto de extensão que atenderá juridicamente comunidades do entorno nas áreas fundiária-ambiental, o que se coaduna com a ênfase do curso na área do Direito Ambiental.

Além disso, os discentes têm feito estágio em diversos órgãos públicos do entorno da UFRRJ (Itaguaí, Seropédica e zona oeste do Rio de Janeiro, em bairros como Campo Grande, Santa Cruz, Bangu), como sedes dos Tribunais de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, que tinham carência desse tipo de mão-de-obra, dinamizando a prestação jurisdicional do Estado, além de qualificá-la.

2. ATIVIDADES DO CURSO

A qualidade é a principal característica que distingue os Cursos Superiores oferecidos pela UFRRJ, que detém, historicamente, sua origem e reconhecimento principalmente nas Ciências Agrárias, em cursos como Agronomia, Zootecnia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Engenharia da Agrimensura, entre diversos outros da mesma natureza.

Nesse sentido, compreendendo que a interdisciplinaridade é uma das formas de produção de conhecimento do século XXI, e privilegiada pela Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, que dispõe sobre características desejadas para o discente do curso de Direito; bem como adotando a ideia de que o curso deve somar as especificidades jurídicas ao conhecimento produzido e acumulado na instituição, fazendo com que docentes e discentes de diversas áreas dialoguem, é que se manteve a ênfase em disciplinas de Direito Ambiental, conforme proposto no PPC original (2009).

Essa ênfase, contudo, em nada prejudica a produção específica do conhecimento estritamente jurídico, como se percebe pela nova matriz curricular, apenas criando a possibilidade de uma formação dialógica.

No caso específico do aluno de Direito, ele vem contando com atividades práticas, atividades de pesquisa e de extensão, e também atividades complementares, todas com objetivo de favorecer a formação do conhecimento humanista comprometido com a realidade social.

Desta forma, a Faculdade de Direito vem fortalecendo a interdisciplinaridade na UFRRJ de Seropédica, de vez que, gradativamente, tem aumentado sua participação nos demais cursos ministrados na instituição, sobretudo qualitativamente.

Além disso, por haver essa opção pela ênfase em Direito Ambiental e por aderir ao conhecimento interdisciplinar, tem realizado pesquisas e outras atividades acadêmicas com participação de discentes de outros cursos, tanto quanto seus discentes se inserem em núcleos e projetos interdisciplinares.

Assim, podemos destacar as seguintes pesquisas:

Título da Pesquisa	Professor Responsável	Quantidade de alunos envolvidos	Ano de Realização	Com apoio?	Publicação?
“A Formação do Pensamento Jurídico Moderno”	Daniel Nunes Pêcego	2	2010 até o presente momento		

"Homossexualidade e Direito: reflexões a partir de demandas judiciais".	Luciane da Costa Moás	2	2011 a 2013	APQ1 Faperj E PIBIC/UFRRJ	1.XXXI Congresso Nacional do CONPEDI; 2.XXII Jornada de Iniciação Científica da UFRRJ
“As relações interpessoais no Direito Civil: a adequação do Direito aos novos paradigmas sociais”	Luciane da Costa Moás (coord) e Erica de Aquino Paes (part)	1	2013 (iniciando)		
“Identificando os problemas ambientais da Baixada Fluminense a partir das demandas ao Ministério Público”	Tatiana Cotta Gonçalves Pereira	3	2011 a 2012	PROIC/UFRRJ	1.17º Congresso de Estudantes de Direito Ambiental
Ação Penal e Metodologia do Sistema Jurídico-Penal	José Danilo Lobato (coord) e Rodrigo Lima (part)	5	2010 até o presente momento		
Abordagem Institucionalista do Ativismo Judicial do STF	Fernando Bentes	6	2012 até o presente momento		

Extensão:

Título	Professor Responsável	Quantidade de alunos envolvidos	Ano de Realização	Com apoio?	Publicação?
Assessoria Jurídica ao Assentamento Rural Roseli Nunes através do Núcleo	Tatiana Cotta Gonçalves Pereira (part)	1			1.XXXI Congresso Nacional do CONPEDI

Interdisciplinar de Agroecologia (NIA)					
--	--	--	--	--	--

3. PERFIL DO EGRESSO

Dentro da expectativa da missão e objetivos do Curso de Direito da UFRRJ em Seropédica, considerando Portarias, Resoluções e Diretrizes Curriculares do MEC, bem como as recomendações da Comissão de Ensino Jurídico da OAB, o perfil desejado do bacharel seguirá as seguintes características, expressas no art. 3º, da Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004 do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior:

“O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania”.

Assim, o graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro deve receber em sua formação um mínimo de habilidades e competências, consideradas a realidade concreta de seu campo de atuação e as diversas possibilidades de sua inserção num mundo de trabalho que, em razão da globalização, da crise ambiental e da elevada competitividade, vem requerer conhecimentos e capacidade de aplicação destes, de forma cada vez mais rigorosa.

Contudo, como o egresso que a UFRRJ visa a formar não é apenas detentor de conhecimentos técnicos especializados, mas também alguém que recebeu sólida formação humanista e, portanto, pode e deve agregar valor no exercício da cidadania e da responsabilidade social, ele deve ser capaz de exercer a crítica em sua atuação cotidiana, seja na esfera profissional, seja na esfera da cidadania, estando apto a avaliar e auto avaliar desempenhos, processos e resultados.

Portanto, tomando por base as diretrizes acima transcritas, esquematicamente o perfil desejado do bacharel reúne as seguintes características:

- Formação teórica combinada com a prática em torno da compreensão do direito como fato social, nem sempre positivado na lei estatal;
- Autonomia intelectual que o capacite a desenvolver uma visão histórico-social necessária ao exercício de sua profissão como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
- Capacidade de percepção crítica dos fatos sociais em geral, e jurídicos em particular;
- Capacidade de produzir interpretação criativa das leis em face da diversidade das situações concretas;
- Senso ético, responsabilidade e solidariedade em face do direito instituído, e mesmo do não-instituído, a partir das demandas sociais;

- Capacidade para trabalhar as formas não judiciais de encaminhamento de problemas jurídicos, tais como aconselhamento, formas de prevenção e de solução de conflitos;
- Capacidade para entender o contexto social em que atua, e dentro do mesmo, seu papel social, o papel do direito e de sua atividade profissional;
- Consciência de que a formação, seja em que área for, é um processo continuado, que exige atualização e aperfeiçoamento permanentes;
- Possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias;
- Capacidade para compreender as necessidades dos grupos sociais e das comunidades com relação a problemas socioeconômicos, culturais, políticos e organizativos, de forma a prestar-lhes assessoria, utilizando racionalmente os recursos disponíveis, além de preocupar-se em conservar o equilíbrio do ambiente;
- Sólida formação geral, humanista e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica;
- Adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliadas à capacidade reflexiva e à uma postura ativa e crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica indispensável ao exercício do Direito, da busca pela justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Como complemento desse perfil, pretende-se que o bacharel adquira as habilidades e competências derivadas da formação diferenciada do curso, quais sejam:

- Usar a linguagem com desenvoltura e propriedade, em especial as expressões jurídicas, habilitando-se à adequada atuação técnico-jurídica nas várias arenas em que utilize o conhecimento jurídico;
- Contextualizar, interpretar e compreender os textos legais, jurisprudenciais e de doutrina jurídica;
- Pesquisar e utilizar referências teóricas de outras áreas do conhecimento sempre que reputar necessário, uma vez que um caso jurídico é antes de tudo um problema social que envolve, ou pode envolver, saberes de outras ciências;
- Aprender os mecanismos de raciocínio jurídico, habilitando-se ao exercício da ponderação, da argumentação e da fundamentação adequada, lembrando sempre que o Direito é construído através de um discurso baseado em princípios e valores sociais e éticos;
- Decidir com prudência, senso de justiça e de oportunidade, embasado numa apreciação crítica das variáveis incidentes sobre o caso;
- Estabelecer relações solidárias, cooperativas e coletivas;
- Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito;
- Ter adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização dos processos, atos e procedimentos;
- Utilizar com correção a terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilizar-se de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

- Dominar as tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- Desenvolver o hábito da leitura crítica e conhecer sua realidade social, para utilizar o Direito como meio de transformação social, lutando por melhorá-la;

Desta forma, acredita-se que, em linhas gerais, o currículo proposto para o curso de graduação em Direito da UFRRJ, revele o perfil do egresso, marcado pela aquisição das habilidades e competências acima relacionadas, que serão o resultado de uma formação generalista, pois assim exige o próprio exercício profissional. Tal formação, contudo, não é superficial, pois envolve uma carga horária densa e adequada para a formação de um profissional responsável e com conhecimento. Ressalte-se, aliás, que esta realidade se apresenta muito clara na primeira fase do exame de Ordem que exige conhecimentos de todas as disciplinas.

Importante ressaltar, por fim, que o profissional que será formado deve ter como resultante das habilidades adquiridas, a capacidade para o enfrentamento dos novos desafios encontrados no mundo e na sociedade brasileira. Por isso, observando a realidade atual, que coloca a crise dos recursos naturais como a crise do século XXI, o conhecimento acumulado por diversos cursos de outras áreas no *campus* de Seropédica, a produção interdisciplinar do conhecimento, as demandas de mercado e seguindo a evidente tendência de crescimento da região onde está situada a sede da UFRRJ, a Faculdade de Direito da UFRRJ em Seropédica estabelece uma ênfase na área do Direito Ambiental, a partir do oferecimento de 4 (quatro) disciplinas específicas que conjugam 30 (trinta) horas de aula teórica e 15 (quinze) horas de pesquisa e prática. As disciplinas serão oferecidas no último ano do curso, quando o corpo discente já terá maturidade acadêmica para compreender esse ramo do Direito – que exige conhecimento de diversas outras áreas – e, ao mesmo tempo, maior capacidade de compreensão e crítica acerca da realidade e do papel social do Direito.

Assim, se privilegia a produção do conhecimento em suas vertentes teórica e empírica, posto que teoria e prática se retroalimentam, estabelecendo um diálogo em que ambas se transformam e o aluno é quem ganha com isso. A formação do discente do curso de Direito da UFRRJ de Seropédica, portanto, privilegia, além do conhecimento exposto em sala de aula, a pesquisa, a extensão, a assessoria jurídica, enfim, o retorno do saber jurídico produzido à comunidade.

4. FORMA DE ACESSO AO CURSO

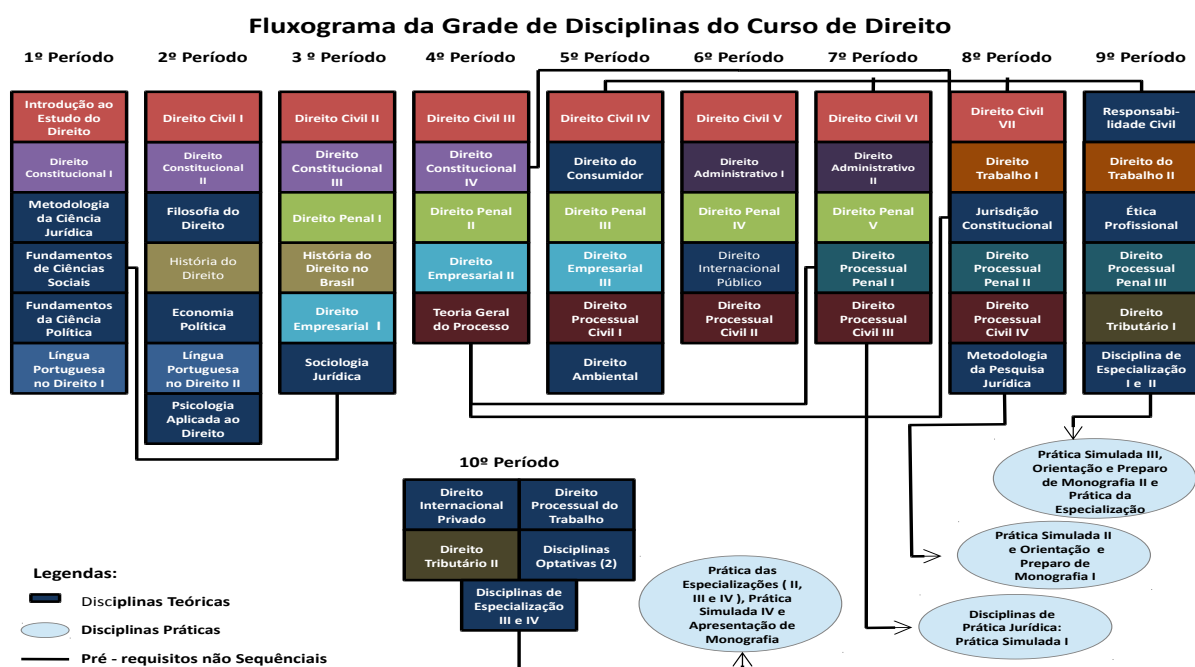
A UFRRJ aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) como forma de acesso aos seus cursos, cujo principal método de avaliação é o ENEM. Desta forma, o curso de Direito de Seropédica, que tem uma entrada por ano, oferece 45 vagas por ano através desse sistema.

É importante ressaltar que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão deliberativo superior da UFRRJ para todas as questões relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, aderiu, já para 2013.1 (semestre que se iniciará em junho de 2013) ao sistema de cotas estatuído pela Lei 12.711/12. Assim, 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas pela UFRRJ em seus cursos de graduação obedecerão aos critérios estabelecidos pela legislação federal referida.

Outra forma de ingresso se faz através de transferência externa, transferência interna, reingresso e reopção. Essas vagas são definidas a partir do número de vagas ociosas no curso, levantado pela Pro Reitoria de Graduação, e veiculadas através de edital publicado no sítio da Universidade. Cumpre ressaltar que o oferecimento se faz uma vez ao ano, no primeiro semestre letivo, juntamente com a entrada dos calouros.

A procura pelo curso de Direito tem sido grande, quando não a maior de toda a Instituição, tanto através do SISU quanto por esse edital que visa preencher eventuais vagas ociosas. Isso demonstra o acerto na abertura do mesmo.

5. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO



6. MATRIZ CURRICULAR

1º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH179	Direito Constitucional I	(4-0)	60	
IH912	Fundamentos da Ciência Política	(4-0)	60	
IH913	Fundamentos das Ciências Sociais	(4-0)	60	
IH914	Língua Portuguesa no Direito I	(2-0)	30	
TH703	Introdução ao Estudo do Direito	(4-0)	60	
TH704	Metodologia da Ciência Jurídica	(2-0)	30	
	Total	20	300	

2º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IE215	Psicologia Aplicada ao Direito	(2-0)	30	
IH192	Direito Civil I	(4-0)	60	Introd. Est. Direito
IH193	Direito Constitucional II	(4-0)	60	Constitucional I
IH299	Economia Política	(2-0)	30	
IH966	Filosofia do Direito	(4-0)	60	
IH967	Língua Portuguesa no Direito II	(2-0)	30	Língua Port. I
TH550	História do Direito	(2-0)	30	
	Total	20	300	

3º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH196	Direito Civil II	(4-0)	60	Civil I
IH198	Direito Constitucional III	(4-0)	60	Constitucional II
IH601	Direito Penal I	(4-0)	60	
IH605	Direito Empresarial I	(4-0)	60	
IH968	Sociologia Jurídica	(2-0)	30	Fund. Ciên. Sociais
TH551	História do Direito no Brasil	(2-0)	30	
	Total	20	300	

4º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH604	Direito Constitucional IV	(4-0)	60	Constitucional III
IH606	Direito Penal II	(4-0)	60	Penal I
IH607	Teoria Geral do Processo – TGP	(4-0)	60	
IH609	Direito Empresarial II	(4-0)	60	Empresarial I
TH707	Direito Civil III	(4-0)	60	Civil II
	Total	20	300	

5º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH197	Direito do Consumidor	(2-0)	30	
IH611	Direito Penal III	(4-0)	60	Penal II
IH612	Direito Processual Civil I	(4-0)	60	TGP
IH616	Direito Empresarial III	(4-0)	60	Empresarial II
TH708	Direito Civil IV	(4-0)	60	Civil III
TH713	Direito Ambiental	(2-0)	30	
	Total	20	300	

6º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH614	Direito Administrativo I	(4-0)	60	
IH617	Direito Penal IV	(4-0)	60	Penal III
IH618	Direito Processual Civil II	(4-0)	60	Proc. Civil I
IH634	Direito Internacional Público	(4-0)	60	Constitucional I e Ciência Política
TH709	Direito Civil V	(4-0)	60	Civil IV
	Total	20	300	

7º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH619	Direito Administrativo II	(4-0)	60	Administrativo I
IH621	Direito Processual Civil III	(4-0)	60	Proc. Civil II
IH622	Direito Processual Penal I	(4-0)	60	
TH705	Direito Penal V	(4-0)	60	Penal IV
TH710	Direito Civil VI	(4-0)	60	Civil V
	Total	20	300	

8º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH625	Direito do Trabalho I	(4-0)	60	
IH626	Direito Processual Penal II	(4-0)	60	Proc. Penal I
IH628	Metodologia da Pesquisa Jurídica	(2-0)	30	
TH706	Jurisdição Constitucional	(2-0)	30	
TH711	Direito Civil VII	(4-0)	60	Civil VI
TH712	Direito Processual Civil IV	(4-0)	60	Proc. Civil III
	Total	20	300	

9º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH613	Responsabilidade Civil	(2-0)	30	
IH623	Direito Tributário I	(4-0)	60	
IH629	Ética Profissional (Deontologia Jurídica)	(2-0)	30	
IH630	Direito do Trabalho II	(4-0)	60	Trabalho I
IH633	Direito Processual Penal III	(4-0)	60	Proc. Penal II
TH716	Ética Ecológica (Disc. de Esp. 1)	(2-0)	30	
	Processo e Jurisprudência Ambiental (Disc. de Esp. 2)	(2-0)	30	
	Total	20	300	

10º Período

Código	Disciplina	Créditos (T-P)	Carga Horária	Pré-requisitos
IH627	Direito Tributário II	(4-0)	60	Tributário I
IH636	Direito Processual do Trabalho	(4-0)	60	
IH654	Direito Internacional Privado	(2-0)	30	
	Políticas Ambientais Setoriais (Disc. de Esp. 3)	(2-0)	30	
	Direito Fundiário (Disc. de Esp. 4)	(2-0)	30	
	Disciplina Optativa	(2-0)	30	
	Disciplina Optativa	(2-0)	30	
	Total	18	270	

Total da carga horária da Matriz Curricular	2970
Total de Atividades Acadêmicas de Prática (Del CEPE nº. 126 de 26-12-2005)	510
Atividades Acadêmicas Complementares	250
Carga Horária Total do Curso	3730

7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Regimento Interno da UFRRJ e a Deliberação 30/08 definem que os discentes devem se submeter a, no mínimo, duas avaliações durante o período letivo, com atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo aprovado se obtiver média 5,0 (cinco), além de ter frequentado, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas.

Os docentes da Faculdade de Direito seguem a norma estabelecida, tendo, a partir dela, liberdade de cátedra. Ou seja, detêm a liberdade tanto na quantidade de avaliações, quanto às suas formas. É certo, contudo, que pela *práxis* típica das Faculdades de Direito, a tendência é que a maioria das avaliações se dê através de prova escrita, constando questões de múltipla escolha e discursivas, com consulta à legislação aplicável.

As disciplinas da ênfase em Direito Ambiental possuem, correlacionadas a cada uma delas, uma disciplina de *Pesquisa e Prática*. Tais disciplinas propõem como resultado um trabalho que demonstre aprofundamento em algum ponto específico do programa, seja através de pesquisa (teórica, doutrinária, jurisprudencial, empírica), seja através de prática (oferecimento e acompanhamento de ações através do NPJ ou outro órgão indicado pelo professor que ministra a disciplina). Portanto, adotam um sistema de avaliação próprio, pois pode ter apenas uma avaliação nas aulas teóricas, somando-se a essa a avaliação do trabalho produzido em Pesquisa e Prática.

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O curso foi inicialmente avaliado através do seu Projeto Pedagógico em março de 2010, quando recebeu visita de representantes do MEC para autorizá-lo. No início de 2011, nas reuniões do Colegiado, o corpo docente começou a propor mudanças na matriz curricular. O grupo de professores percebeu a necessidade de modificá-la, atualizando-a, além de adequá-la aos conhecimentos dos docentes efetivos, sempre respeitando as orientações do MEC e da OAB.

Desta forma, foram realizadas duas reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE), e diversas reuniões entre os professores do curso, dividindo-os por área (professores de Direito Público, de Direito Privado e das disciplinas Propedêuticas), a fim de que o *campus* de Seropédica tivesse uma proposta de nova matriz curricular, o que incluía também a oferta da prática jurídica através do NPJ.

As mudanças foram definidas entre os três *campi*, mediadas pela Pro Reitoria de Graduação, que estabeleceu a necessidade de se manter um currículo comum até o 6º período, a fim de não dificultar transferência de alunos *intercampi*. Assim, foram feitas reuniões entre os coordenadores dos cursos, sendo certo que, em Seropédica, todos os professores contribuíram na formulação da nova matriz, bem como na elaboração das novas ementas e conteúdos programáticos.

A partir da aprovação das disciplinas comuns, o curso de Direito de Seropédica convocou os alunos para um “Fórum de Discussão do PPC”, que aconteceu no dia 07 de novembro de 2011. Nesse momento foram apresentadas as mudanças acordadas, e debatida a questão da ênfase em Direito Ambiental e de Direito Empresarial (que constava no PPC original). Além disso, contamos com a presença de um convidado externo, da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/RJ, Gustavo Proença da S. Mendonça, que palestrou sobre o perfil desejado para um operador do Direito no século XXI. Naquele momento os alunos assinaram um termo de adesão à nova grade, e foi demonstrado como seria a transição para as turmas existentes.

Somente para ilustrar as modificações, entendemos que disciplinas como Direito Penal Militar e Direito Romano, embora relevantes, ao constarem como obrigatórias, acabavam por impedir o oferecimento de outras mais importantes e atuais. O caso mais notório se referia à disciplina Direito Civil III, que detinha em seu conteúdo tanto a Teoria Geral dos Contratos quanto Contratos em Espécie. Os professores da área alertavam a impossibilidade de cumprir todo o programa e a carência de uma boa formação que os alunos ficariam em matéria substancial para o exercício da profissão. Essa ideia seguia a própria doutrina civilista, quanto à formação dos docentes, oriundos de cursos em que essa divisão ocorria. Assim, o antigo

Direito Civil III transformou-se em Direito Civil III (Teoria Geral dos Contratos) e Direito Civil IV (Contratos em Espécie).

Foram criadas as seguintes disciplinas obrigatórias, com os créditos e períodos respectivos:

Direito Civil VII (4 créditos – 8º período)
Jurisdição Constitucional (2 créditos – 8º período)
Direito Penal V (4 créditos – 7º período)
Direito Processual Civil IV (4 créditos – 8º período)
Metodologia da Ciência Jurídica (2 créditos – 1º período)
Direito Internacional Privado (2 créditos – 10º período)

As seguintes disciplinas obrigatórias foram convertidas em disciplinas optativas, todas de 2 créditos:

Direito Romano
Direito Penal Militar
Direito Processual Penal Militar
Direito Eleitoral
Direito Financeiro
Introdução ao Estudo do Direito Civil (fundiu-se à Introdução ao Estudo do Direito, que passou a ter 4 créditos)
Introdução ao Estudo do Direito II

Foram feitas as seguintes realocações:

Economia Política - do 3º período para o 2º
Direito Empresarial I - do 4º período para o 3º
II - do 5º período para o 4º
III - do 6º período para o 5º
Direito Internacional Público - do 10º período para o 6º
Ética Profissional - do 8º período para o 10º
Direito Ambiental - do 8º período para o 5º
Direito do Consumidor - do 3º período para o 5º
Responsabilidade Civil - do 5º período para o 9º

Direito Tributário I - do 7º período para o 9º

II - do 8º período para o 10º

Na esfera das disciplinas práticas ocorreu deslocamento da disciplina “Prática Simulada I” do 6º para o 7º período, e, assim, sucessivamente, as disciplinas Prática Simulada II, III e IV passaram do 7º, 8º e 9º períodos para os 8º, 9º e 10º períodos respectivamente. Nesse sentido, houve fusão da Prática Administrativa e Empresarial em uma única disciplina (Prática Simulada IV).

Além de todas essas mudanças, abriu-se espaço para que duas disciplinas optativas entrassem como disciplinas obrigatórias no 10º período. Logo, alguns professores propuseram novas disciplinas optativas, que vêm sendo regularmente oferecidas no turno da tarde, para aqueles que podem adiantar sua formação. Também se compreendeu a necessidade, em função do número reduzido de docentes, que a oferta das disciplinas do 9º e 10º períodos poderiam alterar-se entre si.

E, através de muito debate em reuniões de Colegiado de Curso, sendo certo ainda que o próprio Diretório Acadêmico fez suas reuniões, ficou decidido, por maioria, a ênfase apenas em Direito Ambiental, com quatro disciplinas específicas, com horas teóricas e práticas (estas também foram reduzidas de 60 para 30 horas). Tal decisão observa as possibilidades do corpo docente atual e do perfil do *campus* Seropédica, conforme já explicitado.

Todas essas modificações serão agora apresentadas ao NDE e ao corpo discente através de novas reuniões.

9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Regimento do TCC (anexo IV) foi recentemente alterado, pois os alunos chegaram ao 8º período, quando a disciplina Orientação e Preparo de Monografia I foi oferecida e muitas dúvidas surgiram. Assim, em reunião de Colegiado de Curso foi tirada uma Comissão para rever o Regimento, que inseriu diversas modificações e que já foi aprovado. Também foi definido o “produto” das disciplinas de Orientação e Preparo de Monografia I e II, conforme explicitado no conteúdo programático das mesmas.

10. ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio da OAB (Lei nº 8.906/94) e seu Regulamento Geral contemplam o “Estágio Profissional” ou “extracurricular” como necessário para o exercício da Advocacia e a Portaria Ministerial (MEC) nº 1.886/94 instituiu o “Estágio Curricular”, de caráter acadêmico, como atividade integrante obrigatória do Curso de Bacharelado em Direito.

Portanto, visando a atender a Lei 8906/94 que disciplina o Estágio profissional de advocacia, de caráter extracurricular, foi instituído pela Faculdade de Direito de Seropédica – UFRRJ, convênio com a OAB que também se estende aos órgãos públicos ou escritórios já conveniados com a Universidade ou com a própria OAB.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Além disso, a Faculdade de Direito de Seropédica – UFRRJ oferece aos seus alunos um Núcleo de Prática Jurídica, órgão responsável pela supervisão e funcionamento das atividades do Estágio Supervisionado, dotado de estrutura organizada e instalações adequadas ao desenvolvimento de atividades eminentemente práticas. As atividades de estágio supervisionado, integrante do currículo pleno, conforme já demonstrado na matriz curricular, e instituído pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica, visam proporcionar aos alunos do 4º e 5º anos treinamento profissional, incluindo a elaboração de peças processuais e profissionais, atuação em audiências, prestação de serviços jurídicos à comunidade carente, visitas a cartórios e demais órgãos da Justiça.

O Núcleo de Prática Jurídica da UFRRJ do *campus* Seropédica é também um espaço destinado às aulas de Prática Simulada visando a cumprir o disposto na Portaria Ministerial (MEC) nº 1.886/94 que instituiu o “Estágio Curricular”, de caráter acadêmico, como atividade integrante obrigatória do Curso de Bacharelado em Direito.

A prática no NPJ se desenvolve em cinco eixos: Cível, Penal, Trabalhista, Administrativo e Empresarial, sendo possível, ainda, que a temática ambiental, em qualquer dessas vertentes, também se materialize, uma vez que a ênfase em Direito Ambiental tem também viés prático.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

ANEXOS

ANEXO I:
EMENTAS DAS DISCIPLINAS

1.1. Disciplinas Obrigatórias:

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	---

<p>CÓDIGO: TH 703</p> <p>CRÉDITOS: 04 (4T-0P)</p>	<p>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I</p> <p>Cada Crédito Corresponde à 15h/aula</p>
--	---

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p> <p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>
--

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Gerais:

Permitir ao aluno entrar em contato com os conceitos básicos do direito.

Específicos:

A Introdução ao Estudo do Direito tem o objetivo de propiciar ao aluno iniciante no curso de direito as primeiras noções acerca do direito e seus fundamentos. Trata-se de disciplina de caráter propedêutico e enciclopédico. Tem assim o propósito de oferecer a base do conhecimento jurídico para que se possa estar em condições de apreender os demais conteúdos ao longo do curso.

EMENTA:

O que é Introdução ao Estudo do Direito; Norma Jurídica; Integração e Interpretação da Norma Jurídica; Direitos Subjetivos; A Pessoa Natural; A Pessoa Jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – O que é Introdução ao Estudo do Direito.

1.1. Natureza da disciplina: objeto e método. Relações com a Filosofia do Direito e com a Metodologia do Direito.

1.2. O que é o Direito. Relações com a noção fundamental de justiça. Duas posições antagônicas: Direito como objeto da justiça e coisa devida a alguém (Realismo Jurídico Clássico) ou Direito como faculdade (Subjetivismo).

1.3. O problema de uma fundamentação metapositiva do Direito como tema de fundo de uma Introdução ao Estudo do Direito.

1.4. Direito natural e Direito Positivo: diferenças e relações necessárias.

1.5. Direito e moral.

II – Norma Jurídica.

- 2.1. Aspectos gerais e etimológicos.
- 2.2. Definição, funções e natureza da norma jurídica.
- 2.3. A função da razão e da vontade para a formação da Norma Jurídica. O problema da norma irracional e da norma injusta.
- 2.4. Espécies: lei; norma singular; costume; pacto; sentença judicial; atos jurídicos de iniciativa privada.
- 2.5. Técnica de elaboração da norma jurídica positiva segundo o Ordenamento Jurídico positivo brasileiro.
- 2.6. O processo legislativo: iniciativa, discussão, deliberação, sanção, promulgação e publicação.
- 2.7. A vigência da lei. A *vacatio legis*.
- 2.8. A cessação da vigência da norma: caducidade, desuso, costume negativo, revogação: ab-rogação, derrogação, repristinação.
- 2.9. A garantia da eficácia da norma jurídica.
- 2.10. A irretroatividade da lei: Ato jurídico perfeito; Direito adquirido e Coisa julgada: Critérios de aplicação do princípio da irretroatividade. Retroatividade benigna.

III – Integração e Interpretação da Norma Jurídica.

- 3.1. A integração e as lacunas da lei.
- 3.2. O suprimento das lacunas da lei segundo a LINDB: analogia, costume, princípios gerais de direito e equidade. Crítica ao formalismo da LINDB.
- 3.3. A interpretação da norma jurídica: conceito, funções e necessidade.
- 3.4. Técnicas interpretativas.
- 3.5. Teorias interpretativas.

IV – Direitos Subjetivos.

- 4.1. Definição, teorias sobre a temática e críticas.
- 4.2. Elementos dos Direitos Subjetivos: Sujeito do direito; objeto do direito; relação jurídica; a proteção jurídica (sanção, coação e coerção; direito de ação).
- 4.3. Classificação dos Direitos Subjetivos.

V – A Pessoa Natural.

- 5.1. Noção filosófica de pessoa.
- 5.2. Conceito.
- 5.3. Capacidade.
- 5.4. Começo e fim da personalidade.

VI – A Pessoa Jurídica.

- 6.1. Conceito.
- 6.2. Classificações.
- 6.3. Capacidade.
- 6.4. Começo e fim da personalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ASCENSÃO, José de Oliveira. O Direito: Introdução e Teoria Geral. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.
- MONTORO, André Franco. Introdução ao estudo do Direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

HERVADA, Javier. O que é o direito? A moderna resposta do realismo jurídico. São Paulo: Martins Fontes, 200 .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro. Forense, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 179

DIREITO CONSTITUCIONAL I

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Introduzir o discente no universo do direito, fornecendo-lhe os elementos básicos para o alcance da profundidade temática a ser desenvolvida, especialmente no que diz respeito à questão do Estado, seu papel em sua relação de poder com o cidadão.

Específicos:

- Preparar para estudos mais profundos do Direito Constitucional.
- Apresentar a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais
- Conferir aos estudos foco no contexto brasileiro.

EMENTA:

Aspectos Gerais do Direito Constitucional. A Teoria Geral do Estado. Regimes Políticos. Partidos Políticos. Formas de Estado. Formas de Governo. Teoria Geral dos Direitos Humanos Fundamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Conceito de Estado, de governo e de sociedade.**
- 2. O poder do Estado e outros poderes sociais.**
- 3. Formação histórica do Estado Contemporâneo.**
- 4. O papel do Direito e da lei no Estado Contemporâneo.**
- 5. Elementos constitutivos do Estado.**

6. Mudanças do Estado por reforma, golpe e revolução.

7. Finalidades do Estado.

8. Formas de Estado.

9. Formas de Governo.

10. Sistemas de Governo.

11. Regimes de Governo.

12. Globalização e Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Saraiva,
MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Saraiva,
BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Malheiros,
BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Ed. Campus.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 704

METODOLOGIA DA CIÊNCIA JURÍDICA

CRÉDITOS: 02
(2T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Apresentar as principais escolas do pensamento jurídico, bem como noções de teoria da argumentação, de teoria de interpretação e raciocínio jurídico.

Específicos:

- Oferecer aos alunos um instrumental crítico para tratar do conhecimento jurídico, partindo de suas bases filosóficas.
- Analisar algumas propostas metodológicas sobre a Ciência do Direito.
- Tratar de modo aprofundado as relações entre Direito e Moral.
- Apresentar de modo aprofundado as diversas Teorias da Argumentação Jurídica da Interpretação Jurídica.

EMENTA:

Noções de Metodologia Científica; Algumas perspectivas metodológicas sobre a Ciência do Direito; Relações entre Direito e Moral; Pós-positivismo e neoconstitucionalismo; As Teorias da Argumentação Jurídica; As Teorias da Interpretação Jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções de Metodologia Científica:

- Conteúdo filosófico da Metodologia Científica.
- Ligações com a Epistemologia, Gnosiologia e Lógica.
- A Ciência do Direito.

2. Algumas perspectivas metodológicas sobre a Ciência do Direito:

- Escola do Realismo Jurídico clássico.
- Escola da Exegese.
- Escola Histórica.
- Pandectística.
- Escola do Direito Livre.
- Jurisprudência dos interesses.
- Jurisprudência dos valores.

3. Relações entre Direito e Moral:

- O Jusnaturalismo clássico (Realismo Jurídico clássico) e o Jusnaturalismo racionalista (Iluminista).
- O Positivismo Jurídico e suas variantes.

4. Pós-positivismo e neoconstitucionalismo:

- A crítica não jusnaturalista ao Positivismo Jurídico.
- A problemática conceitual.
- Características, manifestações e críticos.

5. As Teorias da Argumentação Jurídica:

- A Tópica aristotélica e a sua releitura por Theodor Viehweg.
- A Retórica aristotélica e a sua releitura por Chaïm Perelman (Nova Retórica).
- A Teoria procedimental da Argumentação (Robert Alexy).
- Críticas às releituras contemporâneas.

6. As Teorias da Interpretação Jurídica:

- Teoria formalista.
- O Positivismo Jurídico.
- Novas perspectivas hermenêuticas na Ciência Jurídica.
- A Aplicação do Direito como ato prudencial (Realismo Jurídico clássico).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HERVADA, Javier. Lições propedêuticas de Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
LARENZ, Karl. Metodologia da Ciência do Direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
RABBI-BALDI CABANILLAS, Renato. Teoría del Derecho. Buenos Aires: Ábaco, 2008.
VIEHWEG, Theodor. Tópica e Jurisprudência. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008.



VIGO, Rodolfo. Interpretação Jurídica: Do modelo juspositivista-legalista do século XIX às novas perspectivas. São Paulo: RT, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETTO, Vicente de Paulo (org.). Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SERNA, Pedro. Filosofía del derecho y paradigmas epistemológicos: (...). México: Porrúa, 2006



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 913

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Propiciar ao aluno o conhecimento do processo de constituição das ciências sociais, especialmente da sociologia e da antropologia, e suas principais questões.

Específicos:

Trabalhar a perspectiva das ciências sociais sobre o direito, as leis e os costumes.

EMENTA:

A Antropologia no contexto das Ciências Sociais; a cultura segundo uma perspectiva antropológica; os métodos e as técnicas de pesquisa em antropologia. A produção social de conhecimento: saber, poder e ciência; principais problemas das Ciências Sociais. Ideologia e ciência. Perspectivas em ciências sociais e a reprodução social. A ordem, o controle social e a alienação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – A Constituição das Ciências Sociais como Expressão do Pensamento Moderno.

- 1.1. O contexto histórico de aparecimento da sociologia/ Revolução Industrial e Revolução Francesa.
- 1.2. Ciência Social e Natural.
- 1.3. Principais problemáticas da sociologia
- 1.4. A ciência social para os clássicos

Unidade II – A Antropologia no Campo das Ciências Sociais.

- 2.1. O desenvolvimento do pensamento antropológico.
- 2.2. O campo da antropologia
- 2.3. O fazer antropológico: trabalho de campo e observação participante

Unidade III – Dialogando Ciências Sociais e Direito.

- 3.1. Análise: Sociedade e Estado
- 3.2. Análises: Costume, crime, desvio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociológico.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um Conceito Antropológico. 22ª edição. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008.
- LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. 8ª edição. São Paulo. Brasiliense, 2007.
- MARTINS, Carlos B. O que é sociologia? Coleção primeiros passos. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos n. 124).
- WEBER. Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Introdução pp 17-20.
- MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução”. In: Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Ed. Abril, 1978. p. 17-34
- MARCONI, Marina de Andrade. NEVES, Zélia Maria. Antropologia. 6ª edição. São Paulo. Atlas, 2005.
- REALE, Miguel. Paradigmas da Cultura Contemporânea. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
- VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) A aventura Sociológica, Rio: Zahar.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 912

FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

- a) Apresentar a Ciência Política como disciplina que estuda as teorias que formulam a estruturação e funcionamento dos sistemas políticos e sua relação diferenciada com a ação política.
- b) Examinar os fundamentos da Ciência Política, em relação com a questão do poder nas suas dimensões teóricas, históricas e institucionais, para fornecer uma explicação global dos fenômenos políticos, principalmente o desenvolvimento do Estado.
- c) Estabelecer as relações sociais, políticas e jurídicas entre Estado, Poder e Democracia e sua importância no debate contemporâneo.

Específicos:

- a) Identificar as principais características teóricas que contribuíram ao desenvolvimento do pensamento político moderno
- b) Analisar o surgimento da idéia de Estado moderno e seu desenvolvimento institucional nos séculos XX e XXI.
- c) Identificar os problemas e desafios do fenômeno estatal e a democracia no mundo contemporâneo.

EMENTA:

Bases e fundamentos do pensamento político moderno. Maquiavel e a autonomia da esfera política. O contratualismo moderno em contraponto ao enfoque histórico. O construtivismo e a gênese da ordem. Hobbes e o Estado Absoluto; Locke e o Estado Liberal; Rosseau e o Estado Democrático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Política e Ciência Política.

- 1.1. Características da realidade política. A experiência política e a Ciência Política.
- 1.2. O sistema político e a vida pública e privada.

Unidade 2 – Fundamentos do Pensamento Político Moderno.

- 2.1. Maquiavel e a sociedade política.
- 2.2. O contratualismo de Thomas Hobbes.
- 2.3. O liberalismo contratualista de John Locke.
- 2.4. O republicanismo de Rousseau.
- 2.5. Stuart Mill e os limites ao poder estatal super-dimensionado.
- 2.6. As duas visões de Estado de Marx.
- 2.7. Weber: racionalidade e legitimidade como fundamentos do Estado.
- 2.8. Shumpeter e o elitismo competitivo.
- 2.9. A concepção de Estado mínimo de Hayek e Nozick.
- 2.10. Estado social, pluralismo político e o desenvolvimento da ordem democrática.

Unidade 3 – Desafios do Estado e a Democracia no Mundo Contemporâneo.

- 3.1. Estado, democracia e mercado na era da globalização.
- 3.2. Soberania, autodeterminação e interconexão mundial.
- 3.3. A segurança nacional e as ameaças transnacionais.
- 3.4. Estado-Nação, perspectiva democrática e integração.
- 3.5. Trajetórias e dilemas do Estado Democrático de Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



LOCKE, J. Segundo Tratado sobre O Governo Civil, in Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril, 1978.

MACHEAVELLI, Niccolo. O Príncipe. 4ª edição. São Paulo. RT, 2006.

SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada. Vol. I-II. São Paulo: Ática, 1994.

WEFORT, F. (org.) Os Clássicos da Política. São Paulo. Editora Ática, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Editora Campus, 3ª. Tiragem. São Paulo 2000.

BOBBIO, N e BOVERO M. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. Rio de Janeiro. Editora Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 12a. edição., 4a impressão. São Paulo: Ática, 2001.

CICCO, Cláudio de. GONZAGA, Álvaro Luiz Travassos de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 1ª edição. São Paulo. RT, 2008.

HOBBS, T. Leviatã in Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril, 1983.

MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. Ao Leitor sem Medo – Hobbes escrevendo contra seu tempo. São Paulo. Brasiliense, 1984.

ROSSEAU, J.J. Do Contrato Social. São Paulo. RT, 2008.

_____. Do Contrato Social, in Os Pensadores. São Paulo. Editora Abril, 1973.

SADEK, M. T. Maquiavel – A Política como ela é. São Paulo. Editora FTD, 1996.

WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. 4ª edição. São Paulo. RT, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 914

LÍNGUA PORTUGUESA NO DIREITO I

**CRÉDITOS: 2
(2T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO**

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Capacitar os estudantes a um bom desempenho lingüístico, tanto na modalidade oral como na escrita, no desempenho das funções ligadas ao Direito.

EMENTA:

A utilização expressiva do idioma. Análise e interpretação do discurso jurídico em suas modalidades escrita e oral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Português padrão

1.1 – A noção de correção

- 1.2 – A importância do discurso correto
- 1.3 – Revisão de aspectos gramaticais
 - 1.3.1 – Ortografia
 - 1.3.2 – Pontuação
 - 1.3.3 – Concordância verbal e concordância nominal
 - 1.3.4 – Uso do acento de crase

2. As características do texto jurídico

- 2.1 – Correção
- 2.2 – Clareza
- 3.3 – Elegância

3. O vocabulário jurídico

BIBLIOGRAFIA:

- BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem Jurídica. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- DOUGLAS, William. Princípios Básicos da Argumentação Jurídica. 1ª edição. Niterói. Impetus, 2006.
- HENRIQUES, Antonio. DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de Português Jurídico. 10ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
- NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem Forense. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- TOMASI, Carolina. MEDEIROS, João Bosco. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
- ANDRADE, Maria Margarida de. MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.
- CALDEIRA. Latim no Direito. 5ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 192

DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)

CRÉDITOS: 04
(4T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais:

Transmitir aos estudantes a principiologia do Direito Civil, estimulando a busca pela compreensão dos principais conceitos e institutos da Teoria Geral do Direito Civil, necessariamente à luz de uma visão civil-constitucional.

Específicos:

- Identificar os principais institutos da Parte Geral, reconhecendo-os como elementos

necessários para o entendimento da Parte Especial do Código Civil e para o entendimento do Direito como um todo;

- Realizar a interconexão entre os vários ramos do direito, a partir do estudo da Parte Geral de acordo com a concepção contemporânea do Direito Civil, calcada na construção de pontes entre o direito público e o direito privado; e
- Imprimir uma visão crítica dos institutos, apontando as polêmicas e dissensos doutrinários e jurisprudenciais por meio de uma abordagem que permita realçar os valores existenciais do ordenamento.

EMENTA:

Os Sujeitos do Direito: as Pessoas Naturais e as Pessoas Jurídicas. Personalidade. Domicílio. Objetos do Direito: os Bens Jurídicos e as Coisas Jurídicas. Fatos Jurídicos: Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos. Prescrição e Decadência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – A Codificação do Direito Civil.

- 1.1. Em que consiste um código?;
- 1.2. Os períodos pré e pós colonial;
- 1.3. As tentativas de codificação no intervalo entre o CC de 1916 e o CC de 2002;
- 1.4. O Código Civil de 2002 e sua organização;
- 1.5. A publicização e a constitucionalização do Direito Civil;
- 1.6. Os paradigmas do Código Civil de 2002 (eticidade, socialidade, operabilidade).

Unidade II – Sujeitos de Direito: As Pessoas Naturais.

- 2.1. Conceito de pessoa natural;
- 2.2. A pessoa: a personalidade jurídica e a capacidade jurídica;
- 2.3. Começo da personalidade natural;
- 2.4. As incapacidades: a incapacidade absoluta e a relativa;
 - 2.4.1. A situação jurídica dos índios;
 - 2.4.2. Modos de suprimento da incapacidade;
 - 2.4.3. Sistema de proteção aos incapazes;
 - 2.4.4. Cessação da incapacidade: maioridade e emancipação;
- 2.5. Extinção da Personalidade Jurídica;
- 2.6. Individualização da Pessoa Natural: nome, estado e domicílio.

Unidade III: Os Direitos da Personalidade

- 3.1. Conceito;
- 3.2. Fundamentos e características dos direitos da personalidade;
- 3.3. Disciplina no Código Civil.

Unidade IV: Da Ausência.

- 4.1. Curadoria dos bens do ausente;
- 4.2. Sucessão Provisória;
- 4.3. Retorno do Ausente;
- 4.4. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal.

Unidade V: Sujeitos de Direito: As Pessoas Jurídicas.

- 5.1. Natureza Jurídica;
- 5.2. Requisitos para a constituição da pessoa jurídica;
- 5.3. Classificação das pessoas jurídicas;
- 5.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica;
- 5.5. Responsabilidade das Pessoas Jurídicas;
- 5.6. Extinção da Pessoa Jurídica.

Unidade VI: Objetos de Direito: Bens.

- 6.1. Bens como objetos da relação jurídica;
- 6.2. Classificação dos Bens.

Unidade VII: Dos Fatos Jurídicos.

- 7.1. Os fatos jurídicos em sentido amplo;
- 7.2. Os negócios jurídicos;
 - 7.2.1. Classificação dos negócios jurídicos;
 - 7.2.2. Interpretação do negócio jurídico;
- 7.3. Ato Jurídico em sentido estrito;
- 7.4. Ato-fato jurídico.

Unidade VIII: Elementos do Negócio Jurídico.

- 8.1. Classificação;
- 8.2. A tricotomia existência-validade-eficácia;
- 8.3. Requisitos de existência e validade do negócio jurídico.

Unidade IX: Da Representação.

- 9.1. Espécies de representação;
- 9.2. Espécies de representantes;
- 9.3. Regras da Representação;
- 9.4. Representação e Mandato;
- 9.5. Contrato consigo mesmo (autocontratação).

Unidade X: Da Condição, do Termo e do Encargo.

- 10.1. Condição;
- 10.2. Termo;
- 10.3. Encargo ou Modo.

Unidade XI: Dos defeitos do Negócio Jurídico.

- 11.1. Erro ou ignorância;
- 11.2. Falso Motivo;
- 11.3. Transmissão errônea da vontade;
- 11.4. Convalescimento do erro;
- 11.5. Interesse Negativo;
- 11.6. Dolo;
- 11.7. Coação;
- 11.8. Estado de Perigo;
- 11.9. Lesão;
- 11.10. Fraude contra credores;

Unidade XII: A Invalidade do Negócio Jurídico.

- 12.1. Negócio Jurídico Inexistente;
- 12.2. Negócios Jurídico Nulo;
- 12.3. Negócio Jurídico Anulável.

Unidade XIII: A Simulação.

- 13.1. Conceito
- 13.2. Características
- 13.3. Espécies
- 13.4. Efeitos
- 13.5. Institutos Afins

Unidade XIV: Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos

- 14.1. Disposições aplicáveis
- 14.2. Críticas à inovação
- 14.3. Noções básicas de responsabilidade civil
- 14.4. Atos lesivos não considerados ilícitos
- 14.5. O exercício regular e o abuso de direito
- 14.6. O estado de necessidade

Unidade XV: Da Prescrição e da Decadência

- 15.1. Conceito e requisitos da prescrição e da decadência
- 15.2. Pretensões imprescritíveis
- 15.3. Prescrição e institutos afins
- 15.4. Disposições legais sobre a prescrição e decadência
- 15.5. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição
- 15.6. Das causas que interrompem a prescrição

Unidade XVI: Da Prova.

- 16.1. Meios de Prova

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AZEVEDO, Fábio de Oliveira. Direito Civil: Introdução e Teoria Geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol.I. São Paulo. Saraiva, 2008.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil, vol. 1. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- MORAES, Maria Celina Bodin de; Barbosa, Heloísa Helena; TEPEDINO, Gustavo. Código Civil Interpretado, vol.1, 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
- NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.



NEVES, José Roberto de Castro. Uma Introdução ao Direito Civil – Parte Geral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 193

DIREITO CONSTITUCIONAL II

CRÉDITOS: 04
(4T-0P)

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Descrever, explicar e refutar os fundamentos do Direito Constitucional, colocando em evidência as complexas relações entre a Constituição e a realidade constitucional.

Específicos:

- Discutir, descobrir e criticar os limites, as possibilidades e a força normativa do Direito Constitucional.
- Aprofundar a reflexão sobre as sociedades, o Estado e os Direitos Fundamentais.
- Conferir aos estudos foco no contexto brasileiro.

EMENTA:

O Constitucionalismo. Tipos de Constituição. Poder Constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação Constitucional. A Defesa da Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Constituição:** conceito, funções, sentidos.
2. **Noções introdutórias:** supremacia formal e material da Constituição, cláusulas pétreas, rigidez constitucional, força normativa da Constituição e Unidade constitucional. Inconstitucionalidade material e formal. Espécies de controle de constitucionalidade. O papel do STF.
3. **Classificação das Constituições**
4. **Poder Constituinte e Teoria da Recepção**
5. **Classificação das Normas Constitucionais**
6. **Nova Hermenêutica Constitucional:** pós-positivismo, princípios e regras, argumentação

jurídica, etc.

7. Questões jurídicas nas Constituições brasileiras (histórico das Constituições)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010.
MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Curso de Direito Constitucional. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: 2ª ed., Saraiva, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 966

FILOSOFIA DO DIREITO

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

- Orientar o aluno no pensamento filosófico do direito a partir dos seus grandes paradigmas.
- Oferecer condições ao aluno de investigar, interpretar e discutir criticamente os textos dos autores estudados.

EMENTA:

Conceitos fundamentais da Filosofia do Direito: Propriedade e Contrato, Justiça e Direito, Sociedade civil e Estado. As insuficiências do direito natural moderno e as origens do positivismo jurídico. Positivismo, Utilitarismo e Direito natural na Filosofia do Direito mais recente. Razão e Direito, Estado e Liberdade na era do espírito fragmentado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Conceitos Fundamentais da Filosofia do Direito.

- 1.1. Propriedade e Contrato
- 1.2. Justiça e Direito

1.3. Sociedade civil e Estado

Unidade II – As insuficiências do Direito Natural Moderno e as origens do Positivismo Jurídico.

Unidade III – Positivismo, Utilitarismo e Direito Natural na Filosofia do Direito mais recente.

Unidade IV – Razão e Direito, Estado e Liberdade na era do Espírito Fragmentado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GROCIO, Hugo. Del Derecho de Presa. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

_____. Del Derecho de La Guerra y de la Paz. Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

HEGEL, G. W. F. Princípios da filosofia do direito. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (coleção Os Pensadores).

KANT, I. A Paz Perpetua. Trad. Marco Zingano, Porto Alegre: L&PM, 1989.

_____. Doutrina do Direito. Trad. Edson Bini. São Paulo: Ícone Editora, 2005.

KELSEN, Hans. O problema da justiça. Trad. João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOCKE, John. Segundo Tratado do Governo Civil. São Pulo, Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

ROUSSEAU, J. Jacques. Contrato Social. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (coleção Os Pensadores)

_____. Discurso sobre as origens e fundamentos da desigualdade entre os Homens. São Paulo, Abril Cultural, 1983, (Coleção Os Pensadores)

RAWLS, John. Uma teoria da justiça. Trad. Vamireh Chacon. Brasília: EdUnB, 1981



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 550

HISTÓRIA DO DIREITO

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Estudar a história do direito dos principais povos que influenciaram os sistemas jurídicos atuais, com destaque para a história do direito português, objetivando oferecer ao aluno consciência histórica do desenvolvimento do sistema jurídico brasileiro.

EMENTA:

A História do Direito. Direito dos povos sem escrita. Direito dos povos da Mesopotâmia. Direito Hebreu. Direito nas Civilizações Clássicas (Grécia e Roma). Direito Medieval. O Código Inglês. O Nascimento de Portugal. Direito Português e as Ordenações: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. O Período Pombalino. As Constituições Portuguesas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – O Direito dos Povos Primitivos e das Civilizações Antigas.

- 1.1. Direito e Religião
- 1.2. O direito romano e seu legado

Unidade II - O Direito na Idade Média.

- 2.1. Os Costumes e as práticas comunitárias
- 2.2. A Igreja e o direito canônico
- 2.3. O renascimento do direito romano e a formação do Direito Comum

Unidade III – O Direito na Época Moderna.

- 3.1. A Sociedade de Ordenas
- 3.2. O Direito Comum
- 3.3. A *Common Law*
- 3.4. A afirmação da Lei do Rei

UNIDADE IV – O Direito em Portugal.

- 4.1. A sociedade de ordens portuguesa
- 4.2. O direito comum português
- 4.3. Os poderes e o direito em Portugal: as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas
- 4.4. A Era Pombalina: a Lei da Boa Razão e a Reforma do Ensino de Coimbra
- 4.5. O direito em Portugal na era das revoluções: as constituições

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GILISSEN, John. Introdução Histórica ao Direito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
GROSSI, Paolo. Primeiras Lições sobre o direito. RJ, Editora Forense, 2006.
HESPAÑA, António Manuel. Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLAVERO, Bartolomé. Institucion Histórica del Derecho. Madrid, Marcial Pons, 1992.
CLAVERO, Bartolomé. Historia del derecho: derecho común. Ediciones Universidad Salamanca, 1994.
DUARTE, Luis Miguel. O Direito e as Instituições, in Moreno, Humberto Barquero (coord.) História de Portugal – Medieval – político e institucional, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 271-329, 1995.
GROSSI, Paolo. El orden jurídico medieval. Madrid, Marcial Pons, 1996.
HESPAÑA, António Manuel. História de Portugal Moderno – Político e Institucional. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.
HATTENHAUER, Hans. Conceptos fundamentales del derecho civil. Madrid: Ariel, 1994.
OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira – Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal. Lisboa, ANHP, 2002 (1806).



SOUZA, Ivo Carneiro – História de Portugal – economia e sociedade. Lisboa, Universidade Aberta, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 299

ECONOMIA POLÍTICA

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Fazer um estudo de como se organizam as atividades econômicas destacando as fundamentais que são a Produção, a Distribuição e o Consumo. Procura-se mostrar qual a relação entre Economia e Direito.

EMENTA:

Fundamentos básicos da Economia Política. Relações do Direito com a Economia. Conceitos básicos de Sistema Econômico. Livre Mercado, Equilíbrio de Mercado, a Ordem Econômica. E as normas de intervenção do Estado na Economia. A Defesa da Concorrência. A Regulação Econômica. Integração Econômica. Globalização e interdependência econômica. Subdesenvolvimento e desenvolvimento econômico. Estrutura econômica dos sistemas de produção e Desenvolvimento Socioeconômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução à Economia.

- 1.1. Definição de Economia
- 1.2. Macroeconomia e Microeconomia
- 1.3. Direito e Economia
- 1.4. Economia e Estado

Unidade II – As Leis Econômicas.

- 2.1. Leis Econômicas e o Direito

Unidade III – Valor Econômico.

- 3.1. A Teoria da Utilidade
- 3.2. A Teoria dos Custos
- 3.3. Valor e Trabalho
- 3.4. Valor e Direito

Unidade IV – A Produção e a Riqueza.

- 4.1. Os setores da Produção
- 4.2. O Processo Produtivo
- 4.3. Progresso Tecnológico
- 4.4. Produtividade e Legislação
- 4.5. Legislação e Riqueza

Unidade V – O Trabalho e o Capital.

- 5.1. Desemprego e Legislação
- 5.2. A formação de Capital
- 5.3. A distribuição de Renda

Unidade VI – Os Mercados e os Preços.

- 6.1. As categorias de Mercado
- 6.2. Os tipos de Concorrência
- 6.3. Os diferentes tipos de Preços

Unidade VII – O Dinheiro, os Bancos e Crédito.

- 7.1. Teoria Quantitativa da Moeda
- 7.2. Os tipos de Créditos
- 7.3. As Instituições Financeiras

Unidade VIII – As Relações econômicas Internacionais.

- 8.1. O Brasil e o Resto do Mundo
- 8.2. A Teoria dos Custos Comparativos
- 8.3. As Relações Econômicas Internacionais
- 8.4. A taxa de Câmbio

Unidade IX – Desenvolvimento Econômico e Sistema Econômico.

- 9.1. As Teorias do Desenvolvimento
- 9.2. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento
- 9.3. Direito e Desenvolvimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GALVES, Carlos. Manual de Economia Política Atual. 15ª edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política. 19ª edição. São Paulo. Saraiva, 2006.

PAULO NETTO, José. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2007.

ZYLBRSTAJN, Décio. SZTAJN, Rachel. Direito Economia. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FEIJÓ, Ricardo. Desenvolvimento Econômico. 1ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.

MASSO, Fabiano Del. Direito Econômico. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Direito Penal Econômico. 2ª edição. São Paulo. RT, 2007.



**DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO**

CÓDIGO: IH 967

LÍNGUA PORTUGUESA NO DIREITO II

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Capacitar os estudantes a um bom desempenho lingüístico, tanto na modalidade oral como na escrita, no desempenho das funções ligadas ao Direito.

EMENTA:

Argumentação e demonstração; tipos de argumentação; figuras de linguagem; estrutura do texto jurídico; do discurso de natureza argumentativa no contexto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Argumentação

- 1.1 – Conceito
- 1.2 – Importância no Direito

2. Demonstração

- 2.1 – Estruturas argumentativas e de demonstração
- 2.2 – O espaço da demonstração
- 2.3 – A contestação

3. A estrutura do texto jurídico

4. Modelos de peças jurídicas

- 4.1 – Leitura e análise das principais peças jurídicas
- 4.2 – Produção de peças jurídicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem Jurídica. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- DOUGLAS, William. Princípios Básicos da Argumentação Jurídica. 1ª edição. Niterói. Impetus, 2006.
- HENRIQUES, Antonio. DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de Português Jurídico. 10ª edição. São Paulo. Atlas, 2007.
- NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem Forense. 11ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- TOMASI, Carolina. MEDEIROS, João Bosco. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
- ANDRADE, Maria Margarida de. MEDEIROS, João Bosco. Comunicação em Língua Portuguesa. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.
- CALDEIRA. Latim no Direito. 5ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 1996.



SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. 27ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IE 215

PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Refletir, a partir de alguns referenciais teóricos, sobre os encontros entre a Psicologia e o Direito, analisando o que se tem constituído como "Psicologia Jurídica". Instrumentalizar um corpo de conhecimentos capaz de sustentar e nortear teoricamente a intervenção do psicólogo nas questões aplicadas à Justiça.

EMENTA:

A relação da Psicologia com o Direito. Reflexão crítica sobre a inserção da psicologia na justiça e no Sistema de Garantia de Direitos. Análise da importância da interdisciplinaridade entre o direito e a psicologia nos processos de Vara de Família, de adolescente autor de ato infracional, de crime, de loucura e de violência. Contribuições da psicologia como subsídio para além da perícia técnica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – PSICOLOGIA E DIREITO

1. Psicologia Jurídica: definição, histórico, distinções e campos de atuação profissional.
2. A relação da psicologia com o Direito e a Lei. Lei Jurídica X Lei Simbólica.
3. O surgimento do "psicológico". As articulações entre "o psicológico" e "o social".

Unidade II – CONTEXTUALIZANDO A PSICOLOGIA APLICADA À JUSTIÇA

1. O Positivismo: situá-lo no contexto da história do pensamento filosófico moderno, apontando suas consequências extracientíficas na organização social e política.
2. A Psicologia Jurídica no início do século XX e na atualidade. O Psicólogo em instituições de Direito: o lugar que lhe é reservado, as funções que lhe são atribuídas e suas possibilidades de intervenção.
3. O referencial teórico-prático como uma caixa de ferramentas.

Unidade III - A PSICOLOGIA JURÍDICA E AS QUESTÕES DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

1. Construção histórico-política da categoria de *infância*.
2. Adolescente autor de ato infracional e as medidas socioeducativas: advertência, reparação de

- danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação.
3. Violência contra crianças e adolescentes - denúncia de violação dos direitos. O Estatuto da criança e do Adolescente.

Unidade IV - PSICOLOGIA JURÍDICA E QUESTÕES DE FAMÍLIA

1. O psicólogo na Vara de Família: demandas e possibilidades de atuação - casamento, separação e divórcio; outras formas de conjugalidade e novos arranjos familiares; guarda judicial, regulamentação de visitas, guarda compartilhada, paternidade e reconhecimento dos filhos; pensão alimentícia.
2. Adoção: tipos de adoção, pais biológicos/prestendentes a pais adotivos/ criança e/ou adolescente.

Unidade V - A PSICOLOGIA JURÍDICA APLICADA ÀS QUESTÕES DO HOMEM, DA MULHER E DO IDOSO

1. Violência doméstica: A violência familiar, conjugal, contra a mulher (Lei Maria da Penha) e contra o idoso (Estatuto do Idoso).

Unidade VI - CRIME E LOUCURA.

1. Do alienado ao louco. Direito e Medicina: analogias e oposições entre dois modos de *poder* e de *saber*: a marginalização e a medicalização dos indisciplinados.
2. A perícia psiquiátrica. Laudo psiquiátrico e laudo de avaliação psicológica.
3. A imputabilidade e a inimputabilidade penais. A contribuição da Psicologia na construção jurídico-institucional destes conceitos.

Unidade VII - O DELITO: DETERMINANTES SUBJETIVOS E SOCIAIS

1. Perspectiva sócio-psicológica de intervenção nas questões penitenciárias. O sentimento de culpa.
2. O nascimento da prisão.
3. Análise do fenômeno da violência. Violência e justiça social. Violência e subjetividade. Violência e "recuperabilidade": o que fazer?

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Leila Maria Torraca. Temas de psicologia jurídica. Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2005.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (orgs.) Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004.

LÓPEZ, Emilio Mira Y. Manual de Psicologia Jurídica. Campinas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTOÉ, Sônia (org.). A Lei e as leis: Direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.

_____. Sujeito do direito, sujeito do desejo. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO, Leila Maria Torraca. Responsabilidades: ações sócio-educativas e políticas públicas para a infância e juventude no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

_____. Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UERJ, 1993.

_____. Jovens em conflito com a lei. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

MARANHÃO, Odon Ramos. Psicologia do Crime. São Paulo: Malheiros, 2003.

MIRANDA, Pontes. À margem do direito – ensaio de psicologia jurídica. Campinas: Bookseller, 2005.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Saraiva, 1998.
RIGONATTI, Sérgio Paulo (Coord.). Temas de psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo: Vetor, 2003.
SÁ, Alvinho Augusto de. Criminologia Clínica e Psicologia Criminal. São Paulo: RT, 2007.
ZIMERMANN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias (orgs.). Aspectos psicológicos na prática jurídica. Campinas: Millennium, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 196

DIREITO CIVIL II (OBRIGAÇÕES)

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais:

Transmitir aos estudantes a principiologia do direito obrigacional e a sua destacada importância no mundo moderno, em especial nas relações jurídicas de consumo.

Específicos:

- Identificar, classificar e relacionar as modalidades das obrigações, sua forma de transmissão e de extinção, bem como as consequências do inadimplemento obrigacional.
- Relacionar o Direito Obrigacional aos demais ramos do Direito.
- Adotar a pesquisa na legislação, na doutrina e na jurisprudência como fonte de apreensão do conhecimento e de resolução de questões jurídicas concretas.

EMENTA:

Teoria Geral das Obrigações. Direito de Crédito. Obrigações civil e natural. Relações negociais. Do ato ilícito. Modalidades obrigacionais. Transmissão e Inadimplemento das Obrigações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1 – Introdução ao Direito das Obrigações.

- 1.1. Âmbito e importância do direito obrigacional
- 1.2. Direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais.
- 1.3. Posição do direito obrigacional no Código Civil.
- 1.4. A unificação do direito obrigacional.
- 1.5. Conceito de obrigação.
- 1.6. Elementos constitutivos da obrigação
- 1.7. Fontes das obrigações

1.8. Distinção entre obrigação e responsabilidade

Unidade 2 – Das modalidades de Obrigações.

- 2.1. Obrigação de dar.
- 2.2. Obrigação de dar coisa certa.
- 2.3. Obrigação de dar coisa incerta.
- 2.4. Obrigação de fazer.
- 2.5. Obrigação de não-fazer.
- 2.6. Obrigações alternativas.
- 2.7. Obrigações divisíveis e indivisíveis
- 2.8. Obrigações solidárias
- 2.9. Obrigações civis e naturais
- 2.10. Obrigações de meio, resultado e de garantia
- 2.11. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada
- 2.12. Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais
- 2.13. Obrigações líquidas e ilíquidas
- 2.14. Obrigações principais e acessórias

Unidade 3 – Da transmissão das Obrigações.

- 3.1. Da cessão de crédito.
- 3.2. Da cessão de contrato.
- 3.3. Do adimplemento e extinção das obrigações
- 3.4. Do pagamento
- 3.5. Do pagamento em consignação
- 3.6. Do pagamento com sub-rogação
- 3.7. Da imputação do pagamento
- 3.8. Da dação em pagamento
- 3.9. Da novação
- 3.10. Da compensação
- 3.11. Da confusão
- 3.12. Da remissão de dívidas

Unidade 4 – Do inadimplemento das Obrigações.

- 4.1. Inadimplemento absoluto e fortuito da obrigação
- 4.2. Da mora
- 4.3. Das perdas e danos
- 4.4. Dos juros legais
- 4.5. Da cláusula penal
- 4.6. Das arras ou sinal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol.2. São Paulo: Saraiva, 2009.
FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro vol.II. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil vol. II. 21ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2008.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil, vol. II. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008
FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
MORAES, Maria Celina Bodin de; Barbosa, Heloísa Helena; TEPEDINO, Gustavo. Código Civil Interpretado, vol.1, 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
NEGRÃO, Theotônio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil vol. 2. 30ª edição. São Paulo. Saraiva, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 198

DIREITO CONSTITUCIONAL III

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Detalhar e aprofundar o estudo dos Direitos e Garantias Fundamentais. Analisar a Organização Política do Estado brasileiro

Específicos:

- Familiarizar-se com os princípios constitucionais fundamentais.
- Diferenciar entre os direitos e as garantias.
- Estudar os principais direitos individuais ou coletivos.
- Distinguir entre os remédios constitucionais.
- Identificar os principais direitos sociais.
- Abordar criticamente os direitos da nacionalidade e os direitos políticos.

EMENTA:

Princípios Constitucionais Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Tutela Constitucional das Liberdades. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Teoria dos Direitos Fundamentais**
- 2. Direitos Fundamentais em espécie:**
 - 2.1 Individuais e Coletivos
 - 2.2 Políticos
 - 2.3 Nacionais
- 3. Organização do Estado: a Federação Brasileira**
 - 3.1 Conceitos
 - 3.2 Unidades da Federação
 - 3.3 Competências
 - 3.4 Intervenção Federal

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, José Afonso da. “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.
- CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Fundamentos de Direito Constitucional. v.2. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 8ª edição. São Paulo. RT, 2006.
- MOTTA, Sylvio. BARCHET, Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.
- SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direito Constitucional. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- SLAIBI FILHO, Nagib. Direito Constitucional. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- ZIMMERMANN, Augusto. Curso de Direito Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 601

DIREITO PENAL I

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos gerais do Direito Penal, com seus elementos, princípios, teorias e conceitos.

Específicos:

Desenvolver nos discentes, a partir do conhecimento genérico, o conhecimento e análise dos fundamentos gerais do Direito Penal.

EMENTA:

Conceito. Fontes. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Do crime. Do nexo de causalidade. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Do crime tentado. Do erro. Das causas excludentes da antijuridicidade. Tipicidade. Sujeitos e objeto. Dolo e culpa. Concurso de pessoas. Das penas. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Concurso formal. Concurso material. Crime continuado. Circunstâncias atenuantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Direito Penal.

1. Conceito;
2. Características;
3. Origens.

Unidade II – Desenvolvimento Histórico (Noções).

1. O Direito Penal Moderno;
2. A História do Direito Penal Brasileiro;
3. As Escolas Penais;
4. A Escola Clássica;
5. A Escola Positiva;
6. Outras Correntes.

Unidade III – A Norma Penal.

1. Limites;
2. Validade;
3. No Tempo;
4. No Espaço.

Unidade IV – O Fato Punível.

1. A Ação;
2. A Causalidade;
3. A Tipicidade.

Unidade V – O Crime, A Contravenção e O Ilícito Civil.

1. Conceitos.

Unidade VI – A Culpabilidade.

1. O Dolo;

2. A Culpa;
3. Causas de Exclusão de Culpabilidade.

Unidade VII – A Imputabilidade.

1. O Inimputável;
2. O Imputável;
3. A Doença Mental;
4. O Desenvolvimento Mental Incompleto ou Retardado;
5. Menoridade Penal;
6. Imputabilidade por Embriaguez Completa Proveniente de Caso Fortuito ou Força Maior.

Unidade VIII – Concurso de Pessoas.

1. Autoria;
2. Co-autoria;
3. Participação e Cooperação Dolosamente Distinta.

Unidade IX – Conflito Aparente de Normas.

1. Princípio da Especialidade;
2. Princípio da Subsidiariedade;
3. Princípio da Absorção ou da consumação.

Unidade X – Das Penas e das Medidas de Segurança

1. Penas Privativas de Liberdade;
2. Penas Restritivas de Direito;
3. Multas;
4. Aplicação da Pena.
5. Da Suspensão Condicional da Pena;
6. Do Livramento Condicional;
7. Dos Efeitos da Condenação;
8. Da Reabilitação;
9. Medida de segurança.

Unidade XI – Concurso de Crimes.

1. Concurso Material;
2. Concurso formal;
3. Crime Continuado;
4. Erro na Execução;
5. Resultados Diversos dos Pretendidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. I. São Paulo. Saraiva, 2008.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Vol. I. Niterói. Impetus, 2008.
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. Vol. I. São Paulo. Saraiva, 2008.
MIRABETE, Julio Fabrini. Manual de Direito Penal. Vol. I. São Paulo. Atlas, 2007.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Vol. I. São Paulo. RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo. RT, 2006.
BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. I. São Paulo, 2008.

COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
DELMANTO, Celso. DELMANTO, Roberto. DELMANTO JUNIOR, Roberto. DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.
DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal, parte geral. Rio de Janeiro. Forense, 2005.
JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2007.
PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. Vol. I. São Paulo. RT, 2007.
PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. São Paulo. RT, 2006.
_____. Curso de Direito Penal Brasileiro. Vol. I. São Paulo. RT, 2008.
ROXIN, Claus. Estudos de Direito Penal. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.
_____. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 551

HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Estudar a História do Direito no Brasil ao longo dos principais períodos históricos do Brasil, com o intuito de oferecer ao aluno consciência histórica do desenvolvimento do sistema jurídico brasileiro.

EMENTA:

Brasil Colônia. Brasil Reino. Brasil Império. República Velha. Era Vargas 1930/46. Brasil de 1946 à Ditadura Militar. A redemocratização e a Constituição de 1988.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – O Brasil Colônia.

- 1.1. Os Poderes e o Direito na Sociedade de Ordens do Brasil Colonial
- 1.2. Existiu um direito colonial brasileiro?
- 1.3. Direito e Escravidão na Colônia

Unidade II – O Império do Brasil.

- 2.1. A Independência e a Constituição de 1824
- 2.2. Código Criminal de 1830, O Código do Processo Criminal de 1832 e a Lei de 10 de junho de 1835.
- 2.3. O Código Comercial de 1850 e os projetos de Código Civil
- 2.4. Direito e Escravidão no Império

Unidade III – A República.

- 3.1. Os processos constituintes e as Constituições da República
- 3.2. O Código Civil
- 3.3. A Cidadania Republicana: direitos civis, políticos e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRINBERG, Keila. Código Civil e Cidadania. RJ, Jorge Zahar, 2001.

HESPANHA, António Manuel. “Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro?” In AMH AR Direito comum e direito colonial (BHZ 2005).

WEHLING, Arno e Maria José. Direito e Justiça no Brasil Colonial. RJ, Editora Renovar, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BICALHO, Maria Fernanda e Vera Ferlini (orgs). Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas do Império Português – Séculos XVI a XIX. Editora Alameda, SP, 2005.

BONEVIDES, Paulo. A Evolução Constitucional do Brasil. SP, USP, Estudos Avançados 14 (40), 2000.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania: tipos e percursos. RJ, FGV. Estudos Históricos 18, 1996/2.

CARVALHO, José Murilo. Os Três Povos da República. In Carvalho, Maria Alice Resende de. RJ, Museu da República, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial: origens do Federalismo no Brasil. Editora Globo, 2005.

FLORY, Thomas. El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial (1808 – 1871). Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONSECA, Ricardo Marcelo e Seelaender Airton Cerqueira Leites (orgs.). História do Direito em Perspectiva - Do Antigo Regime à Modernidade. Juruá Editora, 2008

FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima (orgs.). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). RJ, Civilização Brasileira, 2001.

GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado”. *The Journal of the Historical Society*, 2001.

GRINBERG, Keila. O Fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. RJ, Civilização Brasileira, 2002.

LARA, Silvia Hunold e Mendonça, Joseli Maria Nunes (orgs.) – Direitos e Justiças no Brasil. SP, Editora Unicamp, 2006.

LARA, Silvia Hunold. “Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa”, in Andrés-GALLEGO, José. Proyetos históricos Tavera (1): nuevas aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica. Fundacion Histórica Tavera/Digibis, 2001. CD-Rom.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Consultas da seção de justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. Almanack brasiliense, n. 5, 2007.

MARQUESE, Rafael Bivar. Feitores do Corpo, Missionários da Mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. SP, Companhia das Letras, 2004a.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. Ser Nobre na Colônia. SP, Editora UNESP, 2005.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz – “Índios Livres e Índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” e “Inventário da Legislação Indigenista (1500-1800)” in Cunha, Manuela Carneiro da (org.) História dos índios no Brasil. SP, FAPESP/ Companhia das Letras/SMC, 1992.

RIBEIRO, João Luiz. No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835 – os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822-1889). RJ, Renovar, 2005.

SALGADO, Graça (coord.). Fiscais e Meirinhos – a administração no Brasil Colonial. RJ, Nova Fronteira, 1985.



SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e Sociedade no Brasil colonial. SP, Perspectiva, 1979.
URICOECHEA, Fernando de. O Minotauro Imperial. São Paulo, Difel, 1978.
VAINFAS, Ronaldo (org). Dicionário do Brasil Imperial. RJ, Objetiva, 2001.
VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil Colonial. RJ, Objetiva, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 605

DIREITO EMPRESARIAL I

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Instruir e capacitar teoricamente o discente no conhecimento da matéria Empresarial (comercial), assim como orientá-lo n campo prático de acordo com a jurisprudência. Identificar o empresário comercial, abrindo caminho para a compreensão da empresa e suas relações internas e externas.

Específicos:

Informar o discente sobre a atividade econômica (lucrativa); atos de comércio e civis (beneficentes, humanitários, científicos, etc.); a essência do espírito social (*affectio societatis*, ou seja, comunhão de interesses).

EMENTA:

Noções fundamentais de comércio. Atos de comércio. Fundo de Comércio. O comércio. O comerciante e a empresa mercantil. Registro de Comércio. Obrigações Profissionais do empresário comercial. Nome Comercial. Sociedade empresária. Conceito. Disposições gerais; Sociedade simples: Contrato social, Direitos e obrigações dos sócios. Administração. Relações com terceiros. Dissolução da sociedade. Sociedade limitada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Direito e Atividade Econômica.

- 1.1. Conceito do Direito Comercial Moderno.
- 1.2. Relação do Direito Comercial com as demais disciplinas jurídicas.
- 1.3. Fontes do Direito Comercial.

Unidade II - Direito Comercial.

- 2.1. Autonomia do Direito comercial. Evolução histórica do direito comercial. Características do Direito Comercial. Caráter instrumental do Direito Comercial e seu campo de atuação.
- 2.2. Evolução do Direito Comercial no Brasil. Características.

Unidade III - Atos de Comércio.

- 3.1. Conceito. Elementos caracterizadores dos atos de comércio.
- 3.2. Classificação dos atos de comércio.
- 3.3. Teoria dos Atos Mistos

Unidade IV - Estabelecimento Comercial.

- 4.1. Conceito. Natureza jurídica. Elementos.
- 4.2. Estabelecimento principal, filiais e sucursais.
- 4.3. Da Cessão, do penhor e da desapropriação.

Unidade V - Do Comerciante.

- 5.1. Origem e Conceito de comerciante.
- 5.2. Sistema para qualificação do comerciante: sistema francês, espanhol e alemão;
- 5.3. Comerciante no sistema do Código comercial Brasileiro. Requisitos, matrícula.
- 5.4. Capacidade para comerciar.
- 5.6. Os absolutamente incapazes.
- 5.7. Os proibidos de comerciar. Efeitos da proibição. Teoria da Aparência.
- 5.8. Exercício de Comércio pelo estrangeiro.
- 5.9. Da perda do *status* de comerciante.
- 5.10. Do comerciante pessoa física e pessoa jurídica.
- 5.11. Agentes Auxiliares do comerciante.

Unidade VI - Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

- 6.1. Histórico do Registro do Comércio no Brasil.
- 6.2. Órgãos do Registro de Comércio. Juntas Comerciais.
- 6.3. Autenticação dos Livros Comerciais e Cancelamento do Registro.

Unidade VII - Obrigações Comuns Aos Comerciantes.

- 7.1. Obrigações básicas. Livros do comerciante.
- 7.2. Escrituração e contabilidade. Consequência da irregularidade da escrituração. Espécies de livros comerciais.
- 7.3. Exibição judicial e eficácia probatória dos livros comerciais.
- 7.4. Balanço Geral e Arquivamento.

Unidade VIII - Nome Comercial.

- 8.1. Conceito e Espécies. Sistema de constituição de Firmas.
- 8.2. Proteção ao Nome comercial. Alienabilidade do nome comercial.

Unidade IX - Do Empresário.

- 9.1. A empresa: conceituação econômica. Elementos da empresa.
- 9.2. Empresário: conceito e características.
- 9.3. A empresa como unidade do mundo econômico.

Unidade X - Propriedade Industrial.

Unidade XI - Sociedade Empresária.

- 11.1. Conceito.
- 11.2. Disposições gerais.

Unidade XII - Sociedade Simples.

- 12.1. Contrato Social.
- 12.2. Direitos e obrigações dos sócios.
- 12.3. Administração.
- 12.4. Relações com terceiros.
- 12.5. Dissolução da sociedade.

Unidade XIII - Sociedade Limitada.

- 13.1. Quotas.
- 13.2. Administração.
- 13.3. Conselho Fiscal.
- 13.4. Deliberação dos sócios.
- 13.5. Dissolução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.
FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.
ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 968

SOCIOLOGIA JURÍDICA

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Oferecer uma abordagem do direito do ponto de vista das ciências sociais. Apresentar um painel dos estudos sociológicos produzidos acerca dos fenômenos jurídicos e de outros fenômenos correlatos. Estimular a reflexão crítica do direito, de sua produção, de seu papel e das práticas de seus agentes.

EMENTA:

Relação direito e sociedade; o direito como fato social; os principais paradigmas da sociologia

jurídica; Pesquisa em sociologia Jurídica; sociologia das instituições jurídicas; discurso jurídico e ideologia; direito, poder e conflito; pluralismo jurídico; o direito e as transformações sociais; cidadania e novos direitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O direito como fato social.

- 1.1. A relação entre direito e sociedade;
- 1.2. Processos sociais de produção da norma jurídica.

2. Os clássicos da Sociologia do Direito.

- 2.1. A solidariedade social e o direito em Émile Durkheim;
- 2.2. Dominação racional-legal em Max Weber;
- 2.3. Direito e ideologia em Karl Marx.

3. Direito e poder.

- 3.1. Discurso jurídico e ideologia;
- 3.2. Direito e conflito social.

4. Pluralismo jurídico.

- 4.1. Formas consuetudinárias de direito;
- 4.2. O conceito de pluralismo jurídico;
- 4.3. O “direito vivo”;
- 4.4. O “direito achado na rua”
- 4.5. Direito alternativo e uso alternativo do direito.

5. Cidadania e novos direitos.

- 5.1. A construção da cidadania no Brasil;
- 5.2. Os direitos transindividuais e o papel dos novos atores jurídicos.

6. A pesquisa da Sociologia do Direito.

- 6.1. Sociologia das instituições jurídicas;
- 6.2. Judicialização da política;
- 6.3. Sociologia das profissões jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. Sociologia e Direitos. São Paulo: Pioneira, 1999.
JUNQUEIRA, Eliane. Sociologia do Direito no Brasil: introdução ao debate atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 1993.
LOCHE, Adriana et alli. Sociologia Jurídica. Porto Alegre: Ed. Síntese, 1999.
LYRA FILHO, Roberto. O que é o Direito? SP: Ed. Brasiliense, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público e Política no Brasil. São Paulo: EDUC, 2002.
ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Introdução à sociedade jurídica alternativa. SP: Ed. Acadêmica, 1993.
BECKER, Howard. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo percurso. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.



CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
EHRlich, Eugen. Fundamentos da Sociologia do Direito. Brasília, UNB, 1986.
FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. RJ: Ed. Nau, 1992. JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Através do Espelho: ensaios de sociologia do direito. Rio de Janeiro: IDES/ Letra Capital, 2001.
FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, UNESP, 1997.
LUHMAN, Niklas. Sociologia do Direito. RJ: Tempo Brasileiro, 1972.
MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar., 1967.
MARX, A Questão Judaica. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
MIRANDA ROSA, F. A. Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social. RJ: Ed. Zahar, 1980.
SANTOS, Boaventura de Souza. O Discurso e o Poder. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.
SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de Souza. O Direito Achado na Rua. Brasília, Editora UNB, 1990.
WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Editora UNB, 2004.
WERNECK VIANNA, Luiz e BURGOS, Marcelo Baumann. “Entre Princípios e Regras: Cinco Estudos de Caso de Ação Cível Pública”, Caderno CEDES, nº 1, IUPERJ, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 707	DIREITO CIVIL III (CONTRATOS)
CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Proporcionar ao discente uma abordagem específica das diversas espécies de contratos previstos na legislação pátria, conceituando-os e explorando suas características, fundamentos e objetivos, produzindo conhecimento amplo dos vários tipos contratuais.

Específicos:

- Preparar para estudos mais profundos do Direito Civil.
- Apresentar a Teoria Geral dos Contratos
- Conferir aos estudos foco no contexto do direito positivo e jurisprudencial brasileiro.

EMENTA:

Teoria Geral dos Contratos. Princípios Clássicos e Modernos. Princípio da boa-fé. A boa-fé

objetiva. A boa-fé no Código Civil. Os deveres anexos à boa-fé objetiva. A função social do contrato. Da proteção contratual. Formação. Fase da proposta e da aceitação. Classificação dos contratos. Modalidades. Contratos inominados. Declarações unilaterais de vontade. Contratos adesivos. Contrato de adesão e arbitragem. Estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato de terceiro. Dos Vícios Redibitórios. Da Evicção. Contrato Preliminar. Contratos Aleatórios. Contrato com pessoa a declarar. Cláusulas Abusivas. Interpretação das cláusulas contratuais. Efeitos. Da Extinção do Contrato.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

1. Conceito e gênese
2. Evolução Histórica

2 – PRINCÍPIOS CONTRATUAIS

1. Princípios fundamentais do direito contratual
2. Interpretação dos contratos

3 - A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A formação dos contratos
2. A Manifestação de Vontade
3. Negociações Preliminares
4. A proposta
5. A aceitação
6. Momento da Conclusão do Contrato
7. Lugar da Celebração
8. Formação de Contratos pela Internet
9. Comparação com a disciplina dada pelo Código de Defesa do Consumidor.

4 - A CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Classificação dos contratos
2. Descrição e características das classes

5 – CONTRATOS: Questões Gerais

1. Estipulação em favor de terceiros
2. Da promessa de fato de terceiro
3. Dos vícios redibitórios
4. Da evicção
5. Dos contratos Aleatórios
6. Do contrato preliminar
7. Do Contrato com pessoa a declarar
8. Da extinção dos contratos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Volume III. São Paulo: Saraiva, 2011.
FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol.IV-
tomo I. 7ª edição. São Paulo, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.III. 9ª edição. São Paulo, 2011.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. IV. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Volume II. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008
FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
NEGRÃO, Theotonio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. III. 12ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Vol.3. 30ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Volume III. Contratos em Espécie. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO**

CÓDIGO: IH 604

DIREITO CONSTITUCIONAL IV

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Estudar a Divisão Espacial do Poder e a Divisão Orgânica do Poder no Estado brasileiro.

Específicos:

- Refletir sobre a Organização do Estado brasileiro.
- Identificar as funções essenciais à Justiça no Brasil.
- Familiarizar-se com a Organização dos Poderes no Estado Brasileiro.
- Conhecer o sistema de defesa do Estado e das instituições democráticas do Brasil.
- Introduzir o conhecimento das normas que tratam da Ordem Econômica e Financeira no Brasil.
- Refletir sobre as regras que estabelecem a Ordem Social no Estado brasileiro.

EMENTA:

Organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Poder Legislativo**
 - 1.1 Processo Legislativo
- 2. Poder Executivo**
- 3. Poder Judiciário**
- 4. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 12ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SILVA, José Afonso da. “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
SLAIBI FILHO, Nagib. Direito Constitucional. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
ZIMMERMANN, Augusto. Curso de Direito Constitucional. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18ª edição. São Paulo. Malheiros, 2006.
CUNHA, Sérgio Sérulo da. Fundamentos de Direito Constitucional. v.2. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 8ª edição. São Paulo. RT, 2006.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 4ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009.
MOTTA, Sylvio. BARCHET, Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus – Elsevier, 2007.
SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direito Constitucional. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 606

DIREITO PENAL II

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Conhecer a ação penal e o código penal na parte especial. Conhecer a razão de ser da inclusão dos crimes na parte especial do código penal.

Específicos:

Saber interpretar os diversos ângulos das situações a enquadrar na tipicidade penal.

EMENTA:

Da ação Penal. Das causas extintivas de punibilidade. Anistia, graça e indulto. Prescrição e decadência. Perempção. Perdão. Da antijuridicidade. Tipicidade. Sujeitos e objeto. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a organização do trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Da Ação Penal.

1. Ação penal pública e privada;
2. Ação penal no crime complexo;
3. Decadência do direito de queixa ou de representação.

Unidade II – Causas Extintivas da Punibilidade.

1. Perdão judicial;
2. Morte do agente;
3. Anistia, graça e indulto;
4. Renúncia e perdão;
5. Decadência e perempção;
6. Retratação;
7. Prescrição.

Unidade III – Dos Crimes Contra a Pessoa.

1. Contra a vida;
2. Contra a integridade corporal e a saúde;
3. De perigo individual;

Unidade IV – Dos Crimes Contra a Honra.

1. Contra a honra subjetiva e honra objetiva;
2. Exceção da verdade;

Unidade V – Dos Crimes Contra a Liberdade Individual.

1. Contra a liberdade pessoal;
2. Contra a inviolabilidade do domicílio;
3. Contra a inviolabilidade da correspondência.

Unidade VI – Dos Crimes Contra o Patrimônio.

1. Contra a propriedade material e suas divergências jurídico penais;
2. Contra a propriedade imaterial.

Unidade VII – Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho.

1. Características fundamentais;
2. Enquadramento no Código Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 2. São Paulo. Saraiva, 2008.
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. . São Paulo. Saraiva, 2008.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo. Atlas, 2007.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. RT, 2008.
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Vol. 2. São Paulo. RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. I. São Paulo, 2008.
COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
DELMANTO, Celso. DELMANTO, Roberto. DELMANTO JUNIOR, Roberto. DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Vol. I. Niterói. Impetus, 2008.
JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2007.
PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. Vol. 2. São Paulo. RT, 2007.
PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. São Paulo. RT, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 609

DIREITO EMPRESARIAL II

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Dar aos discentes noções básicas sobre a prática creditícia, através do estudo da teoria geral dos títulos de crédito. Identificar os diversos títulos, relacionando os preceitos legais à prática forense para proporcionar ao futuro bacharel suporte ao exercício da advocacia nesta área.

Específicos:

- Conceder fundamentos a teoria geral dos títulos de crédito, apreciando a legislação pertinente e analisando os elementos relacionados com o Direito Comparado.

EMENTA:

Visão histórica do crédito: sua evolução e importância no mundo moderno. Títulos de crédito como fator de segurança da prática creditícia. Os tipos de títulos de crédito: suas peculiaridades e seu tratamento no ordenamento jurídico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Teoria Geral do Direito Cambiário.

1. Conceito de Título de Crédito.
2. Princípios Gerais do Direito Cambiário.
3. Classificação dos Títulos de Créditos e Natureza Jurídica.

Unidade II - Convenção de Genebra. Histórico e Características da Lei Uniforme.

Unidade III - Letra de Câmbio.

Unidade IV – Aceite.

1. Conceito e requisitos.
2. Cancelamento de aceite. Prazo para apresentação do aceite.
3. Letra não aceitável.
4. Falta recusa. Limitação ou modificação do Aceite. Aceite Domiciliado.
5. Restituição da Letra. Efeitos do Aceite.

Unidade V - Endosso.

1. Conceito. Características. Requisitos. Conceito e Modalidades.
2. Espécies de endosso. Efeito o endosso.
3. Responsabilidade do endossante. Proibição de novo endosso.
4. Endosso impróprio: mandato. Pignoratício. Póstumo. Endosso sem garantia.
5. Reendosso.
6. Cancelamento do endosso.

Unidade VI - Do Aval.

1. Noções Gerais. Conceito e Natureza Jurídica.
2. Requisitos do Aval. Lugar do Aval.
3. Responsabilidade do Avalista.
4. Avalista do aceitante.
5. Aval ao sacado.
6. Relações entre avalista e avalizado.
7. Aval e Fiança.
8. Avalistas simultâneos e sucessivos.
9. Cancelamento do Aval.

Unidade VII - Do Vencimento.

1. Conceito. Generalidades. Modalidades e prazos.
2. Ação regressiva antes do vencimento da letra.

Unidade VIII - Pagamento.

1. Conceito. Regras de pagamento.
2. Espécies de pagamento.
3. Pagamento total e parcial. Pagamento por intervenção. Pagamento antes e depois do vencimento.
4. Efeitos do pagamento.
5. Oposição ao pagamento.
6. Ressaque.

Unidade IX - Protesto.

1. Conceito e Natureza Jurídica.
2. Modalidades de protesto.
3. Tempo e lugar do protesto.
4. Efeitos do protesto.
5. Cancelamento do protesto e sustação

Unidade X - Intervenção.

1. Conceito. Espécies e disposições gerais.
2. Aceite e pagamento por intervenção.

Unidade XI - Da Ação Cambial e Sua Prescrição.

1. Especialidade de ação cambial.
2. A soma devida na ação cambial.
3. Espécies: ação direta e regressiva.
4. Extravio e Destruição da letra.
5. Solidariedade Cambiária.
6. Defesa ação cambial.
7. Da prescrição da ação cambial. Interrupção da prescrição.
8. Ação de Locupletamento e prescrição.

Unidade XII - Nota Promissória.

1. Conceito. Histórico.
2. Requisitos.
3. Natureza Jurídica da Nota Promissória.
4. Aplicação das normas sobre a Letra de Câmbio às Notas Promissórias.
5. Nota Promissória a certo Termo da Vista.
6. Nota Promissória vinculada a um contrato.

Unidade XIII - Do Cheque.

1. Conceito, Requisitos Essenciais. Natureza Jurídica.
2. Aplicação ao cheque das normas cambiárias.
3. Função Econômica do cheque. Modalidades.
4. Prescrição.

Unidade XIV - Duplicata.

1. Conceito. Requisitos.
2. Remessa da duplicata ao comprador. Pagamento da duplicata. Protesto.
3. Ação para cobrança.
4. Duplicata de prestação de serviço.

Unidade XV - Títulos de Crédito Impróprios.

1. Noções gerais. Conceito.
2. Classificação. Títulos de legitimação; Títulos Representativos; Títulos de Financiamentos. Títulos de Investimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
REQUIÃO, Rubens Curso de Direito Comercial. Vol. 1. 27ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 607

TEORIA GERAL DO PROCESSO

CRÉDITOS: 04
(4T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Analisar com os alunos os conceitos e os fundamentos dos institutos que servem de alicerces para a construção do raciocínio lógico necessário ao desenvolvimento de competências e habilidades do Processo Civil.

Específicos:

Direcionar os alunos para a aplicação prática do Direito Processual Civil, enquanto instrumento voltado para a pacificação com justiça de forma efetiva e eficaz.

EMENTA:

Noções introdutórias e evolução histórica do Direito Processual Civil. Conflitos de interesses – forma de composição, conceito de lide. A função jurisdicional. O direito Material e o Direito Processual. Institutos e princípios fundamentais de Direito Processual. Interpretação e aplicação do Direito processual. A norma processual. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação. Processo. Relação Jurídica Processual: Sujeitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Noções Preliminares.

1. Definição e evolução histórica;
2. Formas de Composição dos Conflitos;
3. Acesso à Justiça;
4. Princípios.

Unidade II – Normas Processuais.

1. Lei Processual Civil;
2. Validade;
3. Interpretação.

Unidade III – Jurisdição.

1. Conceito;
2. Características;
3. Princípios Fundamentais;
4. Classificação;
5. Substitutivos da Jurisdição.

Unidade IV – Organização Judiciária.

1. Órgãos Julgadores;
2. Serviços Auxiliares da Justiça;
3. Ministério Público;
4. Advogado.

Unidade V – Ação.

1. Natureza jurídica e conceito;
2. Condições da ação;
3. Classificação;
4. Elementos.

Unidade VI – Processo.

1. Conceito;
2. Processo e procedimento;
3. Espécies;
4. Fases;
5. Pressupostos Processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Candido R. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
- GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: volume 1: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito processual Civil. volume 1. 49 ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- SANTOS, Ernani Fidelis dos. Manual de direito processual civil: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2007.



PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 708	DIREITO CIVIL IV (CONTRATOS EM ESPÉCIE)
CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Proporcionar ao aluno uma abordagem específica das diversas espécies de contratos previstos na legislação pátria, conceituando-os e explorando suas características, fundamentos e objetivos, produzindo conhecimento amplo dos vários tipos contratuais.

Específicos:

- Preparar para estudos mais profundos do Direito dos contratos.
- Apresentar os contratos em espécie aplicados aos princípios contratuais.
- Conferir aos estudos foco no contexto do direito positivo e jurisprudencial brasileiros.

EMENTA:

Compra e venda. Troca ou Permuta. Doação. Locação de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e Mútuo. Depósito. Mandato e Gestão de Negócios. Comissão. Fiança. Constituição de renda. Jogo e Aposta. Fiança. Contrato de agência. Contrato de distribuição. Contrato de representação comercial. Contrato de Incorporação. Contrato de corretagem, Contrato de transporte, Contrato de Seguro. Contrato de franquia. Contratos bancários. Sistema financeiro. Contratos de financiamento. Contrato de mútuo. Instituições financeiras e de crédito. Contrato de arrendamento mercantil, contrato de alienação fiduciária e contrato de *factoring*. Contrato de cartão de crédito. A administradora. A cláusula mandato. Capitalização de juros. Anatocismo. Contrato de Seguro Saúde. Contrato de serviços de telefonia. Contrato de Hospedagem. Os contratos de turismo. Contratos agrários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - Compra e venda.

3. Conceito, sujeitos, objeto e características.
4. Análise legal e jurisprudencial

II - Troca ou Permuta.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

III - Doação.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

IV - Locação de coisas.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

V - Prestação de serviços.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

VI - Empreitada.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

VII - Comodato

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

VIII - Depósito.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

IX - Mandato e Gestão de Negócios.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

X - Comissão.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XI - Fiança.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XII - Constituição de renda.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XIII - Jogo e Aposta.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XIV - Contrato de agência.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XV - Contrato de distribuição.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XVI - Contrato de representação comercial.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XVII - Contrato de Incorporação.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XVIII - Contrato de corretagem

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XIX - Contrato de transporte

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XX - Contrato de Seguro.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXI - Contrato de franquia.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXII - Contratos bancários.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial
3. Sistema financeiro.
4. Contratos de financiamento.
5. Contrato de mútuo.
6. Instituições financeiras e de crédito.

XXIII - Contrato de arrendamento mercantil

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXIV - Contrato de alienação fiduciária

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXV - Contrato de *factoring*.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXVI - Contrato de cartão de crédito

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial
3. A administradora. A cláusula mandato.
4. Capitalização de juros.
5. Anatocismo.

XXVII - Contrato de Seguro Saúde.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXIX - Contrato de serviços de telefonia.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXX - Contrato de Hospedagem.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXXI - Contratos de turismo.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

XXXII - Contratos agrários.

1. Conceito, sujeitos, objeto e características.
2. Análise legal e jurisprudencial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Volume III. São Paulo: Saraiva, 2011.
FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.III. 9ª edição. São Paulo, 2011.
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol.IV-tomo II. 7ª edição. São Paulo, 2011.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. IV. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Volume III. Contratos em Espécie. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008
DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. 4 vol. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol.IV-tomo I. 7ª edição. São Paulo, 2011.
NEGRÃO, Theotônio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
RODRIGUES, Silvio. Direito dos Contratos. Vol.5. 28ª edição. São Paulo. Saraiva, 2003.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Volume II. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.



CÓDIGO: IH 197	DIREITO CONSUMIDOR
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Fornecer ao aluno as bases teóricas do Direito do Consumidor, suas aplicações práticas, sobretudo processuais, bem como esclarecer suas relações com outros ramos do Direito.

Específicos:

- Oferecer ao aluno as noções gerais da problemática das relações dos segmentos industrial, comercial e do consumidor, assim como as peculiaridades dos contratos nas relações de consumo em comparação com a teoria geral dos contratos. Da mesma forma, aprofundar os mecanismos processuais de proteção ao consumidor, seja em nível individual, seja em nível coletivo.

EMENTA:

Introdução ao Direito do Consumidor. O consumidor e a relação de consumo. O Código de Defesa do Consumidor. O Contrato de consumo. Princípios regentes dos contratos de consumo. Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor. A defesa do Consumidor. Aspectos processuais relevantes. Aspectos penais relacionados ao Direito do Consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução ao Direito do Consumidor.

- 1.1. Indústria, comércio e circulação de mercadorias.
- 1.2. O consumidor.
- 1.3. Relação de consumo.
- 1.4. Análise introdutória do Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- 1.5. Direitos básicos do consumidor.

Unidade II – O Contrato de Consumo.

- 2.1. A boa-fé objetiva no CDC.
- 2.2. Princípios que presidem os contratos de consumo.
- 2.3. A oferta.
- 2.4. Partes, objeto, forma e espécies.
- 2.5. Formação do contrato.
- 2.6. Contrato de adesão.
- 2.7. Cláusulas gerais.
- 2.8. Interpretação do contrato de consumo.
- 2.9. A proteção contratual.
- 2.10. Cláusulas abusivas e seu controle.
- 2.11. Princípio da transparência.

- 2.12. Dever de informar.
- 2.13. Direito de arrependimento do consumidor.
- 2.14. Execução do contrato.
- 2.15. Inexecução contratual pelo fornecedor.
- 2.16. Consumidor por equiparação.
- 2.17. Desconsideração da personalidade jurídica.

Unidade III – Responsabilidade Civil no CDC.

- 3.1. Responsabilidade do fornecedor.
- 3.2. Responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço.
- 3.3. Decadência e prescrição no CDC.

Unidade IV – Disposições Gerais da Defesa do Consumidor em Juízo.

- 4.1. Temas de Direito Processual relacionados com o Código de Defesa do Consumidor.
- 4.2. Proteção aos consumidores: base constitucional.
- 4.3. Vulnerabilidade.
- 4.4. Assistência jurídica.
- 4.5. Os instrumentos jurídicos de defesa do consumidor.
- 4.6. Os órgãos de proteção ao consumidor.
- 4.7. O consumidor frente aos órgãos jurisdicionais.
- 4.8. Juizados Especiais.
- 4.9. Facilitação da defesa.
- 4.10. Ônus da prova.
- 4.11. A defesa do consumidor em juízo: individual e coletiva.
- 4.12. Recursos e coisa julgada no CDC.
- 4.13. Ações coletivas e ações individuais.
- 4.14. Arbitragem no Direito do Consumidor.

Unidade V – Crimes previstos no Código do Consumidor.

- 5.1. Proteção do Consumidor e das Relações de Consumo no âmbito do Direito Penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, João Baptista de. A proteção jurídica do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ALVIM, Arruda et al. Código do Consumidor Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- BONATTO, Cláudio; MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Questões Controvertidas no Código de Defesa do Consumidor. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual dos direitos do consumidor. São Paulo: Atlas, 2005.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do Anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2006.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _____. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2000.
- NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda Alves Pinto. Código de Defesa do Consumidor Interpretado. 3 ed. São Paulo. Saraiva, 2008.
- TEPEDINO, Gustavo. As relações de consumo e a nova teoria contratual. In Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: Direito

Processual. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
DONATO, Maria Antonieta Zanardo. Proteção ao consumidor: conceito e extensão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do Consumidor – Código Comentado e Jurisprudência. 4 ed. Niterói: Impetus, 2008.
FONSECA, Antonio Cezar Lima da. Direito Penal do Consumidor: Código de Defesa do consumidor e lei nº 8.137/90. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. 4 ed. São Paulo. Saraiva: 2007.
MANDELBAUM, Renata. Contratos de adesão e contratos de consumo. São Paulo: RT, 1996.
SILVEIRA, Reynaldo. Práticas mercantis no direito do consumidor. Curitiba: Juruá, 1999.
SOARES, Ricardo Maurício Freire. A Nova Interpretação do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 1 ed. São Paulo. Saraiva, 2007.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	--

<p>CÓDIGO: IH 611</p> <p>CRÉDITOS: 04 (4T-0P)</p>	<p>DIREITO PENAL III</p> <p>Cada Crédito corresponde à 15h/aula</p>
--	---

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p>
<p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:
Conhecer a parte especial do Código Penal. Enfatizar aspectos doutrinários e a jurisprudência dos diversos tipos penais.

Específicos:

- Proporcionar ao aluno uma visão teórica dos crimes em espécie.

EMENTA:
Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Estupro e atentado violento ao pudor. Sedução e corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de mulheres. Ultraje público ao pudor. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, a tutela ou a curatela. Crimes de perigo comum. Incêndio e explosão. Perigo de desastre ferroviário. Crimes contra a saúde pública. Tráfico ilícito e uso de drogas. Crimes contra a paz pública. Moeda falsa e crimes assimilados. Falsidade de títulos e outros papéis públicos. Falsidade ideológica. Uso de documento falso. Supressão de documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso e o Respeito aos Mortos.

1. Escarnecer de alguém por motivo de crença religiosa;
2. Vilipendiar cadáver ou violar sepultura.

Unidade II – Dos Crimes Contra o Costume.

1. Crimes contra a liberdade sexual;
2. Sedução e corrupção de menores;
3. Lenocínio e tráfico de mulheres;
4. Ultraje público ao pudor.

Unidade III – Dos Crimes Contra a Família.

1. Crimes contra o casamento;
2. Crimes contra o estado de filiação;
3. Crimes contra a assistência familiar;
4. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

Unidade IV – Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública.

1. Crimes contra o perigo comum;
2. Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos;
3. Crimes contra a saúde pública.

Unidade V – Dos Crimes Contra a Paz Pública.

1. Incitação e apologia ao crime;
2. Quadrilha ou bando.

Unidade VI – Dos Crimes Contra a Fé Pública.

1. Moeda falsa;
2. Falsidade de títulos e outros papéis públicos;
3. Falsidade de documentos;
4. Outras falsidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 3. São Paulo. Saraiva, 2008.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Vol. III. Niterói. Impetus, 2008.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. . São Paulo. Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo. Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. RT, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 3. São Paulo, 2008.

COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

DELMANTO, Celso. DELMANTO, Roberto. DELMANTO JUNIOR, Roberto. DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.

JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2007.

PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. São Paulo. RT, 2006.

_____. Curso de Direito Penal Brasileiro. Vol. 3. São Paulo. RT, 2008.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	---

<p>CÓDIGO: IH 616</p> <p>CRÉDITOS: 04 (4T-0P)</p>	<p>DIREITO EMPRESARIAL III</p> <p>Cada Crédito corresponde à 15h/aula</p>
---	---

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p> <p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>
--

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Expor a sistemática da recuperação judicial, extrajudicial e da falência, oriunda de um desequilíbrio empresarial, concomitante, após probabilidade da ação extrajudicial.

Específicos:

Levar ao conhecimento dos discentes a importância das fases de recuperação como fatores legais à classe empresarial, cujo processo se deslinda num Juízo Universal, considerando que o comércio é imprescindível à sociedade.

EMENTA:

Falência; Recuperação Judicial; Recuperação Extra Judicial. Os crimes falimentares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Recuperação Extrajudicial.

- 1.1. Noções Gerais.
- 1.2. Reorganização da Empresa.
- 1.3. Responsabilidade dos Administradores.

Unidade II – Recuperação Judicial.

- 2.1. Conceito. Característica. Princípios.
- 2.2. Credores do Devedor.
- 2.3. Administrador.
- 2.4. Cumprimento.
- 2.5. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Unidade III – Aspectos Gerais da Falência.

- 3.1. Conceito de Falência. Histórico. Característica. Princípios.
- 3.2. Devedor sujeito a falência. Insolvência.

Unidade IV - Processo de Falência.

- 4.1. Pedido de falência. Sentença declaratória da Falência. Sentença denegatória da Falência.

- 4.2. Administração da falência.
- 4.3. Fases do Processo Falimentar: Declaração Judicial da Falência. Verificação do crédito.
- 4.4. Liquidação.
- 4.5. Reabilitação do Devedor.

Unidade V - Pessoa e Bens do Devedor.

- 5.1. Restrições Pessoais. Regime Patrimonial do Devedor.
- 5.2. Preservação da Empresa do Devedor.
- 5.3. Pedido de Restituição e embargos de terceiros.

Unidade VI - Dos Atos e Contratos do Devedor.

- 6.1. Atos Ineficazes. Ação revocatória.
- 6.2. Efeitos da Falência quanto aos Contratos do falido.

Unidade VII - Dos Credores do Devedor.

- 7.1. Credores Admitidos.
- 7.2. Efeitos da Falência quanto aos credores.
- 7.3. Classificação dos Créditos.

Unidade VIII - Disposições Penais.

- 8.1. Conceito. Elementos específicos do tipo penal falimentar.
- 8.2. Inquérito Judicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. 24ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial – direito de empresa. 20ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Falimentar. São Paulo. Saraiva, 2008.
- ROVAI, Armando Luiz. Direito de Empresa. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- COELHO, Fabio Ulhoa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. 7ª edição. São Paulo. Saraiva, 2005.
- MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- NEGRÃO, Ricardo. Direito Empresarial. 1ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 612

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Permitir ao aluno aprender conceitos básicos a fim de lhe possibilitar a compreensão dos institutos do Direito Processual Civil e da Dogmática processual.

Específicos:

- Formar uma consciência crítica.
- Entender e dominar a terminologia técnico-jurídica processual.
- Favorecer o manuseio do Código de Processo Civil e Legislação Pertinente.

EMENTA:

Competência. Relação Litisconsorcial. Intervenção de terceiros. Atos processuais. Formação do processo. Petição Inicial. Resposta do Réu.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Competência.

1. Conceito
2. Distribuição
3. Classificação
4. Critérios de Determinação
5. Modificações da Competência
6. Declaração da Incompetência
7. Conflito de Competência

UNIDADE II - Teoria Geral dos Atos Processuais.

1. Forma
2. Tempo e Lugar
3. Prazos
4. Atos de Comunicação: citação, intimação e cartas
5. Nulidades

UNIDADE III – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.

1. Partes
2. Litisconsórcio
3. Intervenção de Terceiros

UNIDADE IV - Fase de Postulação do Processo de Conhecimento.

1. Petição Inicial
2. Resposta do Réu

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: volume 1: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito processual Civil. volume 1. 49 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Candido R.
Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2008.
SANTOS, Ernani Fidelis dos. Manual de Direito processual civil: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 703

DIREITO AMBIENTAL

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Formar no alunado um senso ambiental crítico e desenvolver as capacidades de análise legal, doutrinária e jurisprudencial acerca das leis ambientais vigentes no país.

EMENTA:

O surgimento do meio ambiente como direito difuso; Histórico da proteção ambiental no mundo e no Brasil; O meio ambiente na Constituição; Princípios Constitucionais Ambientais; Sistema Nacional do Meio Ambiente; A Política Nacional do Meio Ambiente; Estudo de Impacto Ambiental e Licenciamento Ambiental; Áreas protegidas; Crimes Ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – A questão ambiental

- 1.1 O surgimento do meio ambiente como problema
- 1.2 A crise ambiental: surgimento, questões, dilemas
- 1.3 Movimentos ambientalistas e suas classificações
- 1.4 O relatório Brundtland e o desenvolvimento sustentável como novo paradigma

Unidade II - Direito e Meio Ambiente.

- 2.1. O meio ambiente como bem jurídico objeto de tutela diversificada.
- 2.2. A proteção ambiental no plano internacional.
- 2.3. A proteção ambiental na legislação do Brasil: aspectos históricos

Unidade III – O meio ambiente na Constituição.

- 3.1 Significado do termo para a Constituição

- 3.2 Proteção constitucional do meio ambiente: art.225.
- 3.3 Princípios Constitucionais Ambientais
- 3.4 Competência legislativa e administrativa em matéria ambiental.
- 3.5 Poderes administrativos ambientais.

Unidade IV – A Política Nacional do Meio Ambiente

- 4.1 Diretrizes e Princípios Gerais
- 4.2 Principais conceitos da lei
- 4.3 Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
- 4.4 Licenciamento Ambiental

Unidade V – Áreas Protegidas

- 5.1 Zoneamento Urbano e Zoneamento Ambiental
- 5.2 Unidades de Conservação (panorama geral)
- 5.3 APP e Reserva Particular de Patrimônio Natural (panorama geral)

Unidade VI – Aspectos Processuais de Defesa do Meio Ambiente

- 6.1 Termo de Ajustamento de Conduta
- 6.2 Ação Civil Pública
- 6.3 Ação Popular

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
ARAÚJO, Gisele Ferreira de. Direito Ambiental. São Paulo. Atlas, 2008.
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. São Paulo. Saraiva, 2007.
DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico. 3ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 709

DIREITO CIVIL V (DIREITO DAS COISAS)

CRÉDITOS: 04
(4T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Transmitir aos estudantes a principiologia do Direito das Coisas, estimulando a busca pela compreensão dos principais conceitos e institutos e o confronto com o Direito Pessoal à luz de uma visão civil-constitucional.

Específicos:

Preparar o aluno para aplicação prática dos conceitos, partindo de casos fictícios e reais; Analisar as espécies e qualificações da posse e da propriedade, bem como as linhas gerais das principais ações e meios de defesa; desenvolver noções sobre a função social da propriedade, do direito de vizinhança e do direito condominial. Conhecer os conceitos básicos do parcelamento do solo, da propriedade resolúvel e fiduciária, do direito de superfície, servidões, usufruto, penhor, anticrese e hipoteca.

EMENTA:

Direito das coisas. Posse: conceito. Natureza jurídica, elementos constitutivos. Teorias de Savigny e Ihering. Aquisição, efeitos e perda da posse. Proteção possessória. Propriedade: conceito. Aquisição da propriedade imóvel: formas de aquisição da propriedade imóvel. Usucapião, direitos de vizinhanças. Propriedade móvel. Aquisição da propriedade móvel. Condomínio. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de garantia. Da função social da propriedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Da Posse e das Ações Possessórias.

- 1.1. Generalidades sobre a Posse.
- 1.2. Conceito, Objeto, e Natureza Jurídica da Posse.
- 1.3. Espécies de Posse.
- 1.4. Aquisição e Perda da Posse.
- 1.5. Efeitos da Posse.
- 1.6. Da Perda da Posse.

II – Dos Direitos Reais.

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Espécies.
- 2.3. Formas de Aquisição.

III – Da Propriedade.

- 3.1. Da Propriedade.
- 3.2. Conceito e Elementos Constitutivos.
- 3.3. Características.
- 3.4. Ações e Meios de Defesa.
- 3.5. Aquisição da Propriedade Imóvel.
- 3.6. Aquisição da Propriedade Móvel.
- 3.7. Perda da Propriedade.
- 3.8. Direitos de Vizinhança.
- 3.9. Condomínio Geral.
- 3.10. Condomínio Edifício.
- 3.11. Propriedade Resolúvel.

IV – Da Superfície.

- 4.1. Conceito.

4.2. Características e Disposições Legais.

V – Das Servidões.

- 5.1. Conceito e Características.
- 5.2. Constituição.
- 5.3. Exercício.
- 5.4. Extinção.

VI – Do Usufruto.

- 6.1. Conceito e Características.
- 6.2. Direitos e Deveres do Usufrutuário.

VII – Do Uso e da Habitação.

- 7.1. Conceito e Disposições Legais.

VIII - Da Promessa de Compra e Venda.

- 8.1. Conceito e Dispositivos Legais.

IX – Os Direitos Reais de Garantia.

- 9.1. O Penhor.
- 9.2. A Hipoteca.
- 9.3. A Anticrese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2009.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol.5. São Paulo. Saraiva, 2008.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil vol. 5. 28ª edição. São Paulo. Saraiva, 2009.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil, vol. 5. São Paulo: Atlas, 2009.
ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
SILVA, Caio Mário Pereira da. Instituições de Direito Civil, vol. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
FIUZA, César. Direito Civil – Curso Completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
NEGRÃO, Theotônio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO



CRÉDITOS: 04
(4T-0P)

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Estudar a Administração Pública Brasileira, bem como as normas que regulam o seu funcionamento.

Específicos: Conhecer os princípios que regem a Administração Pública.

- Identificar os poderes administrativos.
- Introduzir o estudo dos atos administrativos.
- Familiarizar-se com as normas que orientam as licitações públicas e os contratos administrativos.
- Adquirir conhecimentos sobre o serviço público brasileiro.
- Distinguir entre as diversas modalidades de serviço público.

EMENTA:

Direito Administrativo e Administração Pública. Ato Administrativo. Licitação Pública. Contrato Administrativo. Serviços Públicos. Concessão e Permissão de Serviços Públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Direito Administrativo e Administração Pública.

- 1.1. Aspectos Introdutórios à Disciplina.
- 1.2. Órgãos Públicos: conceito, teorias de caracterização e classificação.
- 1.3. Agentes Públicos: generalidades, espécies.
- 1.4. Princípios Administrativos: expressos e reconhecidos.

Unidade II – Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.

- 2.1. Generalidades: O poder-dever do Administrador Público.
- 2.2. Os Poderes Administrativos.
- 2.3. Uso e abuso de Poder Administrativo.
- 2.4. Formas de abuso.
- 2.5. Deveres dos Administradores Públicos.
- 2.6. Hierarquia e Disciplina.
- 2.7. Do Poder Legislativo.

Unidade III – Ato Administrativo.

- 3.1. Conceito e elementos ou requisitos de validade.
- 3.2. Características.
- 3.3. Mérito Administrativo.
- 3.4. Classificação e espécies.
- 3.5. Extinção do Ato Administrativo.
- 3.6. Invalidação do Ato Administrativo.

Unidade IV – Licitação Pública.

- 4.1. Conceito e princípios básicos.
- 4.2. Modalidades de licitação.
- 4.3. Dispensa e inexigibilidade.
- 4.4. Procedimento licitatório ou Fases da Licitação Pública.
- 4.5. Recursos administrativos cabíveis na licitação
- 4.6. O Pregão: aspectos relevantes.

Unidade V – Contrato Administrativo.

- 5.1. Conceito e características.
- 5.2. Espécies de Contrato Administrativo.
- 5.3. Cláusulas contratuais necessárias e de privilégio. A equação econômico-financeira.
- 5.4. Inexecução do contrato. Sanções administrativas.
- 5.5. Extinção do Contrato.
- 5.6. Convênios Administrativos e Consórcios Públicos.

Unidade VI – Serviços Públicos.

- 6.1. Características e titularidade.
- 6.2. Princípios e classificação dos serviços públicos.
- 6.3. Remuneração dos serviços públicos.
- 6.4. Direitos e deveres dos usuários.
- 6.5. Execução do Serviço.
- 6.6. Novas formas de prestação do serviço público.

Unidade VII – Concessão e Permissão de Serviços Públicos.

- 7.1. Concessão de Serviços Públicos.
- 7.2. Permissão de Serviços Públicos.
- 7.3. Concessão Especial de Serviços Públicos. As Parcerias Público-Privadas.
- 7.4. Autorização de Serviço Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 17.ed. São Paulo: Método, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 13.ed. São Paulo: RT, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Celso A. Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	---

<p>CÓDIGO: IH 617</p>	<p>DIREITO PENAL IV</p>
<p>CRÉDITOS: 04 (4T-0P)</p>	<p>Cada Crédito corresponde à 15h/aula</p>

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p>
<p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Conhecer o Código Penal na parte especial principalmente os crimes funcionais. Analisar a legislação extravagante.

Específicos:

- Proporcionar ao discente uma visão específica dos crimes funcionais e da legislação penal especial.

EMENTA:

Crimes contra a administração pública. Peculato. Corrupção passiva. Prevaricação. Resistência e desobediência. Desacato. Corrupção ativa. Contrabando e descaminho. Denunciação caluniosa. Falso testemunho e falsa perícia. Exercício arbitrário das próprias razões. Favorecimento pessoal e real. Exercício arbitrário ou abuso de poder. Exame geral da legislação penal extravagante.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Dos Crimes Contra a Administração Pública.

- 1.1. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração geral;
- 1.2. Crimes praticados por particulares contra a administração em geral;
- 1.3. Crimes contra a administração da justiça;
- 1.4. Crimes contra as finanças públicas.

Unidade II – Da Legislação Extravagante.

- 2.1. Decreto-Lei nº 3.688, de 03/10/1991. Lei de contravenções penais;
- 2.2. Controle de Armas. Lei nº. 10826, de 22/12/2003;
- 2.3. Criança e adolescentes. Lei nº. 8069, de 13/07/1990;
- 2.4. Crime organizado. Lei nº.9034, de 03/05/1995;
- 2.5. Crimes hediondos. Lei nº. 8072, de 25/07/1990;
- 2.6. Entorpecentes. Lei nº. 10409, de 11/01/2002;
- 2.7. Trânsito. Lei nº. 9503, de 23/09/1997;
- 2.8. Violência Doméstica. Lei nº. 11340, de 07/08/2006.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Vol. 3 e 4. São Paulo. Saraiva, 2008.
JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. . São Paulo. Saraiva, 2008.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. São Paulo. Atlas, 2007.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo. RT, 2008.
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. São Paulo. RT, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BITTENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal. Vol. 3. São Paulo, 2008.
COSTA JUNIOR, Paulo José. Curso de Direito Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
COSTA JUNIOR, Paulo José. PELLEGRINI, Angiolo. Criminalidade Organizada. Atlas, 2008.
DELMANTO, Celso. DELMANTO, Roberto. DELMANTO JUNIOR, Roberto. DELMANTO, Fabio Machado de Almeida. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro. Renovar, 2007.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Vol. III. Niterói. Impetus, 2008.
JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2007.
PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal. São Paulo. RT, 2006.
_____. Direito Econômico. São Paulo. RT, 2007.
RAMAYANA, Marcos. Leis Especiais Comentadas. Niterói. Impetus, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 634	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:
 Gerais:
Despertar no aluno um conhecimento sobre as regras internacionais de direito público e suas consequências para as sociedades membros.
Específicos:
Capacitar o aluno para a compreensão das características e pressupostos do DIP. De suas fontes de sua Relação com o Direito Interno. O Estado. O Indivíduo no Direito Internacional Público.

EMENTA:
Sociedade internacional; Evolução histórica do direito internacional público; As fontes do direito internacional público; Os sujeitos internacionais (Estados soberanos e Organizações internacionais); Meios de representação; Poder jurisdicional do Estado; Território estatal; Meios de solução de conflitos internacionais; Sanções internacionais; Segurança coletiva; Direito de guerra e neutralidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Noções Preliminares.

- 1.1. Características e pressupostos do DIP
- 1.2. Fontes de DIP
- 1.3. Relação entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno

Unidade II – Estado.

- 2.1. A soberania do Estado e o DIP contemporâneo. Imunidades e jurisdição
- 2.2. Direitos e deveres do Estado. Restrições.
- 2.3. O reconhecimento de Estado e Governos.
- 2.4. Sucessão de Estados.
- 2.5. As competências do Estado.
 - 2.5.1. As competências estatais sobre os espaços terrestres e marítimos;
 - 2.5.2. As competências estatais sobre os espaços aéreo e ultraterrestre;
 - 2.5.3. Os espaços polares.
- 2.6. Órgãos do Estado encarregados das relações internacionais
 - 2.6.1. Chefes de Estado, governo e ministro de relações internacionais;
 - 2.6.2. As missões diplomáticas;
 - 2.6.3. Repartições consulares.
- 2.7. O ilícito internacional do Estado, sanções e a solução pacífica das controvérsias internacionais.
 - 2.7.1. Responsabilidade internacional;
 - 2.7.2. Meios diplomáticos de solução de controvérsias: negociação, mediação, conciliação;
 - 2.7.3. Meios jurisdicionais de solução de controvérsias: arbitragem, acordo judicial.
- 2.8. A Guerra

Unidade III - O Indivíduo no Direito Internacional Público.

- 3.1. O problema da subjetividade internacional do indivíduo.
- 3.2. A proteção internacional; dos direitos humanos.
- 3.3. A obra das Nações Unidas sobre direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BREGALDA, Gustavo. Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado. 2ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar. Manual de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.
- MATTOS, Adherbal Meira. Direito Internacional Público. 3ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.
- PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de Direito Internacional Público. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BORGES, José Souto Maior. Curso de Direito Comunitário. São Paulo. Saraiva, 2005.
- DALLARI, Pedro B. A. Constituição e Tratados Internacionais. São Paulo. Saraiva, 2003.
- GONÇALVES, Joanival Brito. Tribunal de Nuremberg – 1945-1946. A Gênese de uma Nova Ordem no Direito Internacional. 2ª edição. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.
- SOARES, Denise de Souza, DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Penal – Tratados e Convenções. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	---

<p>CÓDIGO: IH 618</p> <p>CRÉDITOS: 04 (4T-0P)</p>	<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL II</p> <p>Cada Crédito corresponde à 15h/aula</p>
---	---

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p>
<p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Desenvolver o processo de conhecimento até a sentença, incentivando o raciocínio do aluno ao explicar cada fase processual.

Específicos:

Trazer os princípios e as noções gerais aprendidas nos períodos anteriores para aplicação no processo de cognição.

EMENTA:

Processo de Conhecimento: fase de providências preliminares; fase instrutória; fase decisória; ação rescisória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Fase de Providências Preliminares e Saneamento.

- 1.1. Providências Preliminares
- 1.2. Julgamento conforme o Estado do Processo
- 1.3. Saneamento do Processo
- 1.4. Audiências de Conciliação (rito sumário) e Preliminar (comum)

Unidade II - Fase Instrutória.

- 2.1. Sistema Geral de Provas
- 2.2. Audiência de Instrução e Julgamento

Unidade III – Fase Decisória.

- 3.1. Sentença
- 3.2. Coisa Julgada

Unidade IV – Ação Rescisória.

- 4.1. Conceito
- 4.2. Pressupostos
- 4.3. Procedimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: volume 1: teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. Processo de Conhecimento. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito processual Civil. volume 1. 49 ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Candido R. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 710

DIREITO CIVIL VI (DIREITO DE FAMÍLIA)

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Proporcionar ao aluno a base teórica e prática para análise das questões pertinentes ao Direito de Família e sua conexão com os demais ramos do Direito, visando a sua adequada inserção no mercado de trabalho.

Específicos:

➤ Permitir o exame crítico do conceito de família a partir da Constituição de 1988.

Propiciar o debate acerca da posição da mulher no casamento, das relações homoafetivas, da adoção e dos direitos da criança e do adolescente no seio familiar.

Examinar as decisões dos tribunais de forma crítica, especialmente nos chamados “casos difíceis”.

EMENTA:

A família e sua perspectiva histórica. Os princípios constitucionais orientadores do Direito de Família. A Família a partir da virada paradigmática da Constituição de 1988: a família plural. Casamento. Conceito, natureza e impedimentos. Habilitação e celebração. Regime de bens. Teoria das nulidades do casamento. Fim do casamento. Separação e divórcio. Parentesco e filiação. Investigação de paternidade. Guarda. Guarda compartilhada. Alimentos e bem de família. Aspectos processuais. Tutela e curatela. Adoção. Poder familiar. União estável. Reconhecimento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Evolução histórica da família.

II – O Direito de família e a família a partir da Constituição de 1988.

- 2.1. Objeto
- 2.2. Natureza do casamento
- 2.3. Princípios constitucionais orientadores do Direito de família
- 2.4. Princípio da *ratio* do matrimônio e da união estável
- 2.5. Princípio da igualdade: cônjuges e filhos
- 2.6. Princípio do pluralismo familiar
- 2.7. Princípio da consagração do poder familiar
- 2.8. Princípio da dignidade da pessoa humana

III – Casamento.

- 3.1. Conceito e natureza
- 3.2. Capacidade para o casamento. Habilitação para o casamento
- 3.3. Procedimento e documentação
- 3.4. Acordo pré nupcial
- 3.5. Casamento civil e casamento religioso
- 3.6. Impedimentos
 - 3.6.1. Resultantes do parentesco
 - 3.6.2. Resultante de casamento anterior
 - 3.6.3. Decorrente de crime
- 3.7. Causas suspensivas
- 3.8. Oposição dos impedimentos
- 3.9. Celebração do casamento
- 3.10. Provas do casamento
- 3.11. Espécies de casamento:
 - 3.11.1. Casamento válido
 - 3.11.2. Casamento putativo
 - 3.11.3. Casamento nuncupativo
 - 3.11.4. Casamento religioso com efeitos civis
 - 3.11.5. Casamento consular
 - 3.11.6. Conversão de união estável em casamento
 - 3.11.7. Casamento inválido
 - 3.11.8. Casamento inexistente
 - 3.11.9. Casamento nulo
 - 3.11.10. Casamento anulável
- 3.12. Efeitos jurídicos do casamento
 - 3.12.1. Efeitos sociais
 - 3.12.2. Efeitos pessoais
 - 3.12.3. Efeitos jurídicos patrimoniais
 - 3.12.4. Regimes de bens
 - 3.12.5. Pacto antenupcial
 - 3.12.6. Relações econômicas entre pais e filhos
- 3.13. As relações de parentesco
 - 3.13.1. Parentesco: linhas e graus
 - 3.13.2. Espécies de parentesco
 - 3.13.3. Filiação
 - 3.13.4. Reconhecimento dos filhos
 - 3.13.5. Adoção

- 3.13.6. Poder familiar
- 3.14. Dissolução da Sociedade Conjugal
 - 3.14.1. Dissolução pela morte de um dos cônjuges
 - 3.14.2. Separação judicial
 - 3.14.3. Divórcio
 - 3.14.4. Guarda dos filhos menores
 - 3.14.5. Alimentos
 - 3.14.6. Bem de família
 - 3.14.7. Aspectos processuais
- 3.15. Direito assistencial
 - 3.15.1. Tutela
 - 3.15.2. Curatela
 - 3.15.3. Medidas de proteção à criança e ao adolescente

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4ª Edição; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. VI. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol V. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 5º volume. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAHALI, Youssef Said. Dos alimentos. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice. União Homoafetiva: o preconceito e a justiça. 4ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FACHIN, Luiz Edson. Direito de Família: elementos críticos à luz do novo código civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEREIRA, Áurea Pimentel. Alimentos no Direito de Família e no Direito dos Companheiros. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

PERES, Ana Paula Ariston Barion. A Adoção por Homossexuais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 619

DIREITO ADMINISTRATIVO II

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Concluir o estudo sobre a Administração Pública Brasileira, bem como as normas que regulam o

seu funcionamento.

Específicos:

- Aprofundar o estudo sobre a Administração Pública brasileira.
- Conhecer os mecanismos de responsabilidade civil do Estado.
- Adquirir conhecimentos sobre o servidor público no Brasil.
- Identificar as formas de intervenção e atuação do Estado na propriedade e no domínio econômico.
- Familiarizar-se com as formas de controle da Administração Pública.
- Distinguir entre as diversas modalidades de bens públicos.

EMENTA:

Administração Direta e Indireta. Responsabilidade Civil do Estado. Servidores Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Controle da Administração Pública. Bens Públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Administração Direta e Indireta.

- 1.1. Aspectos Introdutórios ao tema.
- 1.2. Administração Direta: características.
- 1.3. Administração Indireta: princípios norteadores. Entidades que a compõem.
- 1.4. Características diferenciadoras das diversas entidades da Administração Indireta.
- 1.5. Pessoas de Cooperação Governamental.
- 1.6. Organizações Colaboradoras.

Unidade II – Responsabilidade Civil do Estado.

- 2.1. Aspectos introdutórios ao tema.
- 2.2. Evolução da Responsabilidade Civil do Estado.
- 2.3. Aplicação da responsabilidade objetiva.
- 2.4. Atos legislativos e judiciais.
- 2.5. Reparação do Dano.
- 2.6. O Direito de Regresso.

Unidade III – Servidores Públicos.

- 3.1. Classificação dos agentes públicos.
- 3.2. Servidores Públicos.
- 3.3. Regimes Jurídicos Funcionais.
- 3.4. Organização Funcional.
- 3.5. Regime Constitucional.
- 3.6. Responsabilidade dos servidores públicos.

Unidade IV – Intervenção do Estado na Propriedade.

- 4.1. Aspectos introdutórios ao tema.
- 4.2. Fundamentos de Intervenção. Modalidades de Intervenção.
- 4.3. Servidão Administrativa. Requisição.
- 4.4. Ocupação Temporária. Limitações Administrativas.
- 4.5. Tombamento.
- 4.6. Desapropriação.

- 4.6.1. Conceito. Pressupostos. Espécies.
- 4.6.2. Espécies.
- 4.6.3. Competências.
- 4.6.4. Destinação dos bens expropriados.
- 4.6.5. Fases.
- 4.6.6. Ação e indenização.

Unidade V – Atuação do Estado no Domínio Econômico.

- 5.1. Aspectos introdutórios ao tema.
- 5.2. Ordem Econômica.
- 5.3. Formas de atuação do Estado.
- 5.4. Estado Regulador.
- 5.5. Estado Executor.
- 5.6. Monopólio estatal.

Unidade VI – Controle da Administração Pública.

- 6.1. Aspectos introdutórios ao tema.
- 6.2. Classificação do controle da Administração Pública.
- 6.3. Controle Administrativo.
- 6.4. Controle Legislativo.
- 6.5. Controle Judicial.
- 6.6. O Poder Público em juízo.

Unidade VII – Bens Públicos.


- 7.1. Conceito e classificação.
- 7.2. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Afetação e Desafetação.
- 7.3. Formas de Aquisição dos Bens Públicos.
- 7.4. Gestão dos Bens Públicos.
- 7.5. Instrumentos de alienação.
- 7.6. Espécies de Bens Públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 17.ed. São Paulo: Método, 2009.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 13.ed. São Paulo: RT, 2009.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 35.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MELLO, Celso A. Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	---

<p>CÓDIGO: TH 705</p>	<p>DIREITO PENAL V</p>
<p>CRÉDITOS: 04 (4T-0P)</p>	<p>Cada Crédito corresponde à 15h/aula</p>

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p>
<p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Adquirir noções jurídicas essenciais ao desempenho da carreira, discutir as controvérsias atuais do temas atinentes a legislação penal especial - revisitando conceitos básicos de direito penal e de processo penal - e conhecer peculiaridades de cada lei objeto do programa.

EMENTA:

Legislação penal especial: Lei de Crimes Hediondos (lei 8072/90), Lei Antidrogas (lei 11.343/06), Estatuto do Desarmamento (Lei 10826/03), Crimes do Código de Transito Brasileiro (Lei 9503/97), Crimes Ambientais (Lei 9605/98), Crimes da Lei de Tortura (lei 9455/97), Lavagem de Dinheiro (lei 9613/98), Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), Crimes de Abuso de Autoridade (lei 4898/65), Crimes Falimentares (lei 11101/05), Crimes contra a ordem tributaria, econômica e relações de consumo (Lei 8137/90), Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou Cor (Lei 7716/89). Crimes previstos no estatuto do idoso (Lei 10741/03)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Lei de Crimes Hediondos (Lei 8072/90).

- Noções Gerais.
- Dos Crimes e das penas.
- Do Procedimento Criminal.

II – Lei Antidrogas (lei 11.343/06).

- Dos Crimes e das penas
- Do procedimento penal.
- Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado.
- Disposições finais e transitórias.
- Questões diversas.

III – Estatuto do Desarmamento. (lei 10826/03).

- Noções gerais.
- Crimes em espécie.
- Vigência da lei 10826/03 e questões diversas.

IV – Crimes do Código de Transito Brasileiro (Lei 9503/97).

- Considerações preliminares.
- Conceitos específicos.
- Permissão ou habilitação para dirigir veículo.
- Suspensão ou proibição da permissão ou habilitação para dirigir veículo.
- Agravantes genéricas.
- Prisão em flagrante e fiança.
- Perdão Judicial.
- Dos crimes em espécie.

V – Crimes Ambientais (Lei 9605/98).

- Disposições Gerais.
- Aplicação da pena.
- Dos crimes contra o meio ambiente.
- Disposições Finais.

VI – Lei de Tortura (Lei 9455/97)

- Considerações iniciais.
- Tortura. Aspectos Penais.
- Crimes de Tortura.
- Efeitos da Condenação.
- Graça e Anistia. Fiança
- Extraterritorialidade.
- Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência.

VII – Lavagem de Dinheiro ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (lei 9613/98)

- Considerações Preliminares
- Objeto Jurídico
- Objeto Material
- Tipos penais
- Causa de aumento de pena
- Delação Premiada
- Competência
- Citação
- Fiança e Liberdade provisória
- Medidas assecuratórias
- Ação controlada
- Efeitos da condenação
- Disposições administrativas

VIII – Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90)

- Considerações Preliminares.
- Medidas específicas para Criança e adolescente: diferenciação.
- Dos atos infracionais.
- Da apreensão.

IX – Crimes da Lei de Abuso de Autoridade (lei 4898/65).

- Introdução.
- Direito de Representação.
- Crimes de abuso de autoridade.
- Sanções legais.
- Procedimento.
- Competência.
- Questões diversas.

X – Crimes falimentares (lei 11101/05).

- Noção de crime falimentar.
- Eficácia da Lei Penal no Tempo e os novos crimes falimentares.
- Classificação dos crimes falimentares.
- Do procedimento penal
- Crimes Falimentares em espécie.

XI – Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo- lei 8137/90

- Considerações Gerais.
- Dos crimes previstos em lei.
- Concurso de crimes.

XII – Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor – Lei 7.716/89

- Considerações Gerais
- Racismo, discriminação e preconceito racial.
- Raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.
- Dos crimes e das penas

XIII – Crimes previstos no Estatuto do Idoso – Lei 10741/03

- Considerações Gerais
- Dos crimes e das penas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação Penal Especial. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, legislação penal especial, volume IV. 6.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. Curso de Processo Penal. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FILHO, Tourinho. Processo Penal. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FRANCO, Alberto Silva. Crimes Hediondos. 7ª ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2011.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães; GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES, Luiz Flavio. Juizados Especiais Criminais. Comentários a lei 9099/95. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FULLER, Paulo Henrique Aranda. Legislação Penal Especial. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Vol. I e Vol. II
- NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- _____. Manual de Processo e Execução Penal. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- SILVA, José Geraldo da; LAVORENTI, Wilson; GENOFRE, Fabiano. Leis especiais anotadas. 12ª ed. Campinas: Millenium, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flavio; CUNHA, Rogério Sanches; OLIVEIRA, William Terra de. Nova lei de drogas comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- BORGES, José Ribeiro Silva. Tortura. Campinas: Romana Juridica, 2004.
- CERVINI, Raul; TERRA, William; GOMES, Luiz Flavio. Lei de Lavagem de Capitais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998
- CORREA, Antonio. Dos crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Saraiva, 1994.
- FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui (coord.) Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 1 e 2.
- GOMES, Luiz Flavio. Legislação Criminal Especial, vol. VI. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- _____. Crimes Ambientais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- JESUS, Damasio de. Lei Antidrogas anotada. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- _____. Lei dos Juizados especiais anotada. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- _____. Crimes de Transito. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- _____. Direito Penal do desarmamento. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- LIMA, Marcellus Polastri. Manual de Processo Penal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- _____. Crimes de Transito, Aspectos penais e processuais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- _____. A (nova) lei dos crimes hediondos comentada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- LOBATO, José Danilo Tavares. Direito Penal Ambiental e Seus Fundamentos - Parte Geral. Curitiba: Juruá, 2011.
- MENDONÇA, Andrey Borges de. CARVALHO, Paulo Roberto Galvão de. Lei de drogas comentada artigo por artigo. São Paulo: Método, 2007.
- MILARÉ, Édís. Direito Penal Ambiental – comentários a lei 9605/98. Campinas: Millenium, 2002.
- MONTEIRO, Antonio Lopes. Crimes hediondos – Texto, comentários e aspectos polêmicos, 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 15ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- PITOMBO, Antonio Sergio de Moraes. Lavagem de dinheiro – a tipicidade do crime antecedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- PORTOCARRERO, Claudia Barros. Leis penais especiais para concursos. Niteroi: Impetus, 2010.
- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 18ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- _____. Comentários penais e processuais penais à lei de drogas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- SANTANA, Rafael de Sá; FOPPEL, Gamil. Crimes Tributários. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- SILVA, Jorge Vicente. Comentários à nova lei antidrogas, Manual Prático. Curitiba: Juruá, 2006.
- SMANIO, Gianpaolo Poggio; MORAIS, Alexandre de. Legislação penal especial. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 622

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CRÉDITOS: 04

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

(4T-0P)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Assegurar o conhecimento de tipos de processo penal. Da investigação preparatória e dos sujeitos processuais. As noções da prova, da prisão da liberdade.

Específicos:

Tornar o discente capaz de interpretar a lei e aplicá-la corretamente.

EMENTA:

Disposições preliminares. Do Inquérito policial. Prisão provisória. Da ação penal. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais. Da Instrução criminal. Das provas. Juiz, ministério público, acusado e defensor. Assistentes e auxiliares da justiça. Prisão. Liberdade provisória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Processo Penal: Interpretação, Integração e Aplicação da Norma Processual Penal.

1. Noções básicas;
2. Conflito de interesses;
3. Princípios processuais;
4. Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço;
5. Interpretação: analogia.

Unidade II – Da Persecução Penal: Ação Penal.

1. Inquérito policial;
2. Ação penal;
3. Ação penal pública;
4. O princípio da legalidade;
5. Denúncia e queixa;
6. O princípio da oportunidade;
7. Ação civil.

Unidade III – Da Jurisdição e Organização Judiciária Penal: Competência em Matéria Penal.

1. Jurisdição: critérios determinativos. Conexão e continência. Concurso de delitos. Unificação das penas.
2. Competência.

Unidade IV – O Juiz, O Ministério Público, O Acusado E Defensor, Os Assistentes E Auxiliares Da Justiça.

1. Juiz;
2. Ministério Público;
3. O acusado e o defensor;
4. Os assistentes;
5. Os servidores da justiça;

6. Os peritos e intérpretes.

Unidade V – As Medidas Cautelares em Matéria Processual Penal.

1. Medidas assecuratórias: características;
2. Prisão cautelar;
3. Prisão em flagrante;
4. Prisão preventiva;
5. Liberdade provisória
6. Fiança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edílson Mougnot. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo. Atlas, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

_____. Manual de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo. Saraiva, 2001.

BONFIM, Edílson Mougnot. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2008

CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lúmen Júris., 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo. Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo. RT, 2008.

_____. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. RT, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 621

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

CRÉDITOS: 04
(4T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Capacitar o aluno no trato com a doutrina, legislação e jurisprudência, segundo os preceitos teóricos. Ministrando a matéria de forma a fazer o aluno raciocinar, para que possa não só entender o conteúdo jurídico, mas desenvolver uma visão crítica do sistema. Apresentar as diversas doutrinas, permitindo que cada aluno exerça a sua escolha.

Específicos:

Debater a teoria e a prática de cada instituto, possibilitando a análise de sua efetiva necessidade. Justificar a razão da responsabilidade patrimonial, com ênfase nas execuções em espécies. Conceder maior aprofundamento nas diferenças entre fraude contra credores e fraude à execução.

EMENTA:

Dos recursos; recursos no primeiro grau de jurisdição; recursos de segundo grau de jurisdição; processo de execução em espécies; fases da execução; fraude contra credores e fraude à execução; oposição à execução; recursos na execução; suspensão e extinção da execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Teoria Geral dos Recursos.

- 1.1. Conceito e natureza jurídica
- 1.2. Condições de Admissibilidade
- 1.3. Efeitos

Unidade II – Recursos em Espécie.

- 2.1. Agravo
- 2.2. Apelação
- 2.3. Embargos de Declaração
- 2.4. Recurso Adesivo
- 2.5. Embargos Infringentes
- 2.6. Recurso Ordinário
- 2.7. Recurso Extraordinário
- 2.8. Recurso Especial

Unidade III – Liquidação de Sentença.

- 3.1. Conceito
- 3.2. Natureza Jurídica
- 3.3. Espécies
- 3.4. Recursos

Unidade IV – Cumprimento de Sentença.

- 4.1. Conceito
- 4.2. Natureza jurídica
- 4.3. Execução Definitiva e Provisória
- 4.4. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer e não fazer
- 4.5. Cumprimento de sentença de entrega de coisa
- 4.6. Cumprimento de sentença de pagamento de quantia certa
- 4.7. Impugnação

Unidade V – Processo de Execução.

- 5.1. Noções Gerais
- 5.2. Execução em Espécies
- 5.3. Fases do Processo de Execução
- 5.4. Recursos
- 5.5. Suspensão e Extinção

Unidade VI – Oposição à Execução.

- 6.1. Objeção de Pré-Executividade
- 6.2. Embargos de devedor

Unidade VII – Insolvência Civil.

- 7.1. Conceito
- 7.2. Características
- 7.3. Procedimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: volume 2: atos processuais a recursos e processo nos tribunais. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito processual Civil. volume 2. 49 ed., Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido R. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 711

DIREITO CIVIL VII (DIREITO DAS SUCESSÕES)

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Levar o aluno a compreender o direito sucessório em seus aspectos teóricos e práticos, capacitando-o para solucionar questões atinentes à transmissão e proteção da herança.

Específicos:

- Contribuir para uma análise crítica da sucessão hereditária a partir da noção de uma família plural.
- Proporcionar ao aluno instrumentos necessários para desenvolver o planejamento sucessório.
- Estimular o debate sobre as questões sucessórias controversas.

EMENTA:

O Direito das Sucessões e seus fundamentos. Conceito e noções históricas. Abertura da sucessão. Transmissão e administração da herança. Indignidade. Sucessão Legítima. Hipóteses. A ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Sucessão por cabeça e por estirpe. O direito de representação. Sucessão Testamentária. Conceito, características e espécies. Legado e Codicilo.

Direito de acrescer. Ineficácia. Inventário e Partilha. Rito ordinário, rito sumário e escritura pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O Direito das Sucessões e seus fundamentos.

- 1.1. Conceito
- 1.2. Noções e perspectivas históricas
- 1.3. Abertura da sucessão e o *droit de saisine*
- 1.4. Transmissão da herança e capacidade para suceder
- 1.5. Aceitação e renúncia
- 1.6. Comoriência e seus efeitos
- 1.7. Administração da herança e cessão de direitos hereditários
- 1.8. Indignidade
- 1.9. A ação de petição de herança

2. Sucessão Legítima.

- 2.1. Conceito e hipóteses
- 2.2. A ordem da vocação hereditária
- 2.3. Parentesco
- 2.4. Herdeiros necessários
- 2.5. Cálculo da legítima
- 2.6. Sucessão por cabeça e sucessão por estirpe
- 2.7. O direito de representação
- 2.8. A sucessão dos descendentes, dos ascendentes, dos colaterais, do cônjuge, do companheiro e do Estado

3. Sucessão Testamentária.

- 3.1. Conceito, características e espécies. Codicilos
- 3.2. Capacidade testamentária ativa e passiva
- 3.3. As formas testamentárias e testamentos especiais
- 3.4. Disposições testamentarias
- 3.5. Legado
- 3.6. Direito de acrescer
- 3.7. Substituições e fideicomisso
- 3.8. Deserdação
- 3.9. Ineficácia dos testamentos: revogação, invalidade, rompimento e caducidade.

4. Inventário e Partilha.

- 4.1. Rito ordinário, rito sumário e escritura pública
- 4.2. Pagamento das dívidas
- 4.3. Sonogados
- 4.4. Adiantamento da legítima e colação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - V. VII - Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Orlando. Sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Direito Civil – Sucessões. São Paulo: Atlas, 2007.
DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
DINIZ, Maria Helena. Curso De Direito Civil Brasileiro - Vol. 6 - Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 625	DIREITO DO TRABALHO I
CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Apresentar aos alunos os elementos constitutivos das relações da seara trabalhista, bem como a legislação própria a esse cenário.

Específicos:

Os alunos deverão enumerar os componentes dos vários segmentos do Direito do Trabalho, como os sujeitos da relação laboral, as normas que a regulam, os aspectos que envolvem cada uma das fases do Contrato Individual de Trabalho e itens típicos de relações laborativas que constituem situações especialmente protegidas, como o trabalho do menor e da mulher.

EMENTA:

Noções introdutórias. Contrato individual de trabalho. O empregado. O empregador. Regulamentação do trabalho: duração; salário; medicina; segurança; acidentes e nacionalização do trabalho; o trabalho do menor e da mulher. Disciplina legal do contrato individual do trabalho: modalidades; remuneração; alteração; extinção; suspensão e interrupção; estabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – O Direito do Trabalho.

- 1.1. Noções introdutórias. Classificação. Particularidades.
- 1.2. Fontes. Princípios informativos.
- 1.3. Intangibilidade dos direitos trabalhistas.
- 1.4. A Carta Magna e os Direitos Sociais conferidos ao trabalhador.
- 1.5. Tipos de trabalhador reconhecidos constitucionalmente.

Unidade II – Regulamentação do Trabalho.

- 2.1. Duração da jornada. Jornada diária. Jornada semanal. Jornada extraordinária.

- 2.2. Horário de trabalho. Trabalho diurno e noturno.
- 2.3. Salário. Tipos. Alteração.
- 2.4. O trabalho do menor. Considerações. Amparo legal. Trabalho e profissionalização do adolescente.
- 2.5. O trabalho da mulher. Considerações. Amparo legal.

Unidade III – O Contrato Individual de Trabalho.

- 3.1. Sujeitos da relação laboral. Considerações. Amparo legal.
- 3.2. O empregado. Conceituação legal. Principais características e atribuições.
- 3.3. Proteção à intimidade do empregado.
- 3.4. O empregador. Conceituação legal. Principais características e atribuições.
- 3.5. Tipos de empregador.

Unidade IV – Disciplina Legal do Contrato Individual de Trabalho.

- 4.1. Modalidades. Características.
- 4.2. Salário e Remuneração. Considerações gerais. Alterações.
- 4.3. Suspensão e Interrupção. Aspectos relevantes.
- 4.4. Estabilidade. Amparo legal. Estabilidade provisória.
- 4.5. Extinção. Causas. Consequências para as partes.

Unidade V – Outros Temas Relevantes ao Estudo da Disciplina.

- 5.1. Efetividade dos Direitos Humanos trabalhistas.
- 5.2. Insalubridade e Periculosidade. Aspectos técnicos e práticos.
- 5.3. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.
- 5.4. Perícias Judiciais na Medicina do Trabalho.
- 5.5. A terceirização e o Direito do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARRION, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ROMITA, Arion. Despedida Arbitrária e Discricionária. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 706

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Apresentar ao aluno o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade das leis, tanto em face da Constituição Federal quanto em face da Constituição Estadual.

Específicos:

- Apresentar a organização do Poder Judiciário brasileiro e suas competências constitucionais.
- Analisar os sistemas de controle de constitucionalidade existentes no mundo e no Brasil.
- Compreender os efeitos jurídicos e sociais da declaração de inconstitucionalidade da norma jurídica.
- Refletir sobre as relações entre Política e Direito no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

EMENTA:

Organização do Poder judiciário; Controle de constitucionalidade; Tipos de controle: momento, sistemas, critérios, vias. Controle por outros Poderes; O Controle jurisdicional: Tipos (critérios) de controle jurisdicional de constitucionalidade: o controle difuso e o concentrado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Introdução do estudo do controle de constitucionalidade das leis

- 1.1. Cortes Constitucionais no mundo contemporâneo.
- 1.2. Tipos de controle: momento, sistemas, critérios, vias.
- 1.3. Controle por outros Poderes.

Unidade II - O Controle jurisdicional

- 2.1. Tipos (critérios) de controle jurisdicional de constitucionalidade: o controle difuso e o concentrado.
- 2.2. Controle por Via Incidental: origem, legitimação, competência, efeitos da decisão, cláusula de reserva de plenário, atuação do Senado.
- 2.3. Controle Concentrado: Introdução. Tipos de decisão e seus efeitos. *Amicus Curiae* e Audiências Públicas.
 - 2.2.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade – Genérica.
 - 2.2.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
 - 2.2.3. Ação Declaratória de Constitucionalidade.
 - 2.2.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - 2.2.5. Representação de Inconstitucionalidade – Interventiva.

Unidade III - O Controle Concentrado nos Estados.

- 3.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade no âmbito estadual

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARROSO, Luís Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 2005.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Curso de Direito Constitucional. 2ª

edição. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 626

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Capacitar o discente no trato com o sistema processual, a doutrina, legislação e jurisprudência, segundo os preceitos teóricos. Debater a teoria e sua aplicação prática.

Específicos:

Desenvolver os conteúdos de forma a fazer o aluno raciocinar e ter uma visão crítica do sistema processual.

EMENTA:

Das questões e Processos Incidentes. Aspectos da prova no Processo Penal. Dos atos de comunicação. Dos processos em espécie.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Das Questões e Processos Incidentes.

- 1.1. Questões prejudiciais;
- 1.2. Execuções processuais;
- 1.3. Defesa de mérito e defesa de natureza processual.
 - 1.3.1. As partes no processo: acusador e acusado.
 - 1.3.2. O Ministério Público.
 - 1.3.3. Ofendido querelante, assistente;
- 1.4. Restituição de coisas apreendidas.
- 1.5. Incidentes de falsidade;
- 1.6. Insanidade mental do acusado.

Unidade II – A Prova Processual Penal.

- 2.1. Prova inominada;

- 2.2. Ônus da prova;
- 2.3. Interrogatório;
- 2.4. Prova testemunhal;
- 2.5. Acareação;
- 2.6. Reconhecimento de pessoas e coisas;
- 2.7. Prova pericial;
- 2.8. Exame de corpo de delito;
- 2.9. Prova indiciária.

Unidade III – Dos Atos de Comunicação.

- 3.1. Citação intimação.

Unidade IV – Dos Processos em Espécie.

- 4.1. O Processo Comum;
- 4.2. Os Processos Especiais;
- 4.3. Nulidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo. Atlas, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

_____. Manual de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo. Saraiva, 2001.

BONFIM, Edílson Mougenot. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2008

CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lúmen Júris.,2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo. Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo. RT, 2008.

_____. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. RT, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 712

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Propiciar o conhecimento da jurisdição cautelar a partir de sua teoria geral e do conjunto de princípios e normas jurídicas que regem os procedimentos cautelares.

Específicos:

Construir com os alunos o conhecimento do processo cautelar e sua finalidade, bem como sua natureza e requisitos. Identificar e distinguir as diversas espécies de procedimentos cautelares e suas finalidades. Identificar e distinguir as diversas espécies de procedimentos especiais e suas finalidades. Finalizar o estudo do Direito Processual Civil, de modo a promover a integração dos conteúdos desenvolvidos e oportunizar aos alunos elementos indispensáveis para a sua formação continuada.

EMENTA:

Direito Processual Civil. Tutelas de urgência: noções gerais, características e distinções. Do processo cautelar e das medidas cautelares: natureza, requisitos, espécies e classificação. Procedimentos cautelares específicos. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. TUTELAS DE URGÊNCIA.

- 1.1. Noções gerais, fundamento, características e classificação.
- 1.2. Conceitos fundamentais.
- 1.3. Tutela antecipatória e tutela cautelar.
- 1.4. Diferenças e semelhanças entre ações e medidas cautelares e medidas satisfativas.
- 1.5. Classificação doutrinária.

2. TUTELA CAUTELAR.

- 2.1. Noções gerais, finalidade e características da atividade cautelar.
- 2.2. Requisitos da tutela jurisdicional cautelar.
- 2.3. Poder geral de cautela.
- 2.4. Processo cautelar: pressupostos, condições da ação e mérito.
- 2.5. Procedimento cautelar comum.
- 2.6. Procedimentos cautelares específicos:
 - 2.6.1. Arresto;
 - 2.6.2. Sequestro;
 - 2.6.3. Caução;
 - 2.6.4. Busca e apreensão;
 - 2.6.5. Exibição;
 - 2.6.6. Produção antecipada de provas;
 - 2.6.7. Alimentos provisionais;
 - 2.6.8. Arrolamento de bens;
 - 2.6.9. Justificação;
 - 2.6.10. Protestos, notificações e interpelações;
 - 2.6.11. Homologação do penhor legal;
 - 2.6.12. Posse em nome do nascituro;
 - 2.6.13. Atentado;
 - 2.6.14. Protesto e apreensão de títulos;

2.6.15. Outras medidas provisionais.

3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.

- 3.1. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e procedimentos especiais de jurisdição voluntária: noções gerais.
- 3.2. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa:
 - 3.2.1. Ação de consignação em pagamento,
 - 3.2.2. Depósito,
 - 3.2.3. Anulação e substituição de títulos ao portador;
 - 3.2.4. Prestação de contas,
 - 3.2.5. Possessórias,
 - 3.2.6. Nunciação de obra nova,
 - 3.2.7. Usucapião,
 - 3.2.8. Demarcação, divisão;
 - 3.2.9. Inventário.
- 3.3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária:
 - 3.3.1. Alienação judicial;
 - 3.3.2. Testamentos e codicilo;
 - 3.3.3. Bens dos ausentes
 - 3.3.4. Coisas vagas;
 - 3.3.5. Curatela dos interditos;
 - 3.3.6. Especialização da hipoteca legal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil: Vol. 3. 17ª edição. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2011.

_____. Curso de Direito Processual Civil: Volume 3. 43ª edição. Rio de Janeiro, Forense Jurídica, 2011.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Processo Cautelar - Com Análise das Reformas do CPC. 25ª Edição. São Paulo: LEUD, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSIS, Araken de. Fungibilidade das medidas inominadas cautelares e satisfativas. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. 100, 2000.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O novo processo civil brasileiro (exposição sistemática do procedimento). Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Da Antecipação de Tutela. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 628

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Propiciar aos alunos condições para desenvolver espírito científico e conhecimento crítico do conteúdo das técnicas de pesquisa, visando a elaboração e apresentação de projetos e trabalhos científicos. Caracterizar as diferentes formas de conhecimento e método, seus alcances e suas limitações. Treinar o raciocínio lógico e conhecer métodos e processos aplicáveis à pesquisa jurídica.

Específicos:

- Definir pesquisa, métodos e técnicas. Conceituar problema, hipóteses, e variáveis, construção dos argumentos e do conteúdo. Reconhecer os componentes de um projeto de pesquisa e elaborar um trabalho científico segundo as normas de coerência interna e de apresentação formal.

EMENTA:

A produção de conhecimento jurídico. A pesquisa jurídica como mecanismo de renovação da teoria do Direito. A pesquisa jurídica como elemento de sintonia entre a Ciência do Direito e a sociedade. Instrumental teórico-metodológico. O conhecimento como compreensão e transformação da realidade. Pesquisa científica: conceito. Paradigmas. Instrumental teórico para elaboração de trabalhos acadêmicos. A lógica da concepção e construção do projeto de pesquisa. Normas da ABNT para apresentação de relatórios acadêmicos, referências e citações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – A Construção do Conhecimento.

- 1.1. Elementos presentes no conhecimento.
- 1.2. Realidade e conhecimento.
- 1.3. As formas de conhecimento.
- 1.4. Os diferentes métodos

Unidade II – A Metodologia Jurídica.

- 2.1. Tipos de pesquisa, seus procedimentos e s diferentes metodologias.
- 2.2. Método Jurídico.
 - 2.2.1. Método Quantitativo
 - 2.2.2. Método Qualitativo
 - 2.2.3. Método Descritivo
 - 2.2.4. Método Analítico
 - 2.2.5. Método Indutivo.
 - 2.2.6. Método Dedutivo.

Unidade III – Elaboração de Trabalhos Científicos.

- 3.1. As fases de um trabalho científico: o projeto de pesquisa
 - 3.1.1. passos para a elaboração do projeto
 - 3.1.2. passos para a execução do trabalho
- 3.2. Normas de apresentação formal de trabalho científico e relatórios de pesquisa, (ABNT)

Unidade IV - Monografia Jurídica.

- 4.1. Objetivos
- 4.2. Escolha do tema
- 4.3. Tipos de monografias
- 4.4. Estrutura da monografia
- 4.5. Elaboração do plano de trabalho

Unidade V - Seminário de Apresentação dos Trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa Jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BITTAR, Eduardo C.B.. Metodologia da Pesquisa Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo. Metodologia da Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva e MARCONI, Maria A, Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BODENHEIMER, Edgar. Ciência do Direito: sociologia e metodologia teórica. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

GALLIANO, a. Guilherme. O Método Científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1979.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1987.

MONTEIRO, Cláudia Sevilha; MEZZARROBA, Orides. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, Izequias Estevam dos. Métodos e técnicas de Pesquisa Científica. Niterói, Impetus, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 613

RESPONSABILIDADE CIVIL

CRÉDITOS: 02
(2T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Habilitar o aluno a desenvolver de modo geral um raciocínio jurídico-lógico sobre o tema de responsabilidade civil.

Específicos:

Capacitar o aluno no trato com a responsabilidade civil possibilitando-o a preparar argumentos jurídicos em peças processuais.

EMENTA:

Responsabilidade Civil: conceitos, espécies e pressupostos. Dano patrimonial: danos emergentes e lucros cessantes. Dano moral: evolução histórica, configuração, prova e legitimidade. Responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade cível objetiva: pelo fato de outrem, da coisa e do animal. Responsabilidade civil contratual e pré-contratual. Contratos em espécie: CDC e profissionais liberais. Responsabilidade Civil do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Responsabilidade Civil.

1. Evolução histórica. Conceito.
2. Ato ilícito.
3. Espécies de responsabilidade.
4. Pressupostos da responsabilidade (culpa, nexos e dano).

Unidade II – Dano.

1. Conceito.
2. Dano patrimonial (dano emergente e lucro cessante)
3. Dano moral. Conceito. Evolução histórica.
4. Configuração. Prova.
5. Legitimidade. Transmissibilidade. Arbitramento.
6. Espécies. Dano Reflexo. Perda de uma chance.

Unidade III – Responsabilidade Civil Subjetiva.

1. Conceito.
2. Culpa provada. Culpa presumida.

Unidade IV – Responsabilidade Civil Objetiva.

1. Conceito. Teoria do Risco. Abuso de direito.
2. Responsabilidade pelo fato de outrem, da coisa, de animais.

Unidade V – Responsabilidade Civil Contratual e Pré-Contratual.

1. Pressupostos.
2. Inadimplemento e mora. Juros. Cláusula penal.
3. Contratos de consumo.
4. Contratos com profissionais liberais.

Unidade VI – Responsabilidade Civil do Estado.

1. Evolução histórica.
2. Danos por omissão.
3. Responsabilidade dos agentes.
4. Culpa anônima.
5. Danos decorrentes de atos judiciais e atos legislativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: volume 4. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
STOCO, Rui. Tratado de responsabilidade civil: com comentários ao Código Civil de 2002. São

Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: volume 4: responsabilidade civil. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DONNINI, Rogério Ferraz. Responsabilidade civil pós-contratual, no Direito Civil, no Direito do consumidor, no Direito do trabalho e no Direito ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
VASCONCELOS, Fernando Antonio de. Responsabilidade do provedor pelos danos praticados. Juruá, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 630

DIREITO DO TRABALHO II

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Levar ao conhecimento dos alunos temas referentes à participação coletiva no campo trabalhista.

Específicos:

Os alunos deverão discorrer com segurança sobre as peculiaridades que respeitam ao Direito Coletivo do Trabalho, bem como aos campos Internacional e Administrativo do Direito Obreiro, além de identificar os elementos constitutivos da Previdência Social em nosso país.

EMENTA:

Direito Coletivo do Trabalho: organização sindical; convenção coletiva; dissídios coletivos; greve. Direito Internacional do Trabalho. Direito Administrativo do Trabalho. A Previdência Social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – O Direito Coletivo do Trabalho.

- 1.1. Noções gerais.
- 1.2. Amparo legal.

Unidade II – O Direito de Greve.

- 2.1. Considerações gerais.
- 2.2. Amparo constitucional.

Unidade III – Da Organização Sindical.

- 3.1. Abordagem introdutória. Disciplina legal.

3.2. Tipos e competências sindicais.

Unidade IV – Das Convenções Coletivas.

- 4.1. Conceituação.
- 4.2. Aspectos legais.

Unidade V – Dos Dissídios Coletivos.

- 5.1. Conceituação.
- 5.2. Amparo legal. Legitimidade.

Unidade VI – A Previdência Social.

- 6.1. Apresentação. Aspectos relevantes.
- 6.2. As disposições constitucionais.

Unidade VII – Outras Abrangências do Direito do Trabalho.

- 7.1. O Direito Internacional do Trabalho. Considerações gerais.
- 7.2. O Direito Administrativo do Trabalho. Considerações gerais.

Unidade VIII – Outros Temas Relevantes ao Estudo da Disciplina.

- 8.1. Assédio Moral no trabalho. Aspecto interpessoal e organizacional. Responsabilidade.
- 8.2. Meio Ambiente Geral e Meio Ambiente do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROMITA, Arion. Despedida Arbitrária e Discricionária. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ZAINAGHI, Domingos Sávio. Curso de Legislação Social. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 629

ÉTICA PROFISSIONAL (DEONTOLOGIA JURÍDICA)

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:



Gerais:

Propiciar ao aluno, futuro bacharel, acesso aos princípios norteadores da Ética profissional no exercício do Direito, mediante o estudo do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil e, sobretudo de “casos”.

Específicos:

Capacitar o futuro bacharel a exercer a profissão, adequando a sua conduta dentro dos padrões éticos preconizados pela OAB.

EMENTA:

Discussão da ética através de uma visão histórica que contempla as principais correntes do pensamento filosófico, ressaltando a importância da ética como elemento indispensável nas reflexões e na atuação do homem no Mundo. Conceito e evolução da deontologia. O contrato e a relação com os clientes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Conceito de Deontologia.

1.1. Moral e Ética.

Unidade II – Advogado-Advocacia.

2.1. Informações Históricas.

Unidade III – O Instituto dos Advogados Brasileiros e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Unidade IV – O Estatuto (Lei 8.906/94), O Código de Ética e Disciplina (CED), O Regulamento Geral da OAB e os Provimentos do Conselho Federal.

Unidade V – Atividades, Direitos e Prerrogativas.

Unidade VI – Inscrição na OAB.

6.1. Incompatibilidades e Impedimentos.

6.2. Licenciamento e Cancelamento da Inscrição.

Unidade VII – Advogado Empregado, Sociedade de Advogados e Honorários Profissionais.

7.1. O Contrato de Honorários.

Unidade VIII – Ética do Advogado, Responsabilidades Profissional, Civil e Penal.

8.1. Infrações Disciplinares.

Unidade IX – A Ordem dos Advogados do Brasil.

9.1. Fins e Organização.

Unidade X – O Tribunal de Ética e Disciplina.

10.1. O Processo Disciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADRUDATO, João Maurício. Ética e Retórica: para uma teoria dogmática jurídica. São Paulo. Saraiva, 2006.

LANGARU, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica. São Paulo. Saraiva, 2006.
 MADEU, Diógenes. Ética Geral e Jurídica. São Paulo. Saraiva, 2007
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
 MADEIRA, Hélcio Maciel França. História da Advocacia. São Paulo. RT, 2002.
 ILHERING, Rudolf Von. A Luta pelo Direito. São Paulo. RT, 2004.
 CHALITA, Gabriel. Os Dez mandamentos da Ética, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Sem Fronteira.
 BIZATTO, José Ildefonso. Deontologia jurídica e ética profissional. 2.ed. Leme/ RJ: Direito, 2000.
 COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
 LÂNGARO, Luiz Lima. Curso de deontologia jurídica. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
 NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
 PEGORARO, Olinto A. Ética e justiça. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
 SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
 SODRÉ, R. de Azevedo A ética profissional e o estatuto do advogado. São Paulo: LTR, 1984.
 SOUZA FILHO, Oscar D'Álva e. Ética individual & ética profissional. 4.ed. Rio de Janeiro: ABC Fortaleza, 2004.
 VÁZQUEZ, Sanchez Adolfo. Ética. 21.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 VITRAL, Waldir. Deontologia do magistrado, do promotor de justiça e do advogado: decálogos, mandamentos, preces, máximas e pensamentos. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
 DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
 PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 633	DIREITO PROCESSUAL PENAL III
CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:
 Gerais:
 Fornecer e aprofundar os conhecimentos na dinâmica do sistema de recursos no processo penal e do processo de execução.
Específicos:
 Preparar adequadamente o aluno nos conhecimentos das questões recursais.

EMENTA:
 Recursos em espécie.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:



Unidade I – Dos Recursos em Geral.

- 1.1. Disposições gerais.

Unidade II – Os Diversos Recursos.

- 2.1. Recurso em Sentido Estrito;
2.2. Apelação;
2.3. Dos Embargos;
2.4. Da Revisão;
2.5. Do Recurso Especial;
2.6. Do Recurso Extraordinário;
2.7. Da Carta Testemunhável.

Unidade III – Habeas Corpus.

- 3.1. Tipos de Habeas Corpus.

Unidade IV – Da Execução Penal.

- 4.1. Disposições Gerais;
4.2. Da Execução das Penas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONFIM, Edílson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo. Atlas, 2008.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.
_____. Manual de Processo Penal. São Paulo. Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo. Saraiva, 2001.
BONFIM, Edílson Mougenot. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo. Saraiva, 2008
CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo. Atlas, 2008.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo. RT, 2008.
_____. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. RT, 2008.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 623

DIREITO TRIBUTÁRIO I

**CRÉDITOS: 04
(4T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Iniciar o aluno no conhecimento do Direito Tributário, seus princípios e normas gerais que o estruturam.

Específicos:

Permitir ao aluno a iniciação no aprendizado do Direito Tributário, entendendo suas características distintivas, as normas gerais que o estruturam, os princípios constitucionais que o regem e a formação da receita pública, com especial destaque para a derivada.

EMENTA:

Introdução ao Direito Tributário. O sistema tributário nacional. As espécies tributárias. Fontes do Direito Tributário. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Processo fiscal administrativo e judicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução Ao Direito Tributário.

1. As necessidades humanas individuais e coletivas. O Estado e a satisfação das necessidades coletivas.
2. A atividade financeira do Estado. Receita originária e derivada.
3. A tributação: fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade.
4. O Direito Tributário. Conceito, natureza e classificação. Distinção e relação com outras disciplinas.

Unidade II – O Sistema Tributário Nacional.

1. O poder tributário do Estado: conceito, competência comum, privativa e residual. Capacidade tributária.
2. O Tributo: Teorias, conceito e classificação
3. O sistema tributário na constituição de 1988.
4. As limitações constitucionais ao poder de tributar. Conceito, classificação: princípios e imunidades. Princípios específicos de determinados tributos.
5. A repartição das receitas tributárias.

Unidade III – As Espécies Tributárias.

1. Impostos: histórico, conceito e classificação.
2. Taxas: conceito, espécies, distinções entre taxa e tarifa.
3. Contribuições de melhoria: histórico, conceito, limites e distinções.
4. Contribuições especiais: histórico, conceito, natureza jurídica. Contribuições econômicas. Sociais e Corporativas.
5. Empréstimo compulsório: natureza, espécies, distinções.

Unidade IV – Fontes Do Direito Tributário.

1. Conceito. Classificação. Espécies. Hierarquia legislativa
2. Aplicação aos fatos pendentes, passados e futuros. Retroatividade.
3. Interpretação: literal, benigna e econômica.
4. Integração da legislação tributária.

Unidade V – Obrigação Tributária.

1. A relação jurídica tributária: conceito, natureza jurídica e elementos.
2. A obrigação tributária: natureza, conceito e espécies. Conversão da obrigação acessória em principal.
3. Fato gerador: conceito, espécies e momento de ocorrência
4. Sujeito Ativo: conceito.
5. Sujeito passivo: direito e indireto. Sucessão tributária. Substituição tributária. Responsabilidade tributária. Capacidade passiva. Solidariedade. Domicílio tributário.

Unidade VI – Crédito Tributário.

1. Conceito. Constituição: o lançamento.
2. Suspensão do crédito tributário.
3. Exclusão do crédito tributário.
4. Extinção do crédito tributário.
5. Garantias e privilégios do crédito tributário.

Unidade VII – Administração Tributária.

1. Deveres do Sujeito Ativo: lançamento de ofício, arbitramento, autuação, apreensão de bens, inscrição na dívida ativa, cobrança administrativa e judicial.
2. O sigilo fiscal e sigilo bancário.
3. A inscrição na dívida ativa e seus efeitos para o Contribuinte.
4. Certidão negativa. Certidão positiva. Certidão positiva com efeitos de negativa.

Unidade VIII – Processo Fiscal Administrativo E Judicial.

1. Processo administrativo fiscal. As instâncias administrativas.
2. Impugnação, contestação, julgamento, recursos administrativos.
3. Consulta, denúncia espontânea, pedido de restituição, reconhecimento de isenção ou imunidade, demais requerimentos de competência do Sujeito Passivo.
4. O processo fiscal na via judicial: Execução Fiscal. Embargos do devedor. Análise da Lei nº 6.830/80.
5. Outros procedimentos defensivos do Sujeito Passivo no processo judicial.
6. Os crimes contra a ordem tributária. Infrações tributárias. Análise da Lei 8.137/90.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARVALHO, Paulo de Barros. “Curso de Direito Tributário”. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. 19ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário. 9ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
FABRETTI, Lúdio Camargo. Código Tributário Nacional Comentado. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.
TORRES, Ricardo Lobo. “Curso de Direito Financeiro e Tributário”. 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- HARADA, Kiyoshi. “Direito Financeiro e Tributário”. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
PESTANA, Marcio. A Prova no Processo Administrativo – Tributário. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.



DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 716	ÉTICA ECOLÓGICA
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Preparar os estudantes para que possam compreender e avaliar criticamente as várias perspectivas éticas relacionadas à interação do homem com a natureza/mundo natural e aplicá-las para a solução de questões tratadas pelo Direito Ambiental e pela Ecologia. Os alunos deverão estar capacitados a responder, adequadamente, às duas grandes questões de fundamentação da ética ecológica: (a) por que razão devemos nos preocupar com a natureza? (b) o que torna as questões ambientais questões morais?

Específicos:

- (a) Identificar as principais vertentes éticas relacionadas à interação do homem com a natureza/mundo natural e as suas justificativas teóricas;
- (b) Compreender as distinções entre estas correntes e suas respectivas implicações de ordem prática;
- (c) Enriquecer a habilidade de articular e defender suas próprias visões acerca da ética ecológica/ambiental e construtivamente, avaliar e criticar as demais proposições dentro do tema;
- (d) Construir correlações interdisciplinares com áreas afins na busca das respostas à questões apresentadas [como as ciências naturais, ciência política, filosofia, religião, psicologia, etc.].

EMENTA:

Introdução: a natureza como uma questão ética. Ética: o que é e principais escolas. Crise Ecológica Individualismo moral: ética antropocêntrica. Individualismo moral: biocentrismo mitigado. Direito dos Animais. Individualismo moral: biocentrismo alargado (igualitário e não-igualitário). Pluralismo moral: ecocentrismo. Ecofeminismo. Justiça Ambiental e Socioecologia. Aproximações e tensões entre as correntes éticas analisadas. Implicações Práticas e estudo de casos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO: A NATUREZA COMO QUESTÃO ÉTICA

- 1.1 – Natureza e Meio Ambiente
- 1.2 – Ética, estética e valores
- 1.3 – Natureza, funções da moralidade e suas objeções
- 1.4 – Metaética: realismo vs. relativismo, amoralidade e teísmo.
- 1.5 – A “falácia naturalística”
- 1.6 – Ética Normativa: deontologia, consequencialismo, virtudes.

UNIDADE 2 – CRISE ECOLÓGICA

- 2.1 – Problemas ambientais: escala e causas.
- 2.2 – O papel da tecnologia.
- 2.3 – Sociedade de risco e perspectiva econômica.
- 2.4 – Religiosidade e visões de mundo.
- 2.5 – Futuras gerações: o que devemos às futuras gerações?

UNIDADE 3 – INDIVIDUALISMO MORAL DE CUNHO ANTROPOCÊNTRICO

- 3.1 – Origens históricas do ambientalismo.
- 3.2 – Conservacionismo e Preservacionismo.
- 3.3 – Economia “Verde”.
- 3.4 – Consumo, população e desenvolvimento sustentável.

UNIDADE 4 – INDIVIDUALISMO MORAL DE CUNHO BIOCÊNTRICO

- 4.1 – Christopher Stone - “Do Trees Have Standing?”
- 4.2 – Peter Singer e o movimento de libertação animal
- 4.3 – Tom Regan e os direitos dos animais
- 4.4 – Gary Francione e a crítica à posição do bem-estar animal
- 4.5 – Carol Adams e a posição ecofeminista
- 4.5 – Escravidão humana e animal: analogias e desanalogias
- 4.6 – Schweitzer e a “reverência pela vida”
- 4.7 – Biocentrismo igualitário de Paul Taylor
- 4.8 – Biocentrismo não-igualitário de Goodpaster

UNIDADE 5 – HOLISMO E CORRENTES ECOCÊNTRICAS

- 5.1 – John Muir e o mito da “natureza selvagem”
- 5.2 – Aldo Leopold e a “ética da terra”.
- 5.3 – Lovelock e a hipótese Gaia.
- 5.4 – Capra e a “teia da vida”
- 5.5 – Arne Naess e a “ecologia profunda”
- 5.6 – Extinção da Pessoa Jurídica.
- 5.7 – Tensões e aproximações das visões biocêntricas e ecocêntricas

UNIDADE 6 – OS MOVIMENTOS DA JUSTIÇA AMBIENTAL E DA SOCIOECOLOGIA

- 6.1 – Teorias de justiça social.
- 6.2 – Justiça ambiental e racismo ambiental.
- 6.3 – Murray Bookchin e a socioecologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- JAMIESON, Dale. Ética e Meio Ambiente. São Paulo: SENAC, 2010.
CURRY, Patrick. Ecological Ethics: an Introduction. Cambridge: Polity Press, 2012.
LOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: Fundamentação e Novas Perspectivas. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- SINGER, Peter. Libertação Animal. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
GALVÃO, Pedro. Os Animais Têm Direitos? Perspectivas e Argumentos. Lisboa: Dinalivro, 2010.
RACHELS, James. Elementos da Filosofia Moral. São Paulo: Manole, 2006.
ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas: ed. Unicamp, 2001.
ACSELRAD, Henri; MELLO; Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves (orgs.). O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
SUSTEIN, Cass; NUSSBAUM, Martha (orgs.). Animal Rights: Current Debates and New Directions. New York: Oxford University Press, 2004.
CLARKE, Paul A.B.; LINZEY, Andrew (orgs.). Political Theory and Animal Rights. London: Pluto Press, 1990.
NASH, Roderick Frazier. The Rights of Nature: a History of Environmental Ethics. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.
ZIMMERMAN, Michael E.; CALLICOT, J. Baird; WARREN, Karen J. (orgs.). Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology. New York: Prentice Hall, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:	PROCESSO E JURISPRUDÊNCIA AMBIENTAL
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais: Propiciar ao alunado conhecimentos acerca das ações administrativas e judiciais que versem sobre a temática ambiental, bem como as mais relevantes decisões judiciais.

EMENTA: A defesa do meio ambiente em juízo: o papel do cidadão e do Ministério Público. Ações Administrativas e Judiciais ligadas à tal defesa. Decisões históricas ou relevantes (atuais) dos Tribunais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – O meio ambiente em juízo.

- 1.1 A defesa em juízo dos direitos difusos.
- 1.2 A participação do cidadão e da sociedade civil.
- 1.3 A legitimidade do Ministério Público na tutela dos interesses difusos.

Unidade II – A atuação administrativa do Ministério Público.

- 2.1 Inquérito Civil
- 2.2 Termo de Ajustamento de Conduta

Unidade III – A atuação judicial do Ministério Público e da Sociedade Civil

- 3.1 Ação Civil Pública: a Lei 7347/85

- 3.2 Ação Popular: a Lei 4717/65
- 3.3 Mandado de segurança Coletivo
- 3.4 Desapropriação
- 3.5 Tombamento

Unidade IV – Outros instrumentos processuais relevantes em matéria ambiental

- 4.1 Responsabilidade Civil por Dano Ambiental
- 4.2 Ações de Controle Constitucional
- 4.3 Ações de Improbidade Administrativa
- 4.4 Ações Criminais

Unidade V – Jurisprudências Relevantes

- 5.1 Jurisprudências Históricas
- 5.2 Jurisprudências Atuais
- 5.3 Debates atuais sobre Direito Ambiental nos tribunais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Processual Civil Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Princípios do Direito Processual Ambiental – A Defesa Judicial do Patrimônio Genético, do Meio Ambiente Cultural, do Meio Ambiente Digital, do Meio Ambiente Artificial, do Meio Ambiente do Trabalho e do Meio Ambiente Natural no Brasil. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.
- CARVALHO, Carlos Gomes de. O Meio Ambiente nos Tribunais: do direito de vizinhança ao direito ambiental. Rio de Janeiro: editora Método, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009
- AHMED, Flávio; COUTINHO, Ronaldo (coord). Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
- FREITAS, Vladimir Passos de (coord). Julgamentos Históricos do Direito Ambiental. Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 654

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CRÉDITOS: 02
(2T - 0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Introduzir o aluno nas mais variadas questões teóricas e práticas com elemento estrangeiro, as quais podem gerar, em tese, conflito de leis no espaço em matéria de direito privado.

Específicos:

- Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de Direito Internacional Privado;
- Fornecer diretrizes sobre utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a problemas que transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal;
Dar informações sobre as funções e competência de nosso país na ordem jurídica internacional;

EMENTA:

Aspectos Introdutórios. Conflitos de nacionalidade e suas implicações. Pessoa Jurídica no Direito Internacional Privado. Pessoa Física no Direito Internacional Privado. Doutrina das Qualidades. Aplicação do Direito Estrangeiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Aspectos Introdutórios.

- Histórico. Fontes do Direito Internacional Privado
- Formas do Direito Internacional Privado
- Elementos de conexão: conceito, identificação e principais elementos

II – Conflitos de Nacionalidade e suas Implicações.

- Nacionalidade e Direito Internacional Privado
- Qualificação internacional
- Aquisição, provas e efeitos
- Apatridia e polipatridia
- Adoção Internacional
- Teoria do Retorno ou Devolução – Renúncia

III – Pessoa Jurídica no Direito Internacional Privado.

- Critérios de determinação da nacionalidade da pessoa jurídica
- Direito positivo brasileiro e suas disposições atuais às pessoas
- Restrições às pessoas jurídicas de Direito Público

IV – Pessoa Física no Direito Internacional Privado.

- Casamento
- Divórcio
- Expulsão
- Extradicação
- Estatuto da Igualdade
- Sucessões

V – Doutrina das Qualidades.

- Classificação dos casos
- A questão prévia
- Soluções propostas

VI – Aplicação do Direito Estrangeiro.

- Prova do teor, vigência e sentido do direito, dos usos e costumes estrangeiros.
- Homologação de sentença estrangeira:
 - O processo de deliberação.
- Limites à aplicação da lei estrangeira:
 - a ordem pública;
 - fraude à lei;
 - a instituição desconhecida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado. 10.ed. Rio de Janeiro. Forense, 2009.
BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. São Paulo: Atlas, 2008
DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada. 13.ed. São Paulo. Saraiva, 2007.
DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.
RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado – Teoria e Prática. 12.ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ANDRADE, Agenor Pereira de. Manual de direito internacional privado. 5.ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1985.
BATALHA, Wilson de Souza Campos. Tratado de direito internacional privado. 2v. 2.ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1977.
BUSTAMANTE Y SYRVÉN, Antonio Sanchez de. Derecho internacional privado. 3.v 3. ed. Havana, Ed. Carasa, 1943.
CASTRO, Amílcar. Direito Internacional Privado. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
DOLINGER, Jacob. Direito Civil Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. Vade-Mecum de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
FRAGA, Milor. Comentários ao Estatuto do Estrangeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Pontes de. Tratado de direito internacional privado. 30v. São Paulo: Bookseller, 2002.
STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. 5.ed. São Paulo, LTr, 2005.
VALLADÃO, Haroldo. Direito internacional privado. 3v. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.





CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula
---------------------------------------	--

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Estudo dos impostos e das contribuições especiais vigentes no sistema tributário brasileiro.

Específicos:

- Proporcionar ao aluno amplo conhecimento dos impostos e contribuições especiais previstos no sistema tributário nacional da Constituição de 1988, enfocando a legislação instituidora, os aspectos distintivos de cada uma dessas espécies tributárias e suas relevâncias para a realização da receita pública.

EMENTA:

Impostos sobre o comércio exterior, Impostos sobre o patrimônio e a renda, Impostos sobre a circulação e a produção e contribuições especiais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Impostos sobre o Comércio Exterior.

1.1. Legislação aduaneira. Tratados internacionais (GATT/OMC, MERCOSUL) para evitar a bitributação internacional.

1.2. Imposto de importação: princípios constitucionais, incidência, base de cálculo, alíquota, lançamento.

1.3. Imposto de exportação: princípios constitucionais, incidência, base de cálculo, alíquota, lançamento. A Zona Franca de Manaus e as ZPE -Zonas de Processamentos de Exportação.

1.4. Principais regimes aduaneiros: drawback, admissão temporária, exportação temporária e trânsito aduaneiro.

Unidade II - Impostos sobre o Patrimônio e a Renda.

2.1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU: princípios constitucionais, progressividade, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.

2.2. Imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR: princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento. Diferença entre imóvel urbano e rural conforme o Código Tributário Nacional.

2.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA: princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.

2.4. Imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens e direitos (ITD):

2.5. Histórico, princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota, desonerações e lançamento.

2.6. Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de imóveis e direitos reais sobre imóveis (ITIV): Histórico. princípios constitucionais, incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota, desonerações e lançamento.

2.7. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR): Princípios constitucionais. Fato gerador. Sistema de tributação das pessoas físicas. Sistema de tributação das pessoas jurídicas. Base de cálculo (real, presumida e arbitrada). Alíquotas. Lançamento. Sistema de tributação na

fonte. Fonte retentora e fonte arrecadadora. Antecipação e tributação exclusiva na fonte.

Unidade III – Impostos sobre a Produção e a Circulação.

3.1. Imposto sobre produtos industrializados (IPI): histórico. Princípios constitucionais. Conceito: espécies de industrialização. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.

3.2. Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte intermunicipal, interestadual e de comunicação ICMS: histórico. Princípios constitucionais. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento. Obrigações acessórias. O CONFAZ.

3.3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Histórico. Princípios constitucionais. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento. Obrigações acessórias.

3.4. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF): Histórico. Princípios constitucionais. Incidência, sujeito passivo, base de cálculo, alíquotas, desonerações e lançamento.

3.5. Imposto especial por motivo de guerra: Suas especificidades.

Unidade IV – Contribuições Especiais.

4.1. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE). Histórico. Princípios Constitucionais.

4.2. Contribuições para a seguridade social: COFINS, PIS/PASEP, CSLL, Sobre receitas e prognósticos e CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS, FUNRURAL, SAT, FGTS): Histórico. Princípios constitucionais. Generalidades.

4.3. Seguro educação. Histórico. Princípios constitucionais. Generalidades.

4.4. Contribuições Corporativas: Sindical, aos corpos sociais (SESI, SENA, SENAI etc.), Contribuições aos conselhos profissionais (OAB, CREA, CRC, CRM, etc.).

4.5. Contribuição para custeio da iluminação pública (CIP): Histórico. Princípios constitucionais. Generalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Paulo de Barros. “Curso de Direito Tributário”. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. 19ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

DENARI, Zelmo. Curso de Direito Tributário. 9ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

FABRETTI, Láudio Camargo. Código Tributário Nacional Comentado. 8ª edição. São Paulo. Atlas, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. “Curso de Direito Financeiro e Tributário”. 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARADA, Kiyoshi. “Direito Financeiro e Tributário”. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PESTANA, Marcio. A Prova no Processo Administrativo – Tributário. 1ª edição. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.





CÓDIGO: IH 636	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
CRÉDITOS: 04 (4T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA: Gerais: Apresentar aos alunos a visão do teatro de operações em que se efetiva a tutela jurisdicional do Direito do Trabalho. Específicos: Os alunos deverão demonstrar, através de exposição oral ou escrita, entendimento de como se devem processar as Ações na área trabalhista, seja de ordem individual ou coletiva.
--

EMENTA: Direito Processual do Trabalho. Jurisdição. Competência nos Processos Trabalhistas. Das Ações Trabalhistas. Dos Dissídios Individuais. Das audiências e suas fases. Dos Recursos Trabalhistas. Do Processo de Execução. Da extinção do processo e seu encerramento. Dos Dissídios Coletivos.
--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade I – Sobre o Direito Processual do Trabalho. 1.1. Apresentação do tema. Considerações gerais. 1.2. A estrutura do Judiciário na esfera trabalhista. 1.3. Jurisdição e Competência. Unidade II – As Ações no Direito do Trabalho. 2.1. O <i>Jus Postulandi</i> do obreiro e as determinações constitucionais em vigor. 2.2. A instituição das Comissões de Conciliação Prévia. 2.3. A atuação subsidiária do Código de Processo Civil. Unidade III – Dos Dissídios Individuais. 3.1. Considerações gerais. 3.2. Cabimento. Partes. Prazos. 3.3. Os diversos tipos de Ação e seus elementos característicos. Unidade IV – Das Audiências Trabalhistas. 4.1. Obrigatoriedade do comparecimento das partes. Penalidades aplicadas pela ausência. 4.2. A notificação do <i>ex adversus</i> . 4.3. As fases da Audiência. Audiência Uma. Unidade V – Dos Dissídios Coletivos. 5.1. Considerações gerais. 5.2. Cabimento. Partes. Representação. 5.3. A importância das Convenções Coletivas.
--

Unidade VI – Dos Recursos Trabalhistas.

- 6.1. Legitimidade para recorrer.
- 6.2. Dos diversos Recursos. Cabimento.
- 6.3. Partes. *Nomen juris*. Prazos.

Unidade VII – Da Execução.

- 7.1. Cumprimento de acordos.
- 7.2. Fases da Execução no Processo Trabalhista.
- 7.3. Da normatividade do Código de Processo Civil.

Unidade VIII – Da Finalização do Processo.

- 8.1. Generalidades.
- 8.2. Causas de extinção.
- 8.3. Pagamento de custas processuais, previdenciárias e tributárias no encerramento do Processo.

Unidade IX – Outros Temas Relevantes.

- 9.1. Ações de Reparação por Danos Morais decorrentes das relações de trabalho.
- 9.2. A efetividade dos Direitos Humanos Trabalhistas.
- 9.3. O Processo do Trabalho e a Execução Provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FÉRES, Marcelo Andrade; CARVALHO, Paulo Gustavo M. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Cláudia Giglio Vestri. Direito Processual do Trabalho. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS FILHO. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Processo do Trabalho. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GIGLIO, Wagner D. Justa Causa. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:

DIREITO FUNDIÁRIO

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Propiciar ao alunado uma visão geral acerca dos problemas relacionados ao acesso a terra no país, entendendo em que medida a produção normativa do país, desde os tempos do Império, facilitou sua concentração através da formação de latifúndios, promovendo diversos conflitos rurais e urbanos.

Específicos:

- (a) Correlacionar o acesso ao solo às suas formas de aquisição no tempo (capitanias hereditárias, sesmarias, regime de posses e compra e venda da propriedade privada);
- (b) Identificar as normas que dispunham sobre os mecanismos e instrumentos de acesso à terra com as possibilidades de aquisição pelo povo brasileiro;
- (c) Conhecer os principais instrumentos de gestão do solo rural e urbanos em tempos atuais;
- (d) Analisar em que medida tais instrumentos geram conflitos sociais no campo e na cidade.

EMENTA:

A ocupação das terras brasileiras nos tempos da colônia e império através do processo de colonização portuguesa; A república, a industrialização do país e os instrumentos jurídicos de compra e venda da terra; A divisão do trabalho em rural e urbano; Mecanismos de acesso a terra no meio rural; Mecanismos de acesso a terra no meio urbano; Mecanismos de gestão da terra pública; Estatuto da Cidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – A colonização portuguesa e a distribuição de terras no Brasil

- 1.1. A exploração da terra no Império e a doação das Capitanias Hereditárias
- 1.2. O Reino Unido de Portugal e Brasil: terras públicas, enfiteuse e aforamento
- 1.3. O regime de posse livre
- 1.4. Posse e propriedade: distinções conceituais
- 1.5. A Lei de Terras de 1850

Unidade II – A República e a urbanização do Brasil

- 2.1. A propriedade fundiária no Código Civil de 1916: contratos agrários, usucapião e direito de vizinhança
- 2.2. A Era Vargas e a urbanização do país
- 2.3. Diferenças entre industrialização e urbanização
- 2.4. A cidade, modo de vida urbano e os direitos sociais

Unidade III – A luta por Reforma Agrária

- 3.1. Movimentos Camponeses e suas demandas
- 3.2. Proposta de Reforma Agrária no governo João Goulart
- 3.3. Emenda Constitucional 10/64 e Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64)
- 3.4. A Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária na Constituição de 1988

Unidade IV - Função Socioambiental da Terra

- 4.1. Função socioambiental da propriedade rural
- 4.2. Função Socioambiental da propriedade econômica
- 4.3. Função Socioambiental da propriedade urbana e da cidade

4.4. Função Socioambiental da posse

Unidade V – Instrumentos Jurídicos da Política Urbana

- 5.1. A cidade partida: cidade legal e cidade ilegal
- 5.2. A Política Urbana na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade (lei 10.257/01): princípios e diretrizes
- 5.3. Parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo
- 5.4. IPTU progressivo no tempo
- 5.5. Desapropriação-sanção
- 5.6. Usucapião especial urbano
- 5.7. Direito de Superfície
- 5.8. Direito de Preempção
- 5.9. Outorga Onerosa do Direito de Construir
- 5.10. Operação Urbana Consorciada
- 5.11. Estudo de Impacto de Vizinhança

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2012.
SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2012.
ALFONSIN, Jacques Távora. Acesso a Terra como Conteúdo de Direitos Humanos Fundamentais à Alimentação e à Moradia. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. Direito Urbanístico: fundamentos para construção de um plano diretor sustentável na área urbana e rural. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.
SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
GUIMARAES, Elione Silva; MOTTA, Marcia Maria Menendes (orgs). Campos em Disputa: História Agraria e Companhia. São Paulo: Annablume, 2007.

1.2. Disciplinas Optativas:

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS PROGRAMA ANALÍTICO</p>
---	---

<p>CÓDIGO: IH 412</p>	<p>DIREITO ROMANO</p>
<p>CRÉDITOS: 02 (2T-0P)</p>	<p>Cada Crédito Corresponde à 15h/aula</p>

<p>INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS</p>
<p>DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</p>

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Geral:

Introduzir o aluno no conhecimento do Direito Romano.

Específicos:

- Refletir sobre a influência do Direito Romano no Direito Brasileiro.
- Estudar os principais institutos do Direito Romano.

EMENTA:

Noções preliminares. História do Direito Romano. Instituições de Direito Romano. Os sujeitos de direitos. Os bens. Os Atos Jurídicos. Defesa dos Direitos. Família, tutela e curatela. A posse e os direitos reais. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. História da Jurisprudência e da Literatura Jurídica Romana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Noções Preliminares.

1. História do Direito Romano.
2. Instituições de Direito Romano.

Unidade II – Parte Geral.

1. Os sujeitos de direitos.
2. Os bens.
3. Os Atos Jurídicos.
4. Defesa dos Direitos.

Unidade III – Família, Tutela e Curatela.

1. A família.
2. O casamento e seus efeitos.
3. Tutela e Curatela.

Unidade IV – A Posse e os Direitos Reais.

1. A Posse.
2. A Propriedade.
3. Direitos Reais sobre coisas alheias.

Unidade V – Direito das Obrigações.

1. Teorias Gerais.
2. O Sistema contratual.
3. As doações.
4. Obrigações por atos ilícitos.

Unidade VI – Direito das Sucessões.

1. Sucessão testamentária e “ab intestato”.
2. Legados e fideicomissos.

Unidade VII – História da Jurisprudência e da Literatura Jurídica Romana.

1. As obras da Jurisprudência antes da Codificação de Justiniano.
2. A Codificação de Justiniano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 14ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
CRETELA JUNIOR. Curso de Direito Romano. 30ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
LUIZ, Antônio Filardi. Curso de Direito Romano. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 1999.
MARKY, Thomas. Curso Elementar de Direito Romano. 8ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
ROLIM, Luiz Antonio. Instituições de Direito Romano. 2ª edição. São Paulo. RT, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORRÊA, Alexandre & SCIASCIA, Gaetano. Manual de Direito Romano. 6ª edição. São Paulo. RT, 1988.
GAIUS. Institutas do Jurisconsulto Gaio. 1ª edição. São Paulo. RT, 2004.
JUSTINIANUS, Flavius Petrus Sabbatius. Institutas do Imperador Justiniano. 1ª edição. São Paulo. RT, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 195

**INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II
(TEORIA DA RELAÇÃO JURÍDICA)**

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

A Introdução ao Estudo do Direito tem o objetivo de propiciar ao aluno, iniciante no curso de direito, as primeiras noções de direito. É disciplina que tem caráter propedêutico, eclético e enciclopédico. Tem assim o propósito de oferecer a base do conhecimento jurídico para que o aluno possa, a partir de então, estar em condições de apreender os demais ensinamentos para realizar o seu curso.

EMENTA:

Relação Jurídica: estrutura interna e elementos (Fato, objeto, vínculo e sujeitos). Classificação dos direitos postos em jogo e dos sujeitos de direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Conceito e estrutura da Relação Jurídica.

- 1.1. Conceito de Relação Jurídica;
- 1.2. Interna da Relação Jurídica
 - 1.2.1. Enunciado e desenvolvimento;
 - 1.2.2. Direito subjetivo;
 - 1.2.2.1. Teorias: Duguit, Kelsen, Windscheid, Ihering, Jellinek e Saleiles.

- 1.2.2.2. Tríplice aspecto do direito subjetivo: direito–interesse, direito-poder e direito-relação.

Unidade II – Elementos Constitutivos da Relação Jurídica.

- 2.1 Sujeito ativo e sujeito passivo (Titularidade de direito e dever)
- 2.2 Objeto do direito: objeto imediato; prestação; objeto mediato; coisas, pessoas e ações.
- 2.3 Fato gerador ou fato jurídico (fatos naturais, atos jurídicos e atos ilícitos);
- 2.4 Proteção da relação jurídica: sanção, coação e coerção.
- 2.5 O direito de ação.

Unidade III – Classificação dos Direito Subjetivos.

- 3.1 Critérios de classificação;
 - 3.1.1. Classificação fundada no sujeito passivo: direitos relativos e absolutos;
 - 3.1.2. Classificação fundada no sujeito ativo: direitos próprios aos indivíduos, próprios às instituições e comuns aos indivíduos e instituições;
 - 3.1.3. Classificação fundada no objeto do direito: direitos da personalidade, direitos reais, direitos obrigacionais;
 - 3.1.4. Classificação fundada na finalidade do direito: direito-interesse e direito-função.

Unidade IV – Conceito de Pessoa Natural.

- 4.1. Conceito de pessoa natural;
- 4.2. Capacidade civil;
- 4.3. Começo e fim da personalidade.

Unidade V – Pessoa Jurídica.

- 5.1. Conceito;
- 5.2. Classificação;
- 5.3. Começo e fim da pessoa jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANCO, Montoro André. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 23ª ed., 1999.

ANDRADE, Manuel Domingues. Teoria geral da relação Jurídica. Coimbra: Almedina, 1983.

CORRÊA, Valter Luiz. Introdução ao estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. São Paulo: Editora Saraiva, 8ª edição, 1995.

LATORRE, Angel. Introdução ao Direito. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1977.

LIMA, Hermes. Introdução ao Estudo do Direito: Rio de Janeiro: Livraria Freitas bastos, 2004.

PAUPÉRIO, A. Machado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO



CRÉDITOS: 02
(2T-0P)

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Permitir ao aluno compreender a atividade financeira desenvolvida pelo Estado em prol das necessidades coletivas.

Específicos:

- Conduzir o aluno à compreensão e análise dos fatos históricos que contribuíram para a evolução dessa disciplina jurídica. Proporcionar o entendimento da atividade financeira desenvolvida pelo Estado de acordo com o estabelecido pela Lei Orçamentária, através da demonstração das principais características das receitas e despesas públicas. Proporcionar o conhecimento das principais modalidades e características dos orçamentos públicos e das principais características da disciplina sobre a dívida e o crédito públicos.

EMENTA:

Atividade financeira do Estado. Despesa Pública. Receita Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Investimentos. Objetivos governamentais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – A Atividade Financeira do Estado.

1. O pacto federativo e o federalismo fiscal. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. Histórico sobre o desenvolvimento da atividade financeira.
2. A Ciência das Finanças. Histórico. Conceito. Objeto. Relação com outras disciplinas.
3. O Direito Financeiro. Histórico. Conceito. Objeto. Relação com outras disciplinas.
4. As normas de Direito Financeiro. Competência legislativa. Princípios do Direito Financeiro.
5. Aplicação do Direito Financeiro no tempo e no espaço. Interpretação e integração do D. Financeiro.

Unidade II – Receita Pública.

1. Conceito. Classificação doutrinária e legal.
2. Classificação das receitas públicas: receita originária e receita derivada.
3. Preços públicos.
4. Taxa.

Unidade III – Despesa Pública.

1. Conceito. Elementos constitutivos. Forma de execução.
2. Classificação das despesas públicas.
3. Requisitos e destinação das despesas públicas.
4. Despesas com pessoal e seu controle.

Unidade IV – Orçamento Público.

1. Histórico da prática orçamentária. Funções. Natureza Jurídica. Espécies de Orçamento.
2. Princípios Constitucionais Orçamentários. Orçamento Fiscal.
3. Orçamento da Seguridade Social, Orçamento de Investimento das Estatais.
4. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
5. Lei Orçamentária Anual. Atividade dos Tribunais de Contas.
6. A Lei de Responsabilidade Fiscal

Unidade V – Crédito e Dívida Pública.

1. Crédito Público. Conceito. Natureza jurídica. Classificação.
2. Aspectos Econômicos e Jurídicos.
3. A dívida pública. Conceito. Espécies.
4. A dívida pública interna e externa.
5. Precatórios. Empréstimos públicos.

Unidade VI – Emissão e Controle de Moeda.

1. Competência Constitucional.
2. Banco Central do Brasil.
3. Conselho Monetário Nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, Dejalma. Direito Financeiro Orçamentário. 4ª edição. São Paulo. Atlas, 2006.
HARADA, Kiyoshi. “Direito Financeiro e Tributário”. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TORRES, Ricardo Lobo. “Curso de Direito Financeiro e Tributário”. 16 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 631

DIREITO ELEITORAL

CRÉDITOS: 02
(2T-0P)

Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Dotar o futuro bacharel em Direito de conhecimentos essenciais sobre os variados aspectos do Sistema Eleitoral brasileiro, introduzindo-o nas peculiaridades da legislação eleitoral e da Justiça Eleitoral no Brasil.

Específicos:

- Conhecer o Sistema Eleitoral no Brasil.

- Adquirir conhecimentos sobre a Justiça Eleitoral no Brasil.
- Familiarizar-se com a organização do sufrágio no Brasil.
- Distinguir entre os Sistemas de Representação Eleitoral.
- Identificar as formas de participação política.

EMENTA:

Direito Eleitoral e Sistema Eleitoral. O Poder Judiciário no Brasil. A Justiça Eleitoral. A organização do sufrágio. O Processo Eleitoral. Sistemas de Representação Eleitoral. A participação política.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Direito Eleitoral e Sistema Eleitoral.

- 1.1. Conceitos
- 1.2. Diversos aspectos do Sistema Eleitoral
- 1.3. Fontes do Direito Eleitoral brasileiro

Unidade II – Do Poder Judiciário no Brasil.

- 2.1. Natureza do Poder Judiciário
- 2.2. Função constitucional do Judiciário
- 2.3. O Judiciário da União
- 2.4. O judiciário dos Estados e do Distrito Federal

Unidade III – O Poder Judiciário Eleitoral (A Justiça Eleitoral).

- 3.1. Sistemas de Controle do processo eleitoral
- 3.2. O controle do processo eleitoral nos Estados europeus
- 3.3. A Justiça no Brasil: a estrutura e competências
- 3.4. Garantias dos membros da Justiça Eleitoral brasileira

Unidade IV – A Organização do Sufrágio.

- 4.1. Regras constitucionais
- 4.2. Alistamento eleitoral e Inelegibilidade
- 4.3. Registro de candidatos
- 4.4. A votação, a apuração e a diplomação

Unidade V – O Processo Eleitoral.

- 5.1. Princípios do processo eleitoral. Sujeitos da relação processual
- 5.2. Impugnações e recursos
- 5.3. Crimes eleitorais
- 5.4. Processo Penal Eleitoral

Unidade VI – Sistemas de Representação Eleitoral.

- 6.1. Sistemas majoritário
- 6.2. Sistemas proporcionais
- 6.3. Sistemas mistos
- 6.4. Evolução histórica da representação eleitoral no Brasil

Unidade VII – A Participação Política.

- 7.1. As formas de participação política e os Partidos Políticos

- 7.2. Partidos Políticos: conceito, classificações, organizações e funcionamento
- 7.3. Finanças partidárias
- 7.4. Os partidos políticos no Brasil

UNIDADE VIII – O Regime Jurídico da Campanha Eleitoral.

- 8.1. Propaganda eleitoral
- 8.2. Pesquisas eleitorais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CANDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. 13.ed. São Paulo: EDIPRO, 2008.
COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 8.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
GUERRA, Carlos Eduardo. Direito Eleitoral. 2v. São Paulo: Campus, 2009.
RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 9.ed. São Paulo: Impetus, 2009.
SOBREIRO NETO, Armando Antonio. Direito Eleitoral – Teoria e Prática. 4.ed. Curitiba: JURUÁ, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2009.
BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa. São Paulo: Malheiros, 2008.
CAETANO, Marcelo. Direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
COSTA, Tito. Recursos em Matéria Eleitoral. 8.ed. São Paulo: RT, 2004.
FICHTNER, Jose Antonio. Impugnação de Mandato Eletivo. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
RIBEIRO, Favila. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
SILVA José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2009.
VELLOSO, Carlos Mario da Silva; Agra, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 632

DIREITO PENAL MILITAR

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Compreender os temas inerentes ao Direito Penal Militar, excluindo, sempre que possível, aqueles que mantêm correspondência com o Direito Penal comum.

Específicos:

Preparar adequadamente o aluno nos conhecimentos das questões da legislação castrense.

EMENTA:

Noções Introdutórias. Aplicação da lei penal militar. Crime Militar. Concurso de Agentes. Penas. Medidas de Segurança. Ação Penal-Militar. Extinção da punibilidade. Dos Crimes Militares em tempo de paz. Dos crimes militares em tempo de guerra.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Disposições Introdutórias.

- 1.1. Noções históricas do Direito Penal Militar;
- 1.2. Bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal Militar;
- 1.3. Autonomia do Direito Penal Militar;
- 1.4. Infração disciplinar e Direito Penal Militar.

Unidade II – Crime Militar.

- 2.1. Critérios de classificação;
- 2.2. Conceito.

Unidade III – A Culpabilidade.

- 3.1. A culpa na legislação penal castrense;
- 3.2. O erro de direito;
- 3.3. O dever militar e a coação irresistível;
- 3.4. A obediência hierárquica: teorias e conceito;
- 3.5. Causa de exclusão do crime;
- 3.6. O excesso e suas modalidades;
- 3.7. Elementos não constitutivos do crime.

Unidade IV – Das Penas.

- 4.1. Conceito, finalidade e classificação;
- 4.2. Penas principais e acessórias.
- 4.3. Da Suspensão Condicional da Pena;
- 4.4. Do Livramento Condicional;
- 4.5. Das Medidas de Segurança
- 4.6. Extinção de Punibilidade.

Unidade V – Dos Crimes Militares em Tempo de Paz e de Guerra.

- 5.1. Dos Crimes Contra a Segurança Externa do País;
- 5.2. Dos Crimes Contra a Autoridade ou Disciplina Militar;
- 5.3. Dos Crimes Contra o Serviço Militar e o Dever Militar;
- 5.4. Dos Crimes Contra a Pessoa;
- 5.5. Dos Crimes Contra o Patrimônio;
- 5.6. Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública;
- 5.7. Dos Crimes Contra a Administração Militar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito Penal Militar. Porto Alegre. Verbo Jurídico, 2009.
LOBÃO, Célio. Direito Penal Militar. Brasília. Brasília Jurídica, 2006.
LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito Penal Militar. São Paulo. Atlas, 2002.



NEVES, Cícero Robson Coimbra. STREIFINGER, Marcello. Apontamentos de Direito Penal Militar. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 635

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Capacitar e aprofundar os conhecimentos na dinâmica do sistema processual militar.

Específicos:

Preparar adequadamente o aluno nos conhecimentos das questões processuais militares.

EMENTA:

Noções introdutórias. Aplicação da lei processual penal militar. Polícia Judiciária Militar. Inquérito Policial-Militar. Do processo penal militar em geral. Da deserção. Da insubmissão. Nulidades. Recursos. Da execução. Organização Judiciária Militar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Polícia Judiciária Militar e Inquérito Policial Militar.

- 1.1. A Lei de Processo Penal Militar e sua Aplicação;
- 1.2. Polícia Judiciária Militar;
- 1.3. Inquérito Policial-Militar.

Unidade II – Ação Penal Militar.

- 2.1. Da Ação Penal e do seu Exercício.

Unidade III – Do Processo Penal Militar Em Geral.

- 3.1. Do Processo.

Unidade IV – Juiz, Partes e Auxiliares.

- 4.1. Do Juiz;
- 4.2. Dos Auxiliares do Juiz;
- 4.3. Dos Peritos e Intérpretes.
- 4.4. Das Partes (Acusador, Assistente, Acusado, Defensores e Curadores)

Unidade V – Da Denúncia e do Foro Militar.

- 5.1. Da Denúncia;
- 5.2. Do Foro Militar.

Unidade VI – Da Competência em Geral.

- 6.1. Da Competência em Geral;
- 6.2. Da Competência pelo Lugar da Infração;
- 6.3. Da Competência pelo Lugar da Residência ou Domicílio do Acusado;
- 6.4. Da Competência por Prevenção;
- 6.5. Da Competência pela Sede do Lugar de Serviço;
- 6.6. Da Competência pela Especialização das Auditorias;
- 6.7. Da Competência por Distribuição;
- 6.8. Da Conexão ou Continência;
- 6.9. Da Competência pela Prerrogativa do Posto ou da Função;
- 6.10. Do Desaforamento;
- 6.11. Dos Conflitos de Competência.

Unidade VII – Questões Prejudiciais.

- 7.1. Considerações gerais;
- 7.2. Questões prejudiciais e questões preliminares.

Unidade VIII – Dos Incidentes.

- 8.1. Das Exceções em Geral (suspeição ou impedimento, incompetência, litispendência e coisa julgada);
- 8.2. Do incidente de Insanidade Mental do Acusado.

Unidade IX – Da Prisão e da Liberdade.

- 9.1. Prisão Provisória;
- 9.2. Prisão Preventiva;
- 9.3. Prisão em Flagrante;
- 9.4. Deserção e Insubmissão;
- 9.5. Liberdade Provisória;
- 9.6. Comparecimento Espontâneo.

Unidade X – Citação. Intimação. Notificação.

- 10.1. A Citação e suas Modalidades;
- 10.2. Notificação e Intimação.

Unidade XI – Atos Probatórios.

- 11.1. Prova e Produção de Provas;
- 11.2. Ônus das Provas.

Unidade XII – Sentença.

- 12.1. Conceito;
- 12.2. Emendatio libelli e Mutatio Libelli;
- 12.3. Sentença condenatória;
- 12.4. Prescrição;
- 12.5. Intimação da Sentença.

Unidade XIII – Processo Penal Militar. Procedimento Ordinário.

- 13.1. Processo de Conhecimento, Cautelar e de Execução;
- 13.2. Ação Penal Militar Pública e Privada;
- 13.3. Procedimentos em Espécies;
- 13.4. Justiça Militar Federal. Conselhos de Justiça;
- 13.5. Julgamento. Condenação. Absolvição;
- 13.6. Sentença. Publicação. Intimação;
- 13.7. Justiça Militar Estadual. Conselho. Juiz de Direito;
- 13.8. Justiça Militar Estadual. Procedimento. Julgamento.

Unidade XIV – Procedimentos Especiais. Deserção. Insubmissão.

- 14.1. Espécies;
- 14.2. Deserção e Insubmissão;
- 14.3. Deserção. Oficial. Procedimento;
- 14.4. Deserção. Praça Estável. Procedimento.
- 14.5. Praça sem Estabilidade e Praça Especial. Procedimento;
- 14.6. Insubmissão. Sujeito Ativo;
- 14.7. Insubmissão. Termo de Insubmissão;
- 14.8. Insubmissão. Inspeção de Saúde. Menagem;
- 14.9. Insubmissão. Instrução. Julgamento;
- 14.10. Justiça Militar Estadual.

Unidade XV – Habeas Corpus.

- 15.1. Considerações Gerais;
- 15.2. Garantia Constitucional;
- 15.3. Punição Disciplinar;
- 15.4. Crime Propriamente Disciplinar;
- 15.5. Competência.

Unidade XVI – Restauração de Autos. Correição Parcial. Nulidades.

- 16.1. Considerações gerais sobre a restauração dos Autos;
- 16.2. Considerações gerais sobre a Correição Parcial;
- 16.3. Nulidades.

Unidade XVII – Recursos.

- 17.1. Conceito;
- 17.2. Recurso voluntário e de ofício;
- 17.3. Pressupostos;
- 17.4. Tempestividade;
- 17.5. Efeitos.
- 17.6. Recurso em Sentido Estrito;
- 17.7. Outros Recursos;
- 17.8. Revisão;
- 17.9. Reclamação;
- 17.10. Execução de Sentença;
- 17.11. Medida de Segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito Processual Militar. São Paulo. Atlas, 2009.
LOBÃO, Célio. Direito Processual Penal Militar. São Paulo. Método, 2008.
LOUREIRO NETO, José da Silva. Lições de Processo Penal Militar. São Paulo. Atlas, 2000.
MIGUEL, Cláudio Amin. COLDIBELLI, Néilson. Elementos de Direito Processual Penal Militar.
Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 2008.
SABATOVSKI, Emílio. Código Penal e Processual Penal Militar. Curitiba. Juruá, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 649	BIODIREITO
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Gerais:

Estudar as repercussões jurídicas dos avanços da biotecnologia e da biomedicina em relação aos seres humanos, no campo do Direito Privado, utilizando os princípios balizadores da Bioética, conjuntamente com os princípios consagrados na Constituição Federal relativos à proteção da dignidade da pessoa humana.

Específicos:

- (a) Discutir os novos temas relacionados ao Biodireito, com ênfase nas questões geradas pela reprodução assistida, pela pesquisa com embrião humano e com seres humanos, células-tronco, autonomia da vontade, consentimento assistido e eutanásia;
- (b) Estimular os alunos a discutir e se posicionar criticamente a respeito dos novos temas tratados no âmbito da disciplina, com a elaboração de trabalhos escritos ao final do curso.

EMENTA:

Introdução ao estudo da bioética e do biodireito. Direitos humanos, bioética e biodireito: as correlações necessárias. Responsabilidade dos profissionais da saúde. Conceito de vida: fundamentos legais e biológicos. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos. A vulnerabilidade do paciente e o biodireito. Estética e direito à imagem. Implantes e transplantes. Tanatologia, eutanásia e pena de morte. Transexualismo. Comércio de tecidos e órgãos humanos. Engenharia Genética e o Direito. Clonagem de seres vivos. Venda de óvulos e barriga de aluguel. Inseminação e fertilização artificial. Técnicas de reprodução assistida. Meio ambiente e alimentos transgênicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Bioética, Biodireito e Dignidade Humana.

- 1.1. Biodireito, Direitos Humanos e Dignidade da Pessoa Humana.
- 1.2. Elementos e Princípios Fundantes da Bioética.
- 1.3. Bioética, Biodireito e Humanismo Jurídico.

Unidade II – Microbioética.

- 2.1. Proteção da Vida Humana.
- 2.2. Direito ao nascimento.
- 2.3. Direitos do embrião e do nascituro.
- 2.4. Maternidade e Paternidade Responsável.
- 2.5. Esterilização Humana.
- 2.6. Saúde Física e Mental.
- 2.7. AIDS, Políticas Públicas e o Direito.
- 2.8. Transfusão de Sangue.
- 2.9. Estética Humana.
- 2.10. Adequação do sexo do intrasexual e do transexual.
- 2.11. Transplantes.
- 2.12. Questões relacionadas à morte.
- 2.13. Experimentação Científica com Seres Humanos.
- 2.14. Reprodução Assistida.
- 2.15. Tortura Médica.
- 2.16. Comitês de Ética.
- 2.17. Relação Médico-Paciente.
- 2.18. Erro Médico e Responsabilidade Civil.

Unidade III – Macrobioética.

- 3.1. Crise Ambiental e Preservação do Meio Ambiente.
- 3.2. Estado Constitucional Ecológico.
- 3.3. Preservação da Biodiversidade.
- 3.4. Natureza Jurídica do Meio Ambiente.
- 3.5. Impacto Ambiental e Biotecnologia.
- 3.6. Dano Ambiental e Responsabilidade.
- 3.7. Futuro da Bioética e do Biodireito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Aline Mignon de. Bioética e Biodireito. Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2000.
- BARBOZA, Heloisa Helena. BARRETO, Vicente de Paula. Do Biodireito e Bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- DINIZ, Maria Helena. O Estado atual do Biodireito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ENGELHARDT, H. T. Fundamentos de Bioética. São Paulo: Loyola, 1998.
- SÁ, Maria de Fátima Freire de. NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. (coord). Bioética, Biodireito e CC de 2002. Belo Horizonte: Del Rey, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BRAUNER, Maria Claudia Creso. Direito, sexualidade e reprodução humana: conquistas médicas e o debate bioético. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- COSTA, Sérgio I. F. & GARRAFA, V. A Bioética no Século XXI. Brasília: UnB, 2000.
- FERRAZ, Sérgio. Manipulações Biológicas e Princípios Constitucionais. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1991.
- MALUF, Edison. Manipulação Genética e o Direito Penal. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.



ROMEO CASABONA, Carlos Maria. Biotecnologia y Derecho: Perspectivas en Derecho Comparado. Granada: Editora Comares, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 650

PROPRIEDADE INTELECTUAL

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Adquirir uma visão retrospectiva da legislação nacional e a conscientização dos problemas envolvendo a disciplina.

Específicos:

Propiciar aos alunos maior capacitação para a analisar a lei e sua aplicação.

EMENTA:

Direitos do autor: morais e patrimoniais. Obras intelectuais e sua utilização. Direitos conexos. Fiscalização e penalidades. As legislações e o sistema da Constituição de 1988. As empresas brasileiras e a proteção intelectual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Obras e Direitos do Autor.

- 1.1. Noções introdutórias, evolução histórica, importância, base legal;
- 1.2. Obras intelectuais protegidas e não protegidas;
- 1.3. O autor;
- 1.4. Direitos morais verso direitos patrimoniais;
- 1.5. Direito de imagem verso direito de autor;
- 1.6. Limitações ao direito do autor.

Unidade II – Direitos Conexos.

- 2.1. Direitos dos artistas e intérpretes;
- 2.2. Direitos dos produtores fonográficos;
- 2.3. Direitos das empresas de radiodifusão;
- 2.4. Da duração dos direitos conexos.

Unidade III – Legislação, Fiscalização e Penalidades.

- 3.1. Das sanções às violações dos direitos autorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BEAS, Edson, Polido, Fabrício. Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. Campus-Elsevier, 2007.
GOYANES, Marcelo. Tópicos em Propriedade Intelectual marcas, direitos autorais, designs e pirataria. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.
SANTOS, Manuel J. Pereira dos, JABUR, Wilson Pinheiro. Propriedade Intelectual. Criações Industriais, segredos de negócios e concorrência desleal. São Paulo. Saraiva, 2007.
SANTOS, Manuel J. Pereira dos, JABUR, Wilson Pinheiro. Propriedade Intelectual. Sinais distintivos e tutela judicial e administrativa. São Paulo. Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Autoral. Rio de Janeiro. Renovar, 1998.
INSTITUTO DANNEMANN. Comentários à Lei da Propriedade Industrial. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.
INSTITUTO DANNEMANN. Legislação sobre a Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. Renovar, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 651

DIREITO DE PETRÓLEO E GÁS

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Apresentar ao aluno as noções e conceitos que envolvem a indústria e comércio do petróleo e do gás e suas decorrências jurídicas.

Específicos:

Fazer com que o aluno, com base nas informações fornecidas em aula e, sobretudo, conhecendo a importância da indústria e comércio do petróleo e gás para a economia nacional, possa refletir criticamente acerca das várias conseqüências jurídicas e chegar a soluções mais apropriadas para os inúmeros problemas que se apresentam nessa matéria.

EMENTA:

- I. Introdução. Indústria do petróleo no mundo e no Brasil: Noções básicas.
- II. Direito do petróleo e gás e sua interdisciplinaridade.
- III. O marco regulatório brasileiro e ANP.
- IV. Meio-ambiente, riscos e sua proteção.
- V. Direito Internacional e indústria do petróleo e gás. Grandes arbitragens.
- VI. Contratos em geral e Contratos internacionais.

VII. Responsabilidade civil por danos.

VIII. Outros pontos relevantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução.

- 1.1. Macro-cenários.
- 1.2. A indústria do petróleo no Brasil.
- 1.3. Noções de geologia do petróleo.
- 1.4. Origem e acumulação do petróleo.
- 1.5. Exploração petrolífera.
- 1.6. Noções de perfuração:
 - 1.6.1. avaliação de formações,
 - 1.6.2. completação de poços,
 - 1.6.3. avaliação e desenvolvimento de campos,
 - 1.6.4. comportamento de reservatórios,
 - 1.6.6. levantamento artificial.
 - 1.6.7. facilidades de produção.
- 1.7. Introdução ao *downstream*.
- 1.8. A propriedade dos recursos petrolíferos – tratamento legal no Brasil e no exterior.

Unidade II – O Direito do Petróleo e a interdisciplinaridade com os demais ramos do Direito.

Unidade III – Legislação nacional: a Lei do Petróleo.

- 3.1. O marco regulatório no Brasil – a Agência Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Política Energética.

Unidade IV – Principais danos causados ao meio-ambiente pelas atividades da indústria do petróleo.

- 4.1. Proteção jurídica do meio-ambiente contra os danos da indústria petrolífera.
- 4.2. Instrumentos jurídicos internacionais:
 - 4.2.1. Convenção da ONU sobre Responsabilidade Civil em Danos por Poluição por Óleo, firmada em Bruxelas em 1969;
 - 4.2.2. Convenção Internacional sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, firmada em Londres em 1972;
 - 4.2.3. Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (MARPOL), firmada em Londres em 1973.

Unidade V – Casos práticos no âmbito do Direito Internacional: jurisprudência dos tribunais norte-americanos.

- 5.1. Os precedentes internacionais.
- 5.2. O papel da ONU e dos organismos internacionais.
- 5.3. As grandes arbitragens.
- 5.4. O petróleo e a guerra.
- 5.5. Cooperação internacional e petróleo.
- 5.6. Direito do Mar.
- 5.7. Desenvolvimento compartilhado de reservatórios petrolíferos.
- 5.8. Análise dos Tratados relevantes.

- 5.9. Casos sobre direito do petróleo decididos pela jurisdição estatal.
- 5.10. Casos envolvendo petróleo: direito privado e nacionalizações.
- 5.11. Arbitragem e unitilização.

Unidade VI - A evolução da contratação petrolífera – as modalidades de contratos de exploração e produção de petróleo.

- 6.1. Os consórcios da exploração e produção (*upstream*).
- 6.2. Governança corporativa O contrato de concessão.
- 6.3. A licitação de blocos exploratórios.
- 6.4. A transferência de contrato de concessão.
- 6.5. Contrato de fornecimento de combustíveis.
- 6.6. Posto de gasolina.
- 6.7. Marca.
- 6.8. Direito de Concorrência.
- 6.9. Concessão Comercial.
- 6.10. Transporte de derivados de petróleo.
- 6.11. Controle judicial dos contratos de consumo de derivados de petróleo.
- 6.12. Inexecução contratual pelo fornecedor.
- 6.13. Desconsideração da personalidade jurídica.
- 6.14. Relevância do petróleo no comércio internacional.
- 6.15. Contratos internacionais.
- 6.16. *Joint ventures*.
- 6.17. Formas alternativas de financiamento.
- 6.18. Novos negócios na área do petróleo.

Unidade VII – Responsabilidade Civil no CDC.

- 7.1. Campo de incidência do Código no direito do petróleo.
- 7.2. A responsabilidade civil na atividade de exploração e produção.
- 7.3. As participações governamentais e de Terceiro.

Unidade VIII – Outros pontos relevantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- LOWE, John S. & SMITH, Ernest E ET alli. Cases and Materials on Oil and Gás Law. Saint Paul – Minnessota: West Publishing, 1998.
- LOWE, John S. Oil and Gás Law in a Nutshell. Saint Paul – Minnessota: West Publishing, 1995.
- RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. As Joint Ventures na Indústria do Petróleo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- SMITH, Ernest E. & DZIENKOWSKI, John S. & LOWE, John S. et alli. International Petroleum Transactions. 2. ed. Denver : Rocky Mountain Mineral Law Foudation, 2000.
- SMITH, Ernest. E & LANG, Jacqueline. Texas Law of Oil and Gás. Lexis Law, 1989.
- TAVERNE, Bernard G. Petroleum Industry and Governements: an Introduction to Petroleum Regulation Economics. Kluwer Law, 2000.
- VALOIS, Paulo. A Evolução do Monopólio Estatal do Petróleo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- ROSADO, Marilda. Estudos e Pareceres direito do Petróleo e Gás. Rio de Janeiro. Renovar, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Decreto n. 79.437/77 e Decreto n. 83.540/79- Convenção sobre responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.



Decreto n. 87.566/82 – Convenção sobre prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias.
Decreto n. 2.508/98 – Convenção para a prevenção da poluição causada por navios (MARPOL). Lei n. 9.478/97 – Lei do Petróleo.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 652	DIREITO DOS TRANSPORTES
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Proporcionar aos discentes, conhecimento jurídico (legal) quanto ao direito (legislações) dos transportes no cenário brasileiro.

Específicos:

Facultar condições aos discentes quanto as legislações no Brasil sobre os transportes e observar o direito comparado.

EMENTA:

O direito dos transportes. Legislação Nacional, Internacional e Comunitária – jurisprudência Nacional e Comunitária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução ao Direito dos Transportes.

- 1.1. Conceito.
- 1.2. Natureza jurídica.
- 1.3. Classificação.

Unidade II – Legislações Pertinentes ao Direito dos Transportes em Todas as Áreas.

- 2.1. Nacional.
- 2.2. Internacional.
- 2.3. Comunitária.

Unidade III – Jurisprudências Quanto ao Direito dos Transportes em Todas as Áreas.

- 3.1. Estudos de casos práticos.
- 3.2. Correlação com a doutrina e aos costumes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Nuno Manuel Castelo-Branco. Direito dos Transportes. Coimbra. Livraria Almedina, 2004

CREMONESE, Paulo Henrique. Direito Marítimo: O contrato de transporte de carga e a responsabilidade civil do transportador. São Paulo. Editora Quartier Latin, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLIVEIRA, Ricardo. Direito dos transportes – ferroviários. São Paulo. Saraiva, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 653

DIREITO IMOBILIÁRIO

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Possibilitar ao aluno a compreensão dos princípios norteadores do Direito Imobiliário, fornecendo instrumentos práticos para o estudo de suas inovações, garantias e perspectivas econômicas e jurídicas.

Específicos:

Estimular uma visão crítica da função social da posse e da propriedade.

EMENTA:

Direitos Reais e Direito Imobiliário. Posse e propriedade. Função social. Princípios norteadores. Contratos imobiliários. Código civil e código de defesa do consumidor. Promessa de compra e venda. Financiamento. Locações: residenciais e não residenciais. Condomínios e incorporações. Cartório de registro de imóveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Direitos Reais e o Direito Imobiliário.

- 1.1. Conceito de Direito Real
- 1.2. Direito real/direito pessoal
- 1.3. Posse/propriedade
- 1.4. Função social da propriedade/função social da posse
- 1.5. Direito Imobiliário à luz dos novos paradigmas da função social e boa-fé objetiva
- 1.16. O Estatuto da Cidade

Unidade II – Contratos Imobiliários.

- 2.1. Princípios norteadores
- 2.2. Sistema do Código Civil/ Código de defesa do consumidor
- 2.3. Promessa de Compra e Venda
 - 2.3.1. Adjudicação compulsória
 - 2.3.2. Execução para entrega de coisa certa
 - 2.3.3. Imissão de posse
 - 2.3.4. Ação de resolução de promessa de compra e venda proposta pelo inadimplente
- 2.4. Financiamento e Contratos Imobiliários: sinal, imprevisão, multas, juros
- 2.5. Questões polêmicas

Unidade III – Locação de Imóveis Residenciais e Não Residenciais.

- 3.1. Locações residenciais
- 3.2. Locações não residenciais
- 3.3. Locações em shopping centers e outras locações especiais (flats)
- 3.4. Garantias locatícias
- 3.5. Contrato de locação
- 3.6. Questões polêmicas

Unidade IV – Condomínios e Incorporações no Código Civil.

- 4.1. Ação de cobrança de despesas de condomínio
- 4.2. Convenção de condomínio e registro
- 4.3. A questão condominial edilícia
- 4.4. A incorporação imobiliária e o parcelamento do solo urbano
- 4.5. Retificação administrativa de registro: a lei 10.931/04

Unidade V – Cartório de Registro de Imóveis.

- 5.1. Função do registro imobiliário
- 5.2. A escritura de promessa de compra e venda e de compra e venda. Requisitos
- 5.3. Principais atos que devem estar arquivados no registro imobiliário
- 5.4. Registro x Averbação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário – Teoria e Prática. Rio de Janeiro, Forense, 2009.

AWAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIZZARDO, Arnaldo. Promessa de Compra e Venda e Parcelamento do Solo Urbano: leis 6.766/79 e 9.785/99. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SALLES, Venício. Direito Registral Imobiliário. São Paulo: Saraiva, 2007.

DINIZ, Maria Helena Diniz. Lei de Locações de Imóveis Urbanos Comentada. São Paulo: Saraiva, 2009.





CÓDIGO: IH 655	HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA: Gerais: Permitir o exame crítico da evolução do pensamento político e a importância do seu estudo para a formação do profissional das ciências jurídicas. Específicos: Refletir sobre a realidade política e social do Brasil e a atuação do jurista na sociedade.
--

EMENTA: Introdução ao Pensamento Político. Noções fundamentais. A relação da Ciência Política com outras áreas do conhecimento humano. O Pensamento Político na Antiguidade. O Pensamento Político na Idade Média. O Pensamento Político na Idade Moderna. O Pensamento Político na Idade Contemporânea.
--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade I – Introdução ao Pensamento Político. 1.1. Ciência Política: conceito, objeto e método 1.2. Política e Poder 1.3. A relação da Ciência Política com outras áreas do conhecimento Unidade II – O Pensamento Político na Antiguidade. 2.1. Platão 2.2. Aristóteles 2.3. Cícero Unidade III – O Pensamento Político na Idade Média. 3.1. Santo Agostinho 3.2. São Tomás de Aquino Unidade IV – O Pensamento Político na Idade Moderna. 4.1. Maquiavel 4.2. Hobbes 4.3. Locke 4.4. Montesquieu 4.5. Rousseau Unidade V – O Pensamento Político na Idade Contemporânea. 4.1. John Stuart Mill

- 4.2. Emile Durkheim
- 4.3. Karl Marx
- 4.4. Max Weber
- 4.5. Jürgen Habermas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política. 1º e 2º volumes. São Paulo: Ática, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.) Introdução a História do Pensamento Político. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Lier Pires; JORGE, Vladimyr Lombardo; GUANABARA, Ricardo. (Org.) Curso de Ciência Política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo. São Paulo: Campus/Elsevier, 2008.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. São Paulo: Campus/Elsevier, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Vol. 1 e 2. Brasília: UNB, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 656

MEDICINA LEGAL

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Fornecer conhecimentos para o perfeito entendimento das questões médicas contidas nos textos legais.

Específicos:

Desenvolver com os alunos conhecimentos generalistas sobre medicina legal.

EMENTA:

Conceito, importância e relação com as demais ciências médicas e jurídicas. Perícias e peritos. Psicologia Forense. Psiquiatria clínica e psiquiátrica forense. Psicoses infectuosas. Psicoses devidas a sífilis. Psicoses exotoxinas. Psicoses mistas. Periculosidade dos doentes e dos deficientes mentais. Conceito e importância da Psicologia Judiciária. Depoimento infantil, de velhos, de doentes mentais, de oligofrênicos e de moribundos. Mitomania e citatimia. À confissão. A acareação. À reconstituição do crime. Traumatologia forense. Os diferentes tipos de lesão. Asfixias. Esganadura. Afogamento. Aborto sob o ponto de vista médico-jurídico. Perícias. Sedução e estupro. Gravidez, parto e puerpério. Investigação da paternidade. Casamento e impedimentos matrimoniais.

Infanticídio. Causa Jurídica da morte. Homicídio, suicídio e acidentes. Tanatologia forense. Data da morte. Lesões em vida e alterações depois da morte. Relações vitais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução à Medicina Legal.

- 1.1. Conceito; sinonímia e relações interdisciplinares;
- 1.2. Perícia e peritos;

Unidade II – Traumatologia Forense.

- 2.1. Conceito; importância e instrumentos traumáticos;
- 2.2. Energia mecânica e mecanismo de ação;
- 2.3. Ações perfurantes; cortante e contundente;
- 2.4. Ações perfuro – cortante, perfuro – contundente e corto – contundente;
- 2.5. Energia térmica: queimadura, termonecrose, eletricidade e vitriolagem;
- 2.6. Energia físico – química: asfixiologia forense.

Unidade III – Violências Corporais.

- 3.1. Aspecto médico – legais do Código Penal;
- 3.2. Aspecto médico – legais da lei de contravenções penais.

Unidade IV – Infortunistica.

- 4.1. Conceito e nexos de causalidade;
- 4.2. Aspectos médicos – legais da Lei 6.367 de 24 de dezembro de 1976.

Unidade V – Tanatologia.

- 5.1. Conceito; divisão; importância e tipos de morte;
- 5.2. Fenômenos cadavéricos e cronotanatognose.

Unidade VI – Sexologia Forense.

- 6.1. Himenologia; atos libidinosos e crimes contra os costumes;
- 6.2. Perversões sexuais;
- 6.3. Gravidez; aborto; parto e infanticídio;
- 6.4. Investigação de paternidade e imenologia.

Unidade VII – Psicopatologia Forense.

- 7.1. Responsabilidade penal e capacidade civil;
- 7.2. Etilismo e lei anti-tóxico.

Unidade VIII – Identificação Médico-Legal.

- 8.1. Identificação e reconhecimento;
- 8.2. Identificação judiciária, do sexo e idade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2008.
CROCE, Delton. CROCE JUNIOR, Delton. Manual de Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2004.
DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. Medicina Legal. São Paulo. Saraiva, 2008.
GOMES, Hélio. Medicina Legal. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 2004.

FRANÇA. Medicina Legal. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EÇA, Antonio José. Roteiro de Medicina Legal. Rio de Janeiro. Forense, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 657

POLÍTICA INTERNACIONAL

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Proporcionar aos alunos uma sinopse sobre as grandes questões da Política Internacional dos nossos dias.

Específicos:

Possibilitar um exame histórico sobre os principais eventos e as grandes linhas condutoras da evolução política no século XX, de modo a tornar compreensível a dinâmica das relações internacionais.

EMENTA:

Industrialização e as Guerras mundiais. O século XIX: comercio e industrialização. As Guerras mundiais. A Criação das Nações Unidas e da OTAN. A Guerra-fria. A queda do muro de Berlim e suas consequências. A América Latina e as relações interamericanas. A nova ordem mundial. O Oriente Médio. A questão humanitária e os crimes internacionais. Os grandes blocos econômicos: EUA, EU e Japão. O BRIC. Os recursos naturais e a energia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Industrialização e as Guerras Mundiais.

- 1.1. O “longo século XIX”: a mundialização do comércio e a industrialização.
- 1.2. Origens e consequências da Primeira Guerra Mundial.
- 1.3. O mundo entre as duas guerras.
- 1.4. A Segunda Guerra Mundial.
- 1.5. A Criação das Nações Unidas. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Unidade II – O Fenômeno da Guerra-fria e sua Contextualização.

- 2.1. A Guerra-fria.
- 2.2. O conceito de Ocidente, Mundo Livre e Terceiro Mundo.
- 2.3. A queda do Muro de Berlim, a dissolução da URSS e as transformações no Centro e Leste

Europeus.

2.4. O mundo pós-guerra fria. Os novos desafios do projeto europeu e da aliança atlântica.

2.5. A América Latina e as relações interamericanas.

Unidade III – A Nova Ordem Mundial.

3.1. A reforma das Nações Unidas e o papel das instituições multilaterais.

3.2. O papel das democracias e da relação transatlântica.

3.3. Políticas regionais.

3.4. O Oriente Médio e seus conflitos. A crise do Iraque. A questão do terrorismo.

3.5. A intervenção humanitária. Tipologia dos conflitos armados e novo direito internacional humanitário.

3.6. Os crimes internacionais: genocídio, crimes contra a Humanidade e crimes de guerra. As novas operações de paz.

Unidade IV – O Novo Desenho Econômico

4.1. As relações entre os grandes blocos econômicos mundiais: EUA, UE e Japão.

4.2. A emergência de novas potências econômicas – Rússia, China, Índia e Brasil.

4.3. A “luta” pelas fontes de Recursos Naturais e pela Energia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.) História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. Economia Política Internacional - Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Campus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. (Org.) Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas – Volumes 1 e 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Cultura e Poder. São Paulo: Saraiva, 2007.

CERVO, Amado Luiz. As Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. (Org.) Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 658

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS



OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Fornecer ao aluno a base teórica do Direito Administrativo em sua feição procedimental conjugando-o com o conteúdo eminentemente prático da disciplina.

Específicos:

Promover o esclarecimento da ligação necessária entre a doutrina administrativista e as decorrências procedimentais e disciplinares da mesma, através do estudo aprofundado da legislação aplicável e de casos e julgados ocorridos.

EMENTA:

- I. Introdução Geral ao Processo Administrativo.
- II. Princípios do Processo Administrativo.
- III. Processo Disciplinar; a sindicância.
- IV. Responsabilidade Civil do Estado.
- V. Responsabilidade do servidor público.
- VI. Análise de Estatutos do Servidor Público.
- VII. Análise de casos e julgados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução Geral ao Processo Administrativo.

- 1.1. Processos estatais.
- 1.2. Processo Administrativo.
- 1.3. Processo e procedimento.
- 1.4. Modalidades.

Unidade II – Princípios do Processo Administrativo.

- 2.1. Publicidade;
- 2.2. Oficialidade;
- 2.3. Obediência às formas e aos procedimentos;
- 2.4. Gratuidade;
- 2.5. Ampla defesa e contraditório;
- 2.6. Atipicidade;
- 2.7. Pluralidade de instâncias;
- 2.8. Economia processual;
- 2.9. Participação popular.

Unidade III – O Processo Disciplinar.

- 3.1. Sistemas.
- 3.2. Processo sumário.
- 3.3. Sindicância.

Unidade IV – Responsabilidade Civil do Estado.

Unidade V – Responsabilidade do Servidor Público.

- 5.1. Administrativa, Civil e penal (crimes em espécie).

Unidade VI – Análise dos Estatutos do Servidor Público Federal e Estadual (Rio de Janeiro).

Unidade VII – Análise de casos e julgados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 12 ed. São Paulo: RT, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32 ed. São Paulo. Malheiros, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, Diogo. Curso de Direito Administrativo. 14 ed. Rio de Janeiro. Forense, 2005.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3 ed. São Paulo. Saraiva, 2008.

LAZZARINI, Álvaro. Temas de Direito Administrativo. 2 ed. São Paulo. RT, 2003.

MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. 2 ed. São Paulo. RT, 2008.

MORAES, Alexandre. Direito constitucional Administrativo. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2007.

MOTA, Mauricio. Responsabilidade Civil do Estado Legislador. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

OSORIO, Fabio Medina. Direito Administrativo Sancionador. 2 ed. São Paulo. RT, 2005.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: IH 680

DIREITO ECONÔMICO

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Conhecer a disciplina constitucional e legal das relações entre o Direito e a Economia.

Específicos: Oferecer aos alunos as condições básicas para o entendimento da macroconcepção jurídica das formas de disciplinamento das forças e dos agentes econômicos, assim como para compreender o modelo brasileiro (a chamada “ordem econômica”).

EMENTA:

Concepções, funções e modelos de Estado. Estado e economia. Constituição Econômica. Mercado e modelo brasileiro. Serviço público e privatizações. Regulação estatal. Intervenção do Estado sobre o domínio econômico. As “agências” no contexto jurídico brasileiro. Novas tendências do Direito Econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Introdução: Direito e Economia, Economia e Direito.

- 1.1. Economia normativa e positiva.

Unidade II – A Autonomia do Direito Econômico.

- 2.1. Origem e desenvolvimento histórico.
- 2.2. Natureza, objeto e fontes.

Unidade III – A Constituição Econômica.

- 3.1. Noção de Constituição Econômica e a Ordem Jurídica da Economia.
- 3.2. A história das Constituições Econômicas brasileiras.
- 3.3. A Constituição Econômica de 1988.
- 3.4. O modelo de economia celebrado pela ordem constitucional.
- 3.5. Os princípios fundamentais da Ordem Econômica.
- 3.6. A organização econômica.
- 3.7. Os órgãos de definição da política econômica.
- 3.8. As Emendas Constitucionais e as modificações na Ordem Econômica.

Unidade IV – A Administração Econômica: Características Gerais.

- 4.1. A Administração econômica brasileira: direta e indireta; estadual, federal e municipal.
- 4.2. As agências reguladoras independentes.

Unidade V – O Estado como Produtor de Bens e Serviços: A Atividade Empresarial Pública.

- 5.1. Mutação das formas jurídicas do Estado empresário. Privatizações: conceito, variações e tendências.
- 5.2. As noções de atividade econômica estatal, serviço público e serviço econômico de interesse geral.
- 5.3. As concessões de serviço público e as parcerias público-privadas.

Unidade VI - O Estado como Regulador da Economia: Âmbito, Tipos e Procedimento de Regulação Econômica.

- 6.1. As principais áreas de regulação econômica.

Unidade VII – O Planejamento Estatal da Economia.

- 7.1. Conceito, evolução e hipóteses brasileiras.

Unidade VIII – O Fomento Econômico.

- 8.1. O Estado como estimulador da economia.
- 8.2. As medidas premiaias e os auxílios do Estado.

Unidade IV – O Direito da Concorrência.

- 9.1. A livre concorrência na Constituição de 1988.
- 9.2. A regulação concorrencial.
- 9.3. O CADE.
- 9.4. A neo-regulação e a neo-concorrência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 11ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. 7ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MOREIRA, Vital. A ordem econômica do capitalismo. 4ª. ed. Lisboa: Caminho, 1987.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao Direito Econômico. 4ª. ed. São Paulo: RT, 2006.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação da atividade econômica. São Paulo: Malheiros, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUILLAR, Fernando Herren. Direito Econômico: do direito nacional ao direito supranacional. São Paulo: Atlas, 2006.

CUÉLLAR, Leila e MOREIRA, Egon Bockmann. Estudos de Direito Econômico. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

SANTOS, António Carlos dos; GONÇALVES, Maria Eduarda; MARQUES, Maria Manuel Leitão. Direito econômico. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 2004.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). Direito Administrativo Econômico. São Paulo: Malheiros, 2000.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

DISCIPLINA OPTATIVA

CÓDIGO: IH 902	LIBRAS
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Em consonância com as diretrizes educacionais vigentes de educação inclusiva e com o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, essa disciplina objetiva promover o contato e a familiarização dos alunos dos cursos de licenciatura com a cultura e a educação dos surdos, bem como promover conhecimentos sobre a aquisição e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

EMENTA:

Contextualizar as políticas públicas educacionais voltadas para as pessoas surdas e com deficiência auditiva estabelecendo as diferenças entre os conceitos de forma articulada com os movimentos sociais em defesa de seus direitos; Apresentar aspectos conceituais e filosóficos da cultura e identidade surda (o surdo no mundo ouvinte); Discutir a relação linguagem e surdez, bem como as implicações sócio-psico-linguísticas da surdez no processo de ensino-aprendizagem; Refletir sobre a atuação e as implicações do intérprete da Língua Brasileira de Sinais no processo de inclusão escolar de alunos surdos; Aprofundar as noções linguísticas básicas da LIBRAS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Políticas públicas educacionais voltadas para as pessoas surdas e com deficiência auditiva estabelecendo as diferenças entre os conceitos de forma articulada com os movimentos sociais em defesa de seus direitos. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
2. Aspectos conceituais e filosóficos da cultura e identidade surda (o surdo no mundo ouvinte). Visões sobre a surdez. História sobre a Comunidade Surda e sobre a Educação de Surdos. As diferentes identidades surdas: Línguas de Sinais, Cultura Surda e sua comunidade, numa proposta socioantropológica. Bilinguismo: aspectos históricos, filosóficos e epistemológicos.
3. A relação linguagem e surdez, bem como as implicações sócio-psico-linguísticas da surdez no processo de ensino-aprendizagem. A importância da Libras para o desenvolvimento sócio-psico-linguístico do sujeito surdo. Diferenciação nos conceitos de aquisição e aprendizagem de LIBRAS (L1) e Língua Portuguesa (L2). A Língua Portuguesa como segunda língua instrumental para o desenvolvimento da leitura e escrita do aluno surdo. Recursos básicos para um letramento junto aos surdos.
4. A atuação e as implicações do intérprete da Língua Brasileira de Sinais no processo de inclusão escolar de alunos surdos. O intérprete da Língua Brasileira de Sinais e sua atuação na escola na interação das duas línguas.
5. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais, aspectos teóricos e práticos, no desenvolvimento de habilidades expressivas e receptivas da língua bilíngue.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Editora Medição, 2010 (3ª edição).
- GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua brasileira de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- LODI, Ana Claudia B.; LACERDA, Cristiana B. F.de. (Orgs.). Uma escola duas línguas. Letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Editora Medição, Porto Alegre, 2009.
- SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Medição, 2005 (3ª edição).
- SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Imago, Rio de Janeiro, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração Social & Educação de Surdos. Babel Editora. Rio de Janeiro, 1993.
- _____. Por uma Gramática de Línguas de Sinais. Editora Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1995.
- LACERDA, C. B. F. de. Surdez, processos educativos e subjetivos. Editora Lovise, São Paulo, 2000.
- LIBRAS. Dicionário. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>. Acesso em: janeiro de 2009.
- LODI, A. C.; HARRISON, K. M. P. CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. (orgs.). Letramento e minorias. Editora Medição, Porto Alegre, 2002.
- MOREIRA, M. C. de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Editora Revinter, Rio de Janeiro, 2000.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P.. Idéias para ensinar português para alunos surdos. SEESP, Brasília, 2006.

_____ ; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira. Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

FELIPE, Tanya A. e MONTEIRO, Myrna S.. Libras em Contexto, curso básico. Rio de Janeiro: Editora WallPrint, 2008, 7ª edição.

SOUZA, Regina Maria de. Que Palavra que te falta? Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO: TH 714

DIREITOS DA PERSONALIDADE

**CRÉDITOS: 02
(2T-0P)**

Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Estudar as repercussões jurídicas acerca do fato de o ser humano ter se tornado o centro da tutela jurídica brasileira. Os avanços da biotecnologia e da biomedicina em relação aos seres humanos, no campo do Direito Privado, vinculado aos princípios consagrados na Constituição Federal relativos à proteção da dignidade da pessoa humana. A disciplina aborda também o reflexo social do ser humano, tais como seu nome, imagem etc, bem como a proteção aos direitos intelectuais.

Específicos:

- Discutir os novos temas relacionados ao ser humano enquanto ente da natureza, com ênfase nas questões geradas pela reprodução assistida, pela pesquisa com embrião humano e com seres humanos, células-tronco, autonomia da vontade, consentimento assistido e eutanásia; e também as implicações decorrentes da tutela do direito ao nome, honra, imagem e obras intelectuais;
- Estimular os alunos a discutir e se posicionar criticamente a respeito dos novos temas tratados no âmbito da disciplina, com a elaboração de trabalhos escritos ao final do curso.

EMENTA:

Abrangência do tema. Natureza jurídica. Conceitos: positivista e naturalista. Características. Os direitos da personalidade e as liberdades públicas. Tutela dos direitos da personalidade: administrativa, civil e penal. Direito à vida, direito à integridade física, direito à integridade psíquica. Limites éticos e jurídicos da intervenção em seres humanos, com abordagem acerca implantes, transplantes, tanatologia, eutanásia, pena de morte, transexualidade, mãe de substituição, fertilização artificial. Responsabilidade dos profissionais de saúde. Direito à imagem. Direito à intimidade. Direito à identidade. Direito à liberdade. Direito à honra. Direito às criações

intelectuais. Das consequências da violação aos direitos da personalidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Os Direitos da Personalidade. Aspectos Gerais:

- Natureza jurídica.
- Conceitos: positivista e naturalista.
- Características.
- Os direitos da personalidade e as liberdades públicas.
- Tutela dos direitos da personalidade: administrativa, civil e penal.

2. Direitos da Personalidade Sob Enfoque Biológico:

- Direito à Vida.
- O Nascituro.
- Direito à Integridade Física.
- Implantes e transplantes.
- Estética Humana.
- Transfusão de Sangue.
- Transexualidade.
- Tanatologia, eutanásia e pena de morte.
- Inseminação e fertilização artificial.
- Mãe de substituição ('barriga de aluguel').
- Direito à Integridade Psíquica.
- Responsabilidade Civil dos Profissionais de Saúde.

3. Direitos da Personalidade Sob Social:

- Direito à Imagem.
- Celebidades e limites.
- Direito à Liberdade.
- Liberdade de Expressão.
- Liberdade de Pensamento.
- Liberdade de Imprensa.
- Direito à Intimidade.
- Direito ao Segredo.
- Direito à Identidade: da pessoa natural e da pessoa jurídica.
- Direito à Honra.
- Direito ao Respeito.
- Direito às Criações Intelectuais.
- Internet e Direitos da Personalidade.
- Das consequências da violação aos direitos da personalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARBOZA, Heloisa Helena. BARRETO, Vicente de Paula. Do Biodireito e Bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais. O princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto - Os direitos da personalidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
FARIAS, Edílson Pereira de. Colisão de direitos: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação. Porto Alegre: Fabris Editor, 1996.
SCHREIBER, Anderson. Direito da Personalidade. Editora Atlas, 2011.
SZANIAWSKI, Elimar. Direitos de personalidade e sua tutela. 2. ed. São Paulo: RT, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AZEVEDO, Antonio Junqueira. "Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana". In: Estudos e pareceres de Direito Privado. São Paulo: Saraiva, 2004.
BARROSO, Luís Roberto (Orgs.) A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
BAUMAN, Zigmunt. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:	CONTRATOS PRIVADOS DE SAÚDE
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito Corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Proporcionar ao discente uma abordagem específica e multidisciplinar acerca dos contratos privados de saúde, as especificidades destes contratos previstas na legislação pátria, conceituando-os e explorando suas características, fundamentos e objetivos, produzindo conhecimento amplo dos conflitos oriundos desta espécie contratual e os vários desdobramentos fáticos, legais e jurisprudenciais possíveis.

Específicos:

- Preparar para estudos mais profundos do Direito do Consumidor.
- Apresentar a Legislação aplicável à espécie
- Conferir aos estudos foco no contexto do direito positivo e jurisprudencial brasileiro.
- Analisar os preceitos e princípios das Leis 8.078-90 e 9.656/98.
- Desenvolver o raciocínio crítico, indispensável à compreensão das alterações introduzidas pelos tempos modernos na sociedade, como um todo, e sua influência no campo de atuação profissional.
- Aprofundar os conhecimentos na área do Direito do Consumidor.
- Analisar os princípios constitucionais que incidem ao tema;
- Desenvolver e aperfeiçoar a criatividade e a pesquisa jurídica no campo das relações de consumo.

EMENTA:

Origem e Princípios Norteadores do CODECON e Princípios constitucionais. Evolução histórica do direito do consumidor. Origem do Código de Defesa do Consumidor no Brasil. Objeto das relações de consumo. Campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Princípios norteadores do CODECON. Direitos básicos do consumidor. Abordagem da Responsabilidade Civil Teoria Geral da Responsabilidade Civil. A Responsabilidade Civil nas relações de consumo. Responsabilidade Civil pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Causas excludentes da responsabilidade civil. Prescrição e decadência. Responsabilidade civil dos profissionais liberais. Serviços hospitalares privados e públicos. Relações Comerciais entre Consumidor e Fornecedor Práticas comerciais entre fornecedor e consumidor: publicidade enganosa. Propaganda abusiva. A lei de imprensa e os crimes contra o consumidor. Práticas abusivas entre consumidor e fornecedor. A cobrança de dívidas. O dano moral. A atuação do PROCON. Contratos em espécie: a concepção contratual do Código de Defesa do Consumidor. Princípios regentes dos contratos de consumo. A função social do contrato. A proteção contratual. Cláusulas abusivas. Interpretação das cláusulas mais favoráveis ao consumidor. Modificação e revisão das cláusulas contratuais. Contratos de adesão. Venda fora do estabelecimento comercial. Seguro de responsabilidade. A Lei 9.656/98 e suas peculiaridades A Lei 9.656-98. Diálogo das Fontes. O Papel da ANS. Resoluções Normativas. Casos específicos previstos na Lei dos Planos de Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Origem e Princípios Norteadores do CODECON e Princípios constitucionais.

1. Evolução histórica do direito do consumidor.
2. Origem do Código de Defesa do Consumidor no Brasil.
3. Objeto das relações de consumo.
4. Campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor.
5. Princípios norteadores do CODECON.
6. Direitos básicos do consumidor.
7. O direito consumidor no cenário internacional.

Unidade II - Abordagem da Responsabilidade Civil.

1. Teoria Geral da Responsabilidade Civil.
2. A Responsabilidade Civil nas relações de consumo.
3. Responsabilidade Civil pelo fato do produto e do serviço.
4. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.
5. Causas excludentes da responsabilidade civil.
6. Prescrição e decadência.
7. Responsabilidade civil dos profissionais liberais.
8. Serviços hospitalares privados e públicos.

Unidade III - Relações Comerciais entre Consumidor e Fornecedor

1. Práticas comerciais entre fornecedor e consumidor: publicidade enganosa. Publicidade abusiva.
2. Os crimes contra o consumidor.
3. Práticas abusivas entre consumidor e fornecedor.
4. A cobrança de dívidas.
5. O dano moral.
6. A atuação do PROCON.
7. Contratos em espécie: a concepção contratual do Código de Defesa do Consumidor.

Princípios regentes dos contratos de consumo. A função social do contrato. A proteção contratual. Cláusulas abusivas. Interpretação das cláusulas mais favoráveis ao consumidor.

8. Modificação e revisão das cláusulas contratuais.
9. Contratos de adesão. Venda fora do estabelecimento comercial. Seguro de responsabilidade.

Unidade IV - Defesa do Consumidor em Juízo

1. Tutela individual do consumidor.
2. Facilitação do acesso à Justiça.
3. A tutela específica das obrigações de fazer e não-fazer.
4. Aspectos processuais da inversão do ônus da prova.
5. Juizados Especiais Cíveis.
6. A tutela coletiva do consumidor. As *class actions* do direito norte-americano. A tutela coletiva no Brasil. Direitos difusos. Direitos individuais homogêneos. Direitos coletivos. A Lei de Ação Civil Pública no Código de Defesa do Consumidor. Competência. Legitimação. Execução da sentença. A coisa julgada nas ações coletivas. Análise jurisprudencial.

Unidade V - A Lei 9.656/98 e suas peculiaridades A Lei 9.656-98.

1. As disposições normativas contidas na Lei 9.656/98;
2. Diálogo das Fontes.
3. O Papel da ANS.
4. Resoluções Normativas.
5. Casos específicos previstos na Lei dos Planos de Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOTTESINI, Maury Ângelo; MACHADO, Mauro Conti. Lei dos Planos e Seguros de Saúde. 2ª Edição. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2005.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Volume III. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FIUZA, César. Direito Civil – curso completo. 13 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Vol.IV-tomo I. 7ª edição. São Paulo, 2011.
- GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do Consumidor: Código Comentado e Jurisprudência. 3ª Edição. Editora Impetus. 2007;
- GRINOVER, Ada Pelegrini; BENJAMIN, Antonio Herman Vasconcelos e; FINK, Daniel Roberto; FILOMENO, José Geraldo Brito; WATANABE, Kazuo; JUNIOR, Nelson Nery; DENARI, Zelmo. Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 9ª Edição. Ed. Forense. São Paulo. 2007.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol.III. 9ª edição. São Paulo, 2011.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. 3ª Edição. Ed. Saraiva. São Paulo. 2007.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. IV. Rio de Janeiro. Forense, 2007.
- VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Volume II. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008
- FIUZA, Ricardo, SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Código Civil comentado. 6ª edição. São Paulo. Saraiva, 2008.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. 5ª Edição. Ed. RT. São Paulo. 2006.

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman e MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: Aspectos Materiais. 4ª Edição. Ed. RT. São Paulo. 2004.
MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman e BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 1ª Edição. Ed. RT. São Paulo. 2008.
NEGRÃO, Theotônio, GOUVEA, José Roberto Ferreira. Código Civil e Legislação em Vigor. 26ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria Barreto B. Andrade. Código Civil Comentado. 6ª edição. São Paulo. RT, 2008.
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Vol.3. 30ª edição. São Paulo. Saraiva, 2007.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Volume III. Contratos em Espécie. 11ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:	CRIMINOLOGIA
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais

Fornecer os pressupostos científicos para que o graduando habilite-se a assumir uma postura crítico-científico e não apenas reativa frente ao crime e às demandas sociais punitivas.

Específicos:

- Fazer com que os estudantes adquiram a capacidade de perceber os discursos e os interesses políticos, econômicos e sociais que circundam a criação e a expansão legislativa criminal e o funcionamento da justiça e das instituições criminais.

EMENTA:

Criminologia e Direito Penal - Teorias de Legitimação e Deslegitimação da Pena - Paradigma Etiológico e suas Teorias - Paradigma Atributivo e suas Teorias – Criminologia Crítica – Temas Especiais de Criminologia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Criminologia e Direito Penal:

- Conceitos
- Evolução Histórica
- Desafios e Perspectivas da Criminologia

2. Teorias de Legitimação e Deslegitimação da Pena:

- Teorias Absolutas da Pena
- Teorias Relativas da Pena
- Teoria Agnóstica da Pena
- Teoria Marxista da Pena

3. Paradigma Etiológico:

- Teorias Biopsicológicas da Criminalidade
- Teorias da Aprendizagem, Anomia e Subculturas

4. Paradigma Atributivo:

- Teorias Fenomenológicas
- Labeling approach
- Teorias Conflituais

5. Criminologia Crítica:

- Origens Históricas
- Pensamento de Alessandro Baratta
- Pensamentos Criminológicos Críticos
- Perspectivas Práticas da Criminologia Crítica

6. Tópicos Especiais:

- Violência e Gênero
- Vitimologia
- Mídia e Criminalidade
- Cifra Negra e Cifra Dourada da Criminalidade
- Política de Segurança Pública
- Novos Temas de Criminologia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal – Introdução à Sociologia do Direito Penal. 2ª.ed. Rio de Janeiro: ICC e Freitas Bastos, 1999.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 11ª.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PABLOS DE MOLINA, Antonio García. 5ª.ed. Criminologia. São Paulo: RT, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Nilo. Punidos e Mal Pagos – Violência, Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos no Brasil de Hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis Ganhos Fáceis – Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Salo de. Antimanual de Criminologia. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CASTRO, Lola Aniyar. Criminologia da Libertação. Trad. Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: ICC e Revan, 2005.

CERVINI, Raúl. Os Processos de Descriminalização. 2ª.ed. São Paulo: RT, 2002.

LYRA, Roberto; ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello de. 3ª.ed. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

SANTOS, Juarez Cirino dos. A Criminologia da Repressão. Rio de Janeiro: Forense, 1979.



THOMPSON, Augusto. Quem são os Criminosos? O Crime e o Criminoso: Entes Políticos. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; Et. Alii. Direito Penal Brasileiro – I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:	DIREITO E DEMOCRACIA
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Apresentar aos estudantes de graduação os principais problemas teóricos e prático-institucionais oriundos das relações entre Direito e Democracia através de textos teóricos centrais para a compreensão da temática.

EMENTA:

Noções Introdutórias. Constitucionalismo e democracia. A democracia representativa. A democracia participativa. Teorias contemporâneas da democracia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções Introdutórias:

- O sentido antigo e o sentido moderno da democracia
- Democracia e República na modernidade
- Os modelos teóricos da democracia moderna:
 1. Liberal
 2. Republicano
 3. Socialista

2. Constitucionalismo e democracia:

- Perspectivas teóricas de Tensão;
- Perspectivas teóricas de conciliação;

3. A Democracia Representativa:

- Origens da ideia moderna de representação.
- Soberania popular e representação.
- Limites da Democracia Representativa.

4. A democracia Participativa:

- Origens da ideia moderna de participação política
- Soberania popular e participação.
- Limites da Democracia Participativa.

5. Teorias Contemporâneas:

- Robert Dahl e a Poliarquia.
- Habermas e a democracia deliberativa.
- Negri e a democracia da multidão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 25. Ed. Atual. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MILL, Jonh Stuart. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- MOORE, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalism, socialism and democracy. New York; London: 2008.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. 4. Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BOBBIO, Norberto. O futuro da Democracia. 11ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª Ed. Lisboa: Almedina, 2003.
- CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos. In: Revista de Filosofia Política, n.2, Porto Alegre, 1985, PP. 9-24
- DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAVID, René. Grandes Sistemas de Direitos Contemporâneos. São Paulo: Martins fontes, 1996.
- ERNST, Benda; MAIHOFER, Werner; VOGEL, Hans-Jochen; HESSE, Konrad; HEYDE, Wolfgang. Manual de derecho constitucional. 2. Ed. Madrid, Espanha: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2001.
- HABERMAS, JURGEN. Between Facts and Norms – Contribution to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge: The MIT Press, 2001.
- HIRST, Paul. A democracia representativa e seus limites. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- LENIN, V. I. O Estado e a Revolução. In: Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa: Edições Avante!, 1981.
- KELSEN, Hans. A democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.
- NEGRI, Antonio. O poder Constituinte – Ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.





CÓDIGO:	DIREITO INTERNACIONAL DO COMÉRCIO
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de Direito Internacional do Comércio.

Específicos:

- a) Estudar as fontes da Lex Mercatoria, sua origem e função, assim como aprofundar o estudo dos instrumentos do comércio internacional;
- b) Fornecer os elementos de análise e compreensão que possibilitem ao aluno resolver problemas de repercussão internacional, de acordo com o direito positivo pátrio e tratados internacionais pertinentes;
- c) Dar diretrizes sobre a utilização das fontes de direito estrangeiro.

EMENTA:

Aspectos Introdutórios à Disciplina. O Marco Jurídico das Relações Financeiras Internacionais. O Marco Jurídico das Relações Comerciais Internacionais. Os Contratos internacionais do comércio. Cláusulas dos Contratos Internacionais do Comércio. Execução dos Contratos Internacionais do Comércio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I – Aspectos Introdutórios à Disciplina.

- 1.1. Conceitos e fontes do Direito Internacional do Comércio.
- 1.2. O Sistema Econômico Internacional.
- 1.3. A Lex Mercatoria.

Unidade II – O Marco Jurídico das Relações Financeiras Internacionais.

- 2.1. O Sistema Financeiro Internacional Público.
- 2.2. Os Mecanismos Financeiros Internacionais de Assistência Monetária.
- 2.3. O Sistema Financeiro Internacional Privado.
- 2.4. Os Novos Instrumentos Financeiros Internacionais.

Unidade III – O Marco Jurídico das Relações Comerciais Internacionais.

- 3.1. O Sistema Comercial Internacional.
- 3.2. Do GATT à OMC.
- 3.3. OMC: princípios, estrutura dos Acordos (GATT, GATS, TRIPS), sistema de solução de controvérsias, Rodada de Doha.
- 3.4. A Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e do Desenvolvimento (UNCTAD).

- 3.5. Princípios Básicos e Cláusulas Padrão dos Acordos Comerciais Internacionais.
- 3.6. Os Acordos de Integração às Zonas de Livre Comércio: a União Européia, o NAFTA, o Mercosul, ALCA.

Unidade IV – Os Contratos Internacionais do Comércio.

- 4.1. Definição: aspectos econômicos e jurídicos.
- 4.2. O Estado nos Contratos Internacionais.
- 4.3. Classificação dos Contratos Internacionais do Comércio.
- 4.4. A Uniformização das Práticas Negociais e Contratuais.
- 4.5. A Possibilidade de uma Teoria Geral e o Problema dos Ordenamentos Internos (Nacionais).
- 4.6. A Formação e a Negociação dos Contratos Internacionais do Comércio.

Unidade V – Cláusulas dos Contratos Internacionais do Comércio.

- 5.1. Obrigação e Responsabilidade das Partes.
- 5.2. Aspectos Fiscais e Implicações Financeiras.
- 5.3. Força Maior e Hardship.
- 5.4. Jurisdição e Lei Aplicável.
- 5.5. Rescisão e outras formas de Extinção.
- 5.6. Cláusula Arbitral.

Unidade VI – Execução dos Contratos Internacionais do Comércio.

- 6.1. A Força das Relações Negociais.
- 6.2. Os Prazos e suas conseqüências.
- 6.3. Garantias.
- 6.4. O Pagamento: modalidades e moedas.
- 6.5. Conseqüências da Inexecução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BASSO, Maristela. Contratos internacionais do comércio. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- PEREIRA, Ana Cristina Paulo. Direito Internacional do Comércio. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- STRENGER, Irineu. Contratos Internacionais do Comércio. 4.ed. São Paulo: LTr, 2004.
- THORSTENSEN, Vera. Comunidade Européia: Líder do comércio internacional. São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- TIMM, Luciano Benetti. Direito do Comércio Internacional. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado. 10.ed. Rio de Janeiro. Forense, 2009.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. Contratos internacionais: uma visão teórica e prática. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BAPTISTA, Luiz Olavo (org). Normas de Direito Internacional. 3.t. São Paulo: LTr. 2007
- BRITO, Maria Helena. Direito do Comércio Internacional. Coimbra: Almedina, 2001.
- CASTRO, Amílcar. Direito Internacional Privado. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada. 13.ed. São Paulo. Saraiva, 2007.
- DOLINGER, Jacob. Direito Civil Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Renovar, 2008.

DOLINGER, Jacob e TIBURCIO, Carmem. Direito Internacional Privado: Arbitragem Comercial Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003

DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. Vade-Mecum de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Pontes de. Tratado de direito internacional privado. 30v. São Paulo: Bookseller, 2002.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado – Teoria e Prática. 12.ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

RODAS, João Grandino (coord.). Contratos Internacionais. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SABA, Sérgio. Comércio Internacional e Política Externa Brasileira. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2002.

STRENGER, Irineu. Direito do Comércio Internacional e Lex Mercatoria. São Paulo: LTr, 1996.

THORSTENSEN, Vera. OMC, Organização Mundial do Comércio: As regras do comércio internacional e a rodada do milênio. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

THORSTENSESN, Vera; JUNK, Marcos S. (orgs). Brasil e os grandes temas do Comércio Internacional. São Paulo: Aduaneiras: 2005.

VALLADÃO, Haroldo. Direito internacional privado. 3v. 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Analisar de forma crítica as normas de direito material e processual, de natureza civil e penal contidas no ECA que reconhecem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direito. Verificar como este microssistema ao adotar a doutrina da proteção integral, considerando os jovens como pessoas em desenvolvimento, cidadãos com maior vulnerabilidade e fragilidade, os faz destinatários de proteção especial, rompendo com as doutrinas anteriores, quais sejam, as dos menores em situação irregular e a do direito penal do menor.

EMENTA:

O capítulo da Constituição Federal pertinente à Família, à criança, ao adolescente e ao idoso acarretou profunda transformação no Direito das Famílias contemporâneo. Além de reconhecer e dar proteção a formas diferentes de arranjos familiares ao lado do casamento, no artigo 227

assegurou a crianças e adolescentes, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da criança e do Adolescente (Lei 8.069-90) regulamentou este dispositivo constitucional implementando todo esse leque de direitos e garantias que devem ser assegurados com absoluta prioridade pela família, pela sociedade e pelo Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Famílias Plurais:

- Matrimonializada
- Informal
- Homoafetiva
- Mosaico
- Paralela

2. Dos Princípios Constitucionais das Famílias:

- Jurisdição de Família e mediação
- Da proteção dos filhos
- Do poder familiar

3. Direitos Fundamentais de crianças e adolescentes nos termos do ECA:

- Direito à vida e à saúde
- Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade
- Do Direito à convivência familiar e comunitária
- Da família natural
- Da família substituta
- A nova lei de adoção (lei 12.010-2009)

4. Da Prevenção:

- Fiscalização das entidades
- Das entidades de atendimento
- Das Medidas de Proteção

5. Das Medidas socioeducativas:

- Da prática de ato infracional
- Do Conselho Tutelar: atribuições, competências e impedimentos
- Das Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis
- Dos procedimentos

6. Dos Crimes e das Infrações Administrativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. A Criança no novo direito de família. In: Welter, Belmiro Pedro e Madaleno, Rolf. (coords.) Direitos Fundamentais do direito de família. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- CURY, Munir. Estatuto da Criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008.

ISHIDA, Valter Kenji. Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LIBERARTI, Wilson Donizeti. Estatuto da Criança e do adolescente: comentários. São Paulo: Malheiros, 2008

MACIEL, Katia. Curso de Direito da Criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Tânia da Silva. Estatuto da Criança e do Adolescente – Um debate Interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar Editora, 1999.

PEREIRA, Tânia da Silva e OLIVEIRA, Guilherme. Cuidado e Vulnerabilidade. São Paulo: Editora Atlas, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS
PROGRAMA ANALÍTICO

CÓDIGO:	HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO
CRÉDITOS: 02 (2T-0P)	Cada Crédito corresponde à 15h/aula

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Gerais:

Tratar, numa comparação histórico-filosófica, dos diversos sistemas de pensamento jurídico que fundamentaram a prática do Direito.

Específicos:

- Conhecer os principais sistemas de pensamento jurídico.
- Leitura crítica dos textos fundamentais dos autores mais importantes de cada sistema.
- Correlacionar as diversas temáticas jurídicas com suas bases jusfilosóficas.

EMENTA:

Introdução à disciplina. Antiguidade. Cristianismo. Modernidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à disciplina:

- O que é filosofia do direito.
- Introdução à História das doutrinas filosóficas.

2. Antiguidade:

- Período arcaico.
- Sócrates e os sofistas.
- Platão.

- Aristóteles.

3. Cristianismo:

- Agostinho e o agostinianismo jurídico-político.
- Tomás de Aquino.
- O realismo e o nominalismo.
- O franciscanismo jurídico: Duns Scotus e Guilherme de Ockham..
- A Reforma protestante: Lutero e Calvino.
- A reação à Reforma: Francisco de Vitória e Francisco Suárez.

4. Modernidade:

- O Humanismo: O renascimento do estoicismo.
- O Racionalismo.
- A época de Pascal e a ciência moderna.
- Os sistemas do racionalismo jurídico: Grócio.
- A fundação do positivismo jurídico: Hobbes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GILISSEN, John. Introdução histórica ao Direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

HERVADA, Javier. O que é o Direito? A moderna resposta do realismo jurídico: Uma introdução ao Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Lições propedêuticas de Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WIEACKER, Franz. História do Direito Privado Moderno. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARÍAS, Julián. História da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



ANEXO II:

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Direito e tem, por finalidade, a implantação do mesmo.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- b) estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- c) atualizar, periodicamente, o projeto pedagógico do curso;
- d) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- e) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- f) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- g) promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- h) incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação em Direito, do mercado de trabalho e, em acordo com as diretrizes nacionais do MEC e da OAB;
- i) acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- a) o Coordenador do Curso, como seu presidente;

- b) pelo menos, 60% (sessenta por cento) do corpo docente do curso de Direito;
- c) um Técnico-Administrativo em Educação para secretariar o NDE.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 6º. Os docentes que compõem o NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* e, destes, pelo menos 60% (sessenta por cento) têm título de Doutor.

Art. 7º. O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica na área do curso é, de pelo menos, 60% (sessenta por cento).

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 8º. Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de horário parcial e ou integral.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 9º. Compete ao Presidente do Núcleo:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante para secretariar e lavrar as atas;
- e) indicar coordenadores para cada área do saber jurídico;
- f) coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES

Art. 10. O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 11. As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO VIII



DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso.



ANEXO III:
REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO
ACADÊMICA E CIENTÍFICA (NUPAC)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Artigo 1º – O Núcleo de Produção Acadêmica e Científica (NUPAC), do Curso de Direito da UFRRJ, tem caráter interdisciplinar. A sua dimensão cultural estende-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão nos âmbitos local, nacional e internacional.

Parágrafo único. Para a realização de convênios, acordos, projetos multidisciplinares nacionais e internacionais, nas áreas que lhe estão afetas, o coordenador do NUPAC encaminhará ao Coordenador do Curso de Direito breves considerações a respeito, solicitando-lhe o encaminhamento devido.

Artigo 2º – Poderão participar e/ou colaborar com o Núcleo de Produção Acadêmica e Científica do Curso de Direito da UFRRJ, campus Seropédica, docentes e alunos de graduação e pós-graduação do Curso de Direito e, ainda, a convite, pesquisadores e especialistas vinculados a UFRRJ e a outras instituições públicas ou privadas, além de centros de investigação de outros países que se interessam pela produção do conhecimento jurídico e afim.

Artigo 3º – A incorporação de instituições e profissionais estranhos aos quadros da UFRRJ será aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), ouvido os setores responsáveis na UFRRJ.

Artigo 4º – São objetivos do Núcleo:

- I – estimular e realizar a produção acadêmica e científica nas áreas do direito e afins;
- II – aprimorar a formação de recursos humanos para atender as necessidades de informação científica e tecnológica nas áreas propostas;
- III – criar grupos de estudo com a participação de especialistas nacionais e internacionais, podendo sediá-los nas várias instituições nacionais e internacionais que participam do Núcleo;
- IV – estruturar bases de dados de perfil de pesquisadores e de produção acadêmica e científica visando o registro nas diversas áreas de conhecimento;
- V – aprimorar o sistema de acesso às fontes de informação em Direito com o objetivo de disponibilizar e racionalizar o acesso ao conhecimento necessário à produção literária;
- VI – disponibilizar às comunidades acadêmica e científica as informações documentárias impressas ou eletrônicas, através dos programas de atividades e projetos específicos do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica (NUPAC);
- VII – divulgar os textos, revistas e livros que, uma vez publicados, deverão ser expostos e disponibilizados nas instalações do Curso de Direito, de preferência em quadro/estante, especialmente construído para abrigá-los e permitir o acesso dos alunos e professores;

Parágrafo Único – As publicações do NUPAC serão sem custo para o Curso de Direito, ficando a expensas de seus autores, alunos, professores do Curso de Direito e demais especialistas recepcionados pelo Curso na forma deste Regulamento, bem assim a responsabilidade do seu conteúdo.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E COMPETÊNCIA

Artigo 5º – O NUPAC será coordenado por um professor efetivo do Curso de Direito, que será denominado – **Coordenador do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica do Curso de Direito da UFRRJ**, será indicado por deliberação conjunta, tomada por maioria de votos, dos membros integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito da UFRRJ, e designado através de Portaria do PRÓ-REITORIA de Graduação da UFRRJ.

§1º – O Coordenador do NUPAC, também será o responsável pela promoção de estudos comparados e outras iniciativas no âmbito das relações internacionais no âmbito do Curso de Direito, devendo, após ouvir o NDE do curso, encaminhar propostas aos órgãos internos competentes.

§2º – O Coordenador do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica será eleito por um período de 02 (dois anos) renováveis por mais 02 (dois) anos.

§ 3º – As tarefas administrativas do NUPAC ficarão a cargo de 1 (um) funcionário, sob orientação do Coordenador NUPAC, que se encarregará dos registros e procedimentos necessários para publicação, exposição, registros internos e externos dos trabalhos, devendo manter estreito contato com os setores responsáveis pelo acervo da Biblioteca da UFRRJ, na qual deverá fazer depósito de 01 (um) exemplar e/ou disponibilizar a matriz para eventuais reproduções e divulgação de cada publicação.

Artigo 6º – A Coordenação do NUPAC deverá encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso de Direito, ou sempre que for solicitado, **RELATÓRIO** das atividades e produção realizada no período.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os relatórios deverão ficar arquivados em pasta própria no arquivo da Coordenação do Curso de Direito e ainda no próprio NUPAC a fim de estarem disponíveis para os docentes do Curso e outras pessoas que tenham possível interesse, a critério da Coordenação.

Artigo 7º – Os grupos instituídos, no âmbito do NUPAC, para realização de trabalhos acadêmicos e científicos poderão assessorar-se de consultores científicos ou técnicos estranhos a UFRRJ, na forma deste Regulamento.

Artigo 8º – Cabe ao Coordenador do NUPAC:

- I – **supervisionar** o cumprimento do programa do Núcleo de Produção Científica;
- II – **gerir** administrativamente o Núcleo de Produção Científica, responsabilizando-se pela apresentação dos relatórios requeridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e pela coordenação do Curso de Direito;
- III – **decidir** sobre a incorporação de novos projetos e alterações programáticas;
- IV – **decidir** sobre a incorporação ou desligamento de integrantes e participantes do Núcleo de Produção Científica;
- V – **responder** perante as autoridades internas pelo desempenho de seus funcionários;

- VI – **decidir** sobre a atribuição das bolsas que venham a ser criadas;
- VII – **encaminhar** ao Coordenador do Curso de Direito, semestralmente ou sempre que solicitado, relatórios de avaliação científica e administrativa.
- VIII – **implementar** as decisões a seu cargo;
- IX – **planejar** atividades culturais;
- X – **preparar** programas científicos de acordo com as normas recomendadas pelas agências de fomento;
- XI – **coordenar** as atividades de intercâmbio com instituições nacionais e internacionais;
- XII – **atribuir** bolsas utilizando recursos provenientes dos projetos, programas de eventos, de publicações impressas e eletrônicas; e de outras fontes destinadas para tal fim; ouvida a Coordenação do Curso de Direito;
- XIII – **facilitar** os meios para adequação dos recursos físicos, humanos e financeiros para bom andamento dos programas e projetos;
- XIV – **representar** o Núcleo de Produção Científica perante os órgãos superiores;
- XV – **coordenar** a elaboração de relatório técnico/científico e financeiro do Núcleo;
- XVI – **encaminhar** às autoridades competentes os relatórios e documentos solicitados nos prazos determinados; e
- XVII – **responsabilizar-se** pelos relatórios científicos do Núcleo de Produção Acadêmica e Científica encaminhando-os, quando determinado.

CAPÍTULO III

ELEIÇÃO E DESATIVAÇÃO DO NÚCLEO

Artigo 9º – O mandato do Coordenador do NUPAC é de 02 (dois) anos permitidas a recondução, na forma deste Regulamento.

Artigo 10 – A desativação dos Grupos de Trabalho deverá ser comunicada ao Coordenador do Curso de Direito.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito.

Artigo 12 - As publicações do NUPAC deverão observar os seguintes padrões:

I - Padrão 1 – Publicação dos docentes em livros, periódicos e outros, receberão **carimbo vermelho** e serão disponibilizadas virtualmente para a comunidade acadêmica.

II - Padrão 2 – Publicação dos discentes em livros, periódicos e outros, receberão **carimbo azul** e terão circulação interna. O seu objetivo é iniciar o aluno na atividade literária, fazendo-o escrever e aprimorar sua análise crítica.

III - Padrão 3 - Docentes e pesquisadores individuais ou de outras instituições, convidados a colaborar com o NUPAC, em livros, periódicos e outros, receberão **carimbo preto**, devendo, inicialmente, concordar com este Regulamento.

IV - Padrão 4 - Docentes e profissionais do ensino e pesquisa que foram aprovados em concurso público de provas e títulos e simplificados na UFRRJ. Estas publicações serão identificadas e **carimbadas em vermelho**, devendo constar haver sido aprovado em concurso



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

público para a UFRRJ, mediante termo em que declara estar de acordo com este Regulamento.

Art. 13 - O Regulamento do NUPAC deverá ser revisto, atualizado e adaptado à legislação em vigor, sempre que se fizer necessário.

Art. 14. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.



ANEXO IV:

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

**REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS DE PRÁTICAS JURÍDICAS DO CURSO DE
GRADUAÇÃO SUPERIOR PLENA EM DIREITO DA UFRRJ
CAMPUS SEROPÉDICA**

I – PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento rege as atividades de estágios de práticas jurídicas, em todos os níveis e modalidades, em especial o estágio supervisionado curricular, previsto pela Portaria do MEC n.º 1.886/94 e nas normas internas da UFRRJ, e o estágio profissional de advocacia, de natureza extracurricular, regulado pela Lei n.º 8.906/94 (Estatuto dos Advogados do Brasil), Resolução n.º 138/99 do Conselho da Seccional da OAB/RJ e sua Regulamentação, no âmbito do Curso de Graduação superior plena em Direito na UFRRJ.

Art. 2º Os estágios de práticas jurídicas serão coordenados e supervisionados pelo Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, sob a orientação da Coordenação do Curso de Direito da UFRRJ.

Art. 3º As atividades de estágios, em qualquer de suas modalidades, são essencialmente práticas, devendo propiciar ao estagiário a participação e análise crítica de situações reais e simuladas e, preferencialmente, com ênfase em sua formação acadêmica.

Art. 4º Os estágios de práticas jurídicas deverão buscar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, assim como o estudo da ética profissional e do Estatuto dos Advogados do Brasil.

Art. 5º O Estágio de prática jurídica é o estágio obrigatório para todos os estudantes do curso de Direito sendo supervisionado por esta instituição de ensino superior através do Núcleo de Prática Jurídica. O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei 8.906/94, de caráter extracurricular inclusive para graduados, é oferecido por esta Instituição de Ensino Superior, em convênio com a OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

II – DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ)

Art. 6º O Núcleo de Prática Jurídica - NPJ é órgão do Curso de Direito, cabendo-lhe a Coordenação e supervisão das atividades de estágio de prática jurídica, em todos os níveis e modalidades oferecidas pelo Curso de Graduação superior plena em Direito e que envolvam, direta ou indiretamente, seus alunos, respeitadas as competências específicas do DCAC/Curso de Direito.

§1º - A organização administrativa do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ compreende: coordenação, secretaria, professores-orientadores e monitores, quando admitidos.

§2º - O Núcleo de Prática Jurídica - NPJ é coordenado por um professor, com pelo menos 05 (cinco) anos de comprovado exercício profissional da advocacia ou docente do Curso de Direito, indicado pela Coordenação do Curso de Direito.

Art. 7º Compete ao Núcleo de Prática Jurídica – NPJ:

- a) orientar e supervisionar o estágio de prática jurídica em todos os níveis e modalidades;
- b) avaliar as atividades desenvolvidas pelos alunos-estagiários e lavrar os resultados obtidos em atas de notas próprias do controle acadêmico;
- c) manter serviço de assistência jurídica à comunidade necessitada local;
- d) envolver os alunos, diretamente ou em convênio com entidades públicas ou privadas, em projetos de extensão jurídico-social, destacadamente em prestação de serviços comunitários;
- e) buscar a instalação, em dependências da UFRRJ, de unidade jurisdicional especial, com a intenção de prestar-lhes apoio, fazendo cumprir todas as obrigações que forem cometidas à Universidade;
- f) exercer o controle do serviço de triagem e conciliação informal dos assistidos, buscando no exercício desta atribuição a participação de docentes e alunos de outros cursos da UFRRJ;
- g) apoiar as disciplinas do ciclo profissional do curso, prestando auxílio no desenvolvimento das práticas específicas;
- h) controlar o estágio de prática jurídica desenvolvido pelo aluno, lançando em sua ficha individual as atividades práticas efetivamente comprovadas, e as avaliações correspondentes, atribuídas pelos professores-orientadores ao final de cada período estagiado;
- i) coordenar e supervisionar as atividades e a frequência dos professores orientadores;
- j) acompanhar o serviço de assistência jurídica, registrando as suas ocorrências;
- k) estabelecer critérios de seleção de estagiários para ocuparem vaga em estágios internos e externos.

III – DA SECRETARIA DO NUCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 8º Compete à Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ:

- a) arquivar as correspondências recebidas e expedidas;
- b) manter em arquivo a legislação atualizada aplicável aos estágios;
- c) expedir declarações e certidões pertinentes aos estágios, respeitadas as competências específicas;
- d) arquivar cópias dos convênios de estágios firmados pela UFRRJ;
- e) prestar informações gerais sobre estágios de prática jurídica;
- f) registrar todos os atendimentos à Comunidade e arquivar as fichas de atendimento realizado pelos alunos-estagiários;
- g) controlar a frequência dos professores-orientadores;
- h) manter atualizado o livro de termos;
- i) fazer Relatório semestral das atividades do NPJ e encaminhá-los à Coordenação do Curso de Direito;
- j) encaminhar à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro a relação dos estagiários que concluíram o estágio extracurricular profissional de advocacia;
- k) comunicar à OAB, Seção do Rio de Janeiro, a data do exame de conclusão de estágio a que serão submetidos os estagiários de prática jurídica profissional de advocacia;
- m) arquivar as petições iniciais elaboradas pelos professores-orientadores e seus orientandos;

- n) controlar a pauta de audiências dos professores-orientadores;
- o) realizar inscrições no estágio profissional de advocacia, em conformidade com o calendário definido pelo NPJ;
- p) encaminhar estagiário(s) para as instituições conveniadas, fazendo os registros na ficha individual do mesmo;
- q) manter livro de atas de reuniões atualizado;
- r) elaborar Relatório de processos encerrados; e
- s) manter organizado o calendário de atividades do NPJ;

Art. 9º Compete ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ:

- a) propor à Coordenação do Curso de Direito o devido encaminhamento para as modificações deste Regulamento;
- b) assinar certificados, certidões e declarações referentes aos estágios, respeitando a legislação peculiar aplicável;
- c) propor eventos e programas de práticas jurídicas no Núcleo de Prática Jurídica;
- d) efetuar propostas de convênios de estágios;
- e) autorizar atividade externa de estágio, em caráter complementar aos estágios de prática jurídica extracurricular;
- f) avaliar as condições em que são realizados os estágios externos;
- g) coordenar e supervisionar todas as atividades de estágio na forma da legislação vigente;
- h) apresentar à Coordenação do Curso de Direito Relatório semestral de atividades do NPJ;
- i) designar um vice-coordenador para auxiliá-lo e substituí-lo nos seus afastamentos e impedimentos;
- j) convocar reunião, sempre que necessário, com a participação dos professores do Núcleo de Prática Jurídica e com a participação dos representantes dos discentes;

IV – DOS PROFESSORES-ORIENTADORES

Art. 10. A supervisão, acompanhamento e avaliação dos estágios de práticas jurídicas no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ são privativos do corpo docente do Curso de Direito da UFRRJ.

Art. 11. São professores-orientadores os professores lotados no Núcleo de Prática Jurídica - NPJ e que orientam e supervisionam atividades de estágio, competindo-lhes:

- a) Orientar e avaliar as pesquisas e demais estudos sob sua responsabilidade;
- b) Controlar a frequência dos estagiários sob sua orientação;
- c) Subscrever com os estagiários sob sua orientação as petições encaminhadas ao Poder Judiciário através do Serviço de Assistência Jurídica do NPJ;
- d) Propor projetos alternativos de estágios e alterações na pauta de atividades.

Art. 12. Os direitos dos professores-orientadores corresponderão ao regime jurídico a que estiverem submetidos por força de Lei e Regulamentos.

Art. 13. São deveres dos professores-orientadores:

- a) Encaminhar até o último dia útil de cada mês, relatório mensal de atividades, cópias das petições iniciais e a pauta de audiências à Coordenação do NPJ;
- b) Manter em ordem e atualizado o registro de avaliação dos estagiários, encaminhando-o ao final de cada semestre à Coordenação do NPJ;

- c) Orientar os estagiários que lhe forem encaminhados pela coordenação do NPJ em conformidade com este Regulamento;
- d) Manter em dia e em ordem pastas dos processos em andamento; e
- e) Promover ações judiciais dos casos que lhe sejam apresentados, na forma deste Regulamento.

V – DAS MONITORIAS

Art. 14. Os professores-orientadores poderão indicar à Coordenação do NPJ, monitores, devendo a indicação recair sobre estagiário que já tiver cumprido mais de 50% (cinquenta por cento) do estágio, nas modalidades de estágio curricular supervisionado ou extracurricular profissional de advocacia realizado através do NPJ/UFRRJ;

Art. 15. Compete aos monitores coadjuvar os professores-orientadores, nos trabalhos sob sua orientação, bem como orientar os demais estagiários no desempenho de suas atividades.

VI – DO ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA EXTRACURRICULAR PROFISSIONAL DE ADVOCACIA.

Art. 16. O estágio profissional de advocacia constitui atividade de estágio extracurricular, funcionando na forma prevista nas normas estabelecidas pelo Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro e mediante convênio específico com a UFRRJ, com as seguintes finalidades:

- I – cumprir o estabelecido no Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da OAB;
- II - desenvolver atividades práticas típicas de advogado e o estudo do Estatuto e do Código de Ética e Disciplina da OAB;

Art. 17. O estágio profissional de advocacia não se configura atividade de ensino privada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, necessitando para gerar os efeitos jurídicos preconizados na legislação pertinente, de convênio expresso com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro.

Art. 18. Para desenvolvimento das atividades típicas da advocacia, torna-se imprescindível a inscrição como estagiário no quadro da OAB/Seccional do Rio de Janeiro.

Art. 19. O aluno do Curso de Direito que exerça atividade incompatível com a advocacia deverá freqüentar o estágio ministrado pela Universidade para fins de aprendizagem.

Art. 20. O estágio deverá conter, no mínimo, 360 horas, mínimas, exigidas para validade do Estágio e deverão ser obtidas ao longo de pelo menos 02 (dois) anos, distribuindo-se essa carga em 90 (noventa) horas, no mínimo, por semestre, não sendo admitido o aproveitamento da carga horária de um semestre para outro.

Parágrafo único. Das 90 (noventa) horas a serem cumpridas a cada semestre, para atender ao disposto na Portaria MEC 1886/94, pelo menos 75 (setenta e cinco) horas deverão corresponder a atividades efetivamente práticas, realizadas em Escritório de Prática Jurídica, lidando com casos reais para que o aluno tenha efetiva experiência da operacionalização do direito, das quais 15 (quinze) horas poderão consistir em atividades simuladas ou de caráter cultural. As 15 (quinze) horas restantes consistirão em atividades de aula.

Art. 21. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, devidamente conveniada com a OAB/Seccional do Rio de Janeiro, admitirá para fins de estágio de prática jurídica curricular, em caráter complementar, a carga horária cumprida no estágio profissional de advocacia.

VII – DO ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA CURRICULAR

Art. 22. O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, em perfeita sintonia com a Resolução nº 9, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior, datada de 29 de setembro de 2004, nos termos do artigo 2º, § 1º, inciso V, que trata da integração entre teoria e prática e considerando as políticas educacionais, voltadas para a graduação dos Cursos de Direito, determinadas na forma da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 e da Resolução nº 138/99 da Seccional da OAB do Estado do Rio de Janeiro, desenvolve sua atividade, considerando cinco áreas distintas de atuação, a saber:

- a) Prática Simulada e Estágio Supervisionado I (Cível);
- b) Prática Simulada e Estágio Supervisionado II (Penal);
- c) Prática Simulada e Estágio Supervisionado III (Trabalho);
- d) Prática Simulada e Estágio Supervisionado IV (Empresarial e Administrativo).

Parágrafo único. O estágio supervisionado que faz parte do currículo pleno é obrigatório e compreende um total de, no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas com aconselhamento pedagógico voltado para os 4 (quatro) últimos períodos do Curso de Direito, desenvolvidas sob a forma preponderantemente prática.

Art. 23. Fica estabelecido que às 360 (trezentos e sessenta) horas de atividade de prática jurídica que faz parte do currículo devem ser cumpridas pelo aluno em obediência à seguinte distribuição:

I - No Laboratório Jurídico:

- a) Elaboração de peças processuais em casos simulados, sob orientação do professor-orientador: petição inicial, contestação, recursos, contra-razões, etc. (Até 32 (trinta e duas) horas por semestre);
- b) Trabalhos práticos, pesquisas e análise de casos concretos e análise de legislação (Até 10 (dez) horas por semestre);

II - No serviço de Assistência Judiciária:

- a) Assistência jurídica real através de plantões definidos pelo NPJ/UFRRJ e, no caso de convênio, prestando serviços profissionais jurídicos reais em entidades públicas judiciárias, empresariais, comunitárias e sindicais (até 20 horas por semestre);

III – Visitas:

- a) Visita a presídios, delegacias de polícia, IML ou órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública (até 8 horas por semestre);

IV - Práticas simuladas:

- a) Ficam definidas como atividades de práticas simuladas, além das descritas anteriormente, a análise de autos reais de processos findos e correspondentes a simulação de:
 - 1) audiências, salvo as de conciliação;
 - 2) sustentações orais em tribunais;
 - 3) atuação no tribunal do júri;
 - 4) treinamento de técnicas de negociações coletivas; e
 - 5) treinamento de técnicas de conciliação e arbitragem.

Parágrafo Único – As atividades descritas no item “a.1” deverão ser comprovadas mediante relatórios resumidos apresentados pelo aluno-estagiário para respectiva avaliação.

VIII – DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 24. São considerados estagiários para fins de Estágio Supervisionado curricular, todos os alunos matriculados no 7º período e que tenham cumprido 3/5 dos créditos do currículo mínimo, bem como tenham frequência regular no curso de Direito;

Art. 25. Os alunos-estagiários, definidos neste Regulamento devem manter até a aprovação final em cada disciplina de prática jurídica, portfólios contendo cópias das atividades realizadas, com as devidas anotações.

Art. 26. Aos alunos-estagiários será permitido matricular-se em uma, e apenas uma disciplina de prática jurídica por período.

IX – DOS DIREITOS DOS ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Art. 27. São direitos dos alunos estagiários:

- I – receber orientação, supervisão nas atividades que lhes forem atribuídas;
- II - acessar as dependências do NPJ/UFRRJ e nelas permanecer para a prática dos atos que lhe forem cometidos;
- III - ser informado com antecedência das atividades que lhe forem atribuídas;
- IV - utilizar equipamentos e materiais disponíveis no NPJ/UFRRJ, indispensáveis ao exercício de suas atividades;
- V - dirigir-se à Secretaria do NPJ/UFRRJ para verificar o estado de sua pasta de atividades;
- VI – requerer certidões de estágios;
- VII - formular consultas à Coordenação do NPJ sobre assuntos atinentes aos estágios;
- VIII - Acessar a legislação sobre estágios disponíveis no NPJ;
- IX - inscrever-se como estagiário nos quadros da OAB/RJ, em conformidade com o Estatuto dos Advogados do Brasil.
- X- ter vistas aos processos em andamento e encerrados, no âmbito do NPJ;

X. ROTINAS E DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 28. Aos alunos inscritos no estágio profissional de Advocacia compete cumprir as normas e orientações relacionadas ao Núcleo de Prática Jurídica e as normas aplicáveis ao Estatuto da OAB e deverá:

- a) Atender e pugnar pelos direitos do cliente, sempre na companhia dos advogados e/ou professores orientadores, em dia e horário previamente agendados.
- b) Preencher e manter atualizada a ficha de atendimento e acompanhamento das causas que estão sob os seus cuidados, desde o atendimento inicial até final tramitação do processo ou conclusão do estágio na respectiva área do Direito.
- c) Por ocasião do atendimento, o estagiário deverá solicitar toda a documentação necessária ao ajuizamento do pedido ou requerimento, em cópias reprográficas, sendo vedado o recebimento de documentos originais.
- d) Após o atendimento, feito o diagnóstico pelo grupo, o caso deve ser submetido à aprovação dos professores orientadores, que irão acompanhar o desenvolvimento das peças processuais necessárias.

- e) Na hipótese do atendimento ser feito pelos advogados, o estagiário atenderá as orientações deles, sem deixar de se orientar com os professores.
- f) O estagiário cuidará para que cada cliente tenha uma pasta de documentos nos arquivos do Escritório Modelo.
- g) Deverá observar que o ajuizamento das causas confiadas a cada grupo deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da documentação necessária à propositura da ação.
- h) Levar à aprovação do advogado orientador, todas as petições que elaborar, mantendo cópia para o seu portfólio e para a pasta do cliente.
- i) Manusear pastas de clientes somente com autorização do professor orientador ou do advogado da causa.
- j) Utilizar as instalações do Escritório Modelo exclusivamente para o cumprimento do estágio supervisionado e no interesse do cliente.
- l) Manter a ordem e o silêncio, tratando os clientes, coordenador, professores, advogados, pessoal administrativo e colegas acadêmicos, com respeito e urbanidade.
- m) Obedecer rigorosamente à escala de plantões elaborada pela coordenação.
- n) Trabalhar em grupo e discutir as situações fáticas dos clientes, elaborando conjuntamente as peças processuais, observando que o estagiário ausente não poderá instruir o seu portfólio com petição da qual não tenha contribuído em sua elaboração.
- o) Atender e cumprir as normas deste caderno de atividades, desenvolvendo todas as atividades propostas, observando o calendário para entrega dos portfólios, sob pena de não ser avaliado no bimestre.
- p) Não receber qualquer gratificação ou pagamento por serviços prestados no Escritório Modelo.
- q) Observar as orientações dos monitores e acompanhar os advogados nas audiências designadas em seus respectivos plantões, segundo escala proposta pelos professores orientadores.

Art. 29. A Coordenação do NPJ/UFRRJ e seus professores-orientadores deverão observar os seguintes conteúdos durante a orientação:

I - No laboratório:

- a) pesquisas, seminários e trabalhos simulados, definidos na forma prevista na legislação vigente sob orientação dos professores-orientadores.

II – No serviço de Assistência Jurídica:

- a) atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos.
- b) Trabalhos práticos, pesquisas e análise de casos concretos e análise de legislação.
- c) O serviço de assistência jurídica abrange as áreas penal, cível, trabalhista, administrativa e empresarial e destinam-se à população carente do município de Seropédica que deverá comprovar a isenção do pagamento do imposto de renda.
- d) O trabalho dos alunos-estagiários junto ao serviço de Assistência Jurídica será orientado e supervisionado pelos professores de estágio indicados pela Coordenação do NPJ/UFRRJ, ouvido a Coordenação do Curso de Direito, na forma deste Regulamento.
- e) O serviço de assistência jurídica funcionará durante o ano letivo, com horário de atendimento ao público fixado pela Coordenação do NPJ/UFRRJ, obedecido a Legislação peculiar e ouvida a Coordenação do Curso de Direito, observando-se:
 - 1) Nos períodos interescolares pode haver plantão, em horário fixado de acordo com os horários de funcionamento da Universidade, com a finalidade de prestar assistência de urgência e acompanhar os processos em andamento;

2) Os alunos matriculados no estágio profissional de advocacia prestam no mínimo 1 (uma) hora de plantão semanal para atendimento junto ao serviço de Assistência jurídica em horário definido pela Coordenação do NPJ/UFRRJ por ocasião da matrícula, obedecida a legislação peculiar vigente.

3) A escala de trabalho dos professores-orientadores junto ao serviço de assistência jurídica é determinada pela Coordenação do NPJ.

Parágrafo único: Os alunos universitários que possuírem incompatibilidade ou impedimento com o exercício da advocacia, segundo artigos 28, 29 e 30 do regulamento do Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), deverão se inscrever no estágio curricular, entretanto, não estão obrigados a praticar atos próprios de advogado e estão dispensados de se inscrever na OAB para requerer a carteira de estagiário, além de sujeitarem-se às demais condições previstas neste Regulamento.

Art. 30. São considerados estagiários para fins de estágio profissional de advocacia, em conformidade com o Estatuto da OAB do Brasil, os alunos que regularmente inscrito como tal na OAB e que, em obediência a legislação peculiar e especificamente a Regulamentação da Resolução 138/99 do Conselho da OAB, se inscrevam no NPJ.

XI – DOS ESTÁGIOS EXTERNOS E DOS PROJETOS ALTERNATIVOS

Art. 31. As atividades de prática poderão ser complementadas para fins de estágio extracurricular profissional de advocacia mediante Credenciamento ou convênio com a Defensoria pública e outras entidades públicas, judiciais, empresariais, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços em assistência jurídica, devendo observar:

I – que a complementação que trata este artigo, não excederá a 50 % (cinquenta por cento) do tempo destinado às atividades junto a assistência jurídica, devendo o estagiário requerer a convalidação das atividades efetivamente realizadas, ao final de cada semestre;

II – que o estágio externo exigirá, em qualquer hipótese, controle externo, na forma deste Regulamento;

III - que o estágio realizado através do desenvolvimento de projeto alternativo deverá ser aprovado na forma prevista neste Regulamento;

IV - que na avaliação e aproveitamento do estágio acima, para fins de complementação serão observados os critérios estabelecidos por Regulamento.

Art. 32. O credenciamento previsto no artigo 30 deste Regulamento deverá observar a legislação vigente e os critérios estabelecidos pela Coordenação do NPJ/UFRRJ.

Art. 33. Os projetos alternativos serão desenvolvidos sob a orientação de um professor-orientador designado pela coordenação do NPJ/UFRRJ.

Art. 34. O credenciamento previsto no artigo 30 depende, em cada caso, de autorização expressa do Coordenador do NPJ/UFRRJ.

XII – DA AVALIAÇÃO

Art. 35. Considera-se aprovado no estágio curricular o aluno que obtiver aprovação nas disciplinas mencionadas no art. 16, realizadas no Laboratório e na Assistência Jurídica, considerando:

I - A avaliação das atividades do estágio supervisionado desenvolvidas no Laboratório Jurídico é efetuada de acordo com a legislação vigente, em especial com as normas fixadas pela UFRRJ, levando em consideração os seguintes elementos: provas, seminários, trabalhos, pesquisa e relatórios.

II - A avaliação das atividades do estágio desenvolvidas no Serviço de Assistência Jurídica é efetuada de acordo com a legislação vigente, em especial com as normas fixadas pela UFRRJ, atribuídas com base nos relatórios Periódicos do estagiário e no seu desempenho efetivo;

III - A recuperação de notas a que se refere o inciso anterior somente pode ser concretizada através de plantões, na forma deste Regulamento; e

IV- na hipótese de o aluno não atingir a pontuação mínima no estágio, considerando tratar-se de atividade prática não recuperável através de provas, deverá repeti-lo.

Art. 36. Considera-se satisfatório o estágio profissional de advocacia, no âmbito da UFRRJ/Curso de Direito, se o estagiário participar de, no mínimo, 360 horas de atividades previstas neste Regulamento nos dois últimos anos.

Art. 37. Compete ao NPJ estabelecer a forma de avaliação e controle de frequência do estágio externo desenvolvido em Instituições conveniadas.

Art. 38. A forma de avaliação e controle de frequência do estágio desenvolvido através da participação em projeto alternativo de estágio é fixada no respectivo projeto, obedecida a legislação peculiar.

Art. 39. Após a conclusão do estágio de prática jurídica profissional de advocacia, fica a cargo da Coordenação do NPJ expedir os **CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO**, contendo a descrição da carga horária obtida e o período de estágio, em conjunto com a Seccional da OAB/RJ, uma vez expedido o relatório semestral ou anual pela Comissão a que se refere os artigos 8º e 9º da Resolução n. 138 da Seccional da OAB/RJ e sua regulamentação.

Art. 40. A aferição dos resultados dos estágios será semestral, comunicando-se à OAB/RJ, no caso dos estágios profissionais de advocacia e ao final dos 02 anos, com a antecedência de 15 dias sobre o dia e o horário do processo de aferição, na forma deste Regulamento e da Legislação peculiar.

Art. 41. A modalidade de aferição do estágio profissional de advocacia se dará mediante exame oral e recairá sobre as atividades desenvolvidas pelo estagiário durante o estágio, por professores orientadores e/ou representantes da OAB.

XIII- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 42. Estabelece ainda, o regulamento do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito de Seropédica, UFRRJ, elaborado com a finalidade de ordenar o desenvolvimento do Estágio de Prática Jurídica, integrante do currículo pleno e instituído pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, com as atividades práticas que oferecerão aos alunos

conhecimento adequado ao exercício profissional, contemplando o programa proposto no referido regulamento, desenvolvido durante os dois últimos anos do curso, que os estagiários deverão desenvolver o conteúdo programático do Estágio de Prática Jurídica, no 7º, 8º, 9º e 10º período, realizando, durante cada um dos períodos, as seguintes tarefas:

7º PERÍODO

- Um (01) plantão semanal de, no mínimo, duas (02) horas, no Núcleo de Prática Jurídica da UFRRJ, para atendimento ao público, como treinamento do exercício da advocacia, elaboração de peças processuais e profissionais (simuladas e/ou reais), além de visitas orientadas a cartórios e demais órgãos da Justiça;
- Atuação (assistindo ou atuando com advogado) em, no máximo, oito (08) horas mensais e, obrigatoriamente, quatro (04) horas no mínimo em Audiências Cíveis, redigindo relatório circunstanciado;
- Elaboração de peças processuais até (04) quatro horas por peça, no mínimo, seis (06) petições (caso real ou simulado), seguindo orientações do NPJ.
- Palestras e conferências credenciais pelo Coordenador de estágio da Rural, até 10h por semestre.
- Atividades extras, até 8h por semestre.

8ª PERÍODO

- Um (01) plantão semanal de, no mínimo, duas (02) horas, no Núcleo de Prática Jurídica da UFRRJ, para atendimento ao público, como treinamento do exercício da advocacia, elaboração de peças processuais e profissionais (simuladas e/ou reais), além de visitas orientadas a cartórios e demais órgãos da Justiça;
- Atuação (assistindo ou atuando com advogado) em, no máximo, oito (08) horas mensais e, obrigatoriamente, quatro (04) horas no mínimo em Audiências Criminais, redigindo relatório circunstanciado;
- Elaboração de peças processuais até (04) quatro horas por peça, no mínimo, seis (06) petições (caso real ou simulado), seguindo orientações do NPJ.
- Palestras e conferências credenciais pelo Coordenador de estágio da Rural, até 10h por semestre.
- Atividades extras, até 8h por semestre.

9º PERÍODO

- Um (01) plantão semanal de, no mínimo, duas (02) horas, no Núcleo de Prática Jurídica da UFRRJ, para atendimento ao público, como treinamento do exercício da advocacia, elaboração de peças processuais e profissionais (simuladas e/ou reais), além de visitas orientadas a cartórios e demais órgãos da Justiça;
- Atuação (assistindo ou atuando com advogado) em, no máximo, oito (08) horas mensais e, obrigatoriamente, quatro (04) horas no mínimo em Audiências Trabalhistas, redigindo relatório circunstanciado;
- Elaboração de peças processuais até (04) quatro horas por peça, no mínimo, seis (06) petições (caso real ou simulado), seguindo orientações do NPJ.
- Palestras e conferências credenciais pelo Coordenador de estágio da Rural, até 10h por semestre.

- Atividades extras, até 8h por semestre.

10º PERÍODO

- Um (01) plantão semanal de, no mínimo, duas (02) horas, no Núcleo de Prática Jurídica da UFRRJ, para atendimento ao público, como treinamento do exercício da advocacia, elaboração de peças processuais e profissionais (simuladas e/ou reais), além de visitas orientadas a cartórios e demais órgãos da Justiça;
- Atuação (assistindo ou atuando com advogado) em, no máximo, oito (08) horas mensais e, obrigatoriamente, quatro (04) horas no mínimo em Audiências na Vara de Fazenda Pública ou Vara Empresarial, redigindo relatório circunstanciado;
- Elaboração de peças processuais até (04) quatro horas por peça, no mínimo, seis (06) petições (caso real ou simulado), seguindo orientações do NPJ.
- Palestras e conferências credenciais pelo Coordenador de estágio da Rural, até 10h por semestre.
- Atividades extras, até 8h por semestre.

Parágrafo único: Todos os estágios devem assistir a, pelo menos, uma sessão de uma das câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a cada semestre de estágio, apresentando relatório circunstanciado, sendo certo que alguns serão contemplados para participarem efetivamente, em julgamentos de recursos do Núcleo de Prática Jurídica.

XIV- HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO NPJ

DIAS	TARDE
SEGUNDA	12:00 às 18:00
TERÇA	12:00 às 18:00
QUARTA	12:00 às 18:00
QUINTA	12:00 às 18:00
SEXTA	12:00 às 18:00

Nota: Às sextas-feiras, o Núcleo de Prática Jurídica só tem expediente interno, sem atendimento ao público. Esses horários podem ser aproveitados pelos estagiários para a elaboração de petições de clientes.

XV - TABELA DE CARGA HORÁRIA

Art. 43. Na atribuição da carga horária os professores-orientadores deverão observar a tabela a seguir:

01	Plantões (duas horas semanais)	Mínimo de 01 (uma) hora semanal
02	Audiência em 1º grau (com relatório)	Até 02 (duas) horas
03	Sessão em 2º grau de jurisdição (com relatório)	Até 02 (duas) horas
04	Julgamento no Plenário do Júri	Até 05 (cinco) horas
05	Prestação de serviços profissionais reais junto à Entidades públicas ou privadas	Mínimo de 1 (uma) hora semanal
06	Tarefas forenses: acompanhamento de processos mediante apresentação de relatório com a	Até 02 (duas) horas

	discriminação do respectivo andamento, com ida ao Fórum	
07	Diligências e outras tarefas de caráter jurídico a critério do Coordenador de Estagio e por este justificada.	Até 04 (quatro) horas
08	Elaboração de peças processuais	Até 04 (quatro) horas por peça
09	Trabalhos práticos, pesquisas e análise de casos concretos e análise de legislação	Até 10 (dez) horas por semestre
10	Visitas a presídios, delegacias de polícia, IML ou órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública	Até 08 (oito) horas por semestre
11	Palestras e Conferência credenciadas pela Coordenação do NPJ	Até 10 (dez) horas por semestre
12	Audiências e sessões simuladas	Até 02 (duas) horas
13	Elaboração de peças processuais em casos simulados, sob orientação do professor-orientador: petição inicial, contestação, recursos, contra-razões, etc.	Até 04 (quatro) horas por peça

Nota 1: Audiências com carga horária máxima mensal de 8 (oito) horas.

Nota 2: Audiências e sessões simuladas com carga máxima mensal de 8 horas.

Nota 3: As peças de casos simulados sob a orientação do professor-orientador terá carga máxima semestral de 32 horas.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 44. Este Regulamento só pode ser alterado através de proposta do Coordenador do NPJ/UFRRJ.

Art. 45. Compete ao NPJ dirimir dúvidas referentes a interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 46. Este regulamento entra em vigor da data de sua aprovação pela Coordenação do Curso de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ, revogando todas as disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso de Direito.



ANEXO V:

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE SUPERVISÃO DE
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
COMISSÃO DE SUPERVISÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

**REGULAMENTO DA COMISSÃO DE SUPERVISÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO**

Sumário:

1. Proposta de Regulamento da Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares no âmbito do Curso de Direito
2. Modelo de Ficha Individual do aluno
3. Modelo de Requerimento solicitando convalidação de Atividades Acadêmicas Complementares;
4. Modelo de Relatório comprobatório de Atividades Acadêmicas Complementares no âmbito do Curso de Direito;
5. Modelo de Certificado de Atividades Acadêmicas Complementares.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES no âmbito do Curso de Direito, em conformidade com a Deliberação UFRRJ/CEPE n. 078, de 05 de outubro de 2007, e seu Anexo, o Artigo 4º da Portaria nº 1.886/94 – MEC e legislação peculiar.

DA NATUREZA DA ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR

Art. 1º. Atividades Complementares compreendem as ações educativas desenvolvidas com o propósito de aprimorar a formação acadêmica do aluno, em **acréscimo às atividades curriculares**, desenvolvendo-se em três níveis: ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Em conformidade com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, a Deliberação UFRRJ/CEPE n. 078, de 05 de outubro de 2007, a Portaria n.º 1.886/94 do MEC e legislação peculiar, as Atividades Acadêmicas Complementares serão planejadas de forma que os estudantes de Direito desta Universidade realizem, durante toda a graduação, **250 (duzentos e cinquenta) horas**. A carga horária atribuída deverá ser cumprida pelo aluno durante todo o curso de graduação, observado o disposto no § 1º do art. 2º do Anexo da Resolução n. 078.

§ 2º O cumprimento da carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares é requisito indispensável à colação de grau.

§ 3º As atividades desenvolvidas no Estágio Curricular (obrigatório) e no estágio profissional de Advocacia (opcional) não poderão ser computadas como Atividades Acadêmicas Complementares.

DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO CURSO DO DIREITO

Art. 2º. As Atividades Acadêmicas Complementares serão coordenadas pela Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares, instituída para tal fim no âmbito do Curso de Direito da UFRRJ.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão a que se refere este artigo serão indicados pelo Colegiado do Curso de Direito e nomeados pelo PRÓ-REITORIA de Ensino de Graduação (DEG), na forma do art. 13 da Deliberação UFRRJ/CEPE n. 078/2007.

Art. 3º. À Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares, além das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução UFRRJ/CEPE n. 078 (Art. 14, incisos I a VIII), compete:

- I. Implementar as diretrizes institucionais para as Atividades Acadêmicas Complementares, de acordo com o projeto didático-pedagógico do Curso de Direito;
- II. Acompanhar o planejamento semestral das Atividades Acadêmicas Complementares na unidade e sua execução;
- III. Cooperar com as Comissões de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Direito designadas nas demais unidades da UFRRJ;
- IV. Manter o controle e atualização de todos os dados e registros pertinentes;
- V. Atribuir carga horária em conformidade com a Deliberação 078 (UFRRJ/CEPE) e legislação peculiar;
- VI. Apresentar relatório das atividades à Coordenação do Curso de Direito, de modo que a mesma possa atender e cumprir as determinações estabelecidas na legislação peculiar.
- VII. Elaborar o planejamento das Atividades Acadêmicas Complementares de acordo com o projeto didático-pedagógico do Curso de Direito;
- VIII. Enviar à Coordenação do Curso de Direito, no início de cada semestre, o planejamento das Atividades Acadêmicas Complementares previstas para o mesmo;
- IX. Implementar e acompanhar as Atividades Acadêmicas Complementares nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão;
- X. Cadastrar no sistema acadêmico as Atividades Acadêmicas Complementares ofertadas pela Instituição;
- XI. Após o cadastramento das Atividades Acadêmicas Complementares, encaminhar os relatórios de atividades complementares, individuais ou coletivos, ao setor competente da unidade para o crédito das horas.

DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Art. 4º. As atividades acadêmicas complementares a serem realizadas no âmbito do Curso de Direito e suas respectivas cargas horárias estão determinadas no ANEXO I da Resolução UFRRJ/CEPE n. 078 - Tabela de Atividades Acadêmicas Complementares, acrescido das atividades próprias do Curso de Direito.

Art. 5º. No cômputo das Atividades Acadêmicas Complementares, respeitar-se-ão os códigos, descrições e limites de carga horária estabelecidos no ANEXO I da Deliberação

UFRRJ/CEPE n. 078 - Tabela de Atividades Acadêmicas Complementares, acrescido das atividades próprias do Curso de Direito.

Parágrafo Único. A tabela de Atividades Acadêmicas Complementares poderá ser adaptada às peculiaridades do curso de Direito, nos limites estabelecidos na Deliberação UFRRJ/CEPE n. 078, com vistas à melhor aplicação do art. 1º deste Regulamento.

Art. 6º. O aluno deverá cumprir ao menos trinta por cento (30%) da carga horária requerida nos níveis de ensino, pesquisa e extensão cada um.

Art. 7º. O registro da participação do aluno em Atividades Acadêmicas Complementares se dará através de formulário próprio.

§ 1º. Nos casos em que a atividade seja realizada na UFRRJ o registro poderá ser coletivo, devendo nele constar nome legível, matrícula e assinatura do aluno.

§ 2º. Nos demais casos o registro será individual, devendo ser corretamente preenchido pelo aluno e acompanhado do comprovante da atividade realizada (original e cópia) do certificado e/ou declaração assinada pelo responsável pela organização ou coordenação da mesma.

Art. 8º. As atividades realizadas pelo aluno em outras IES ou congêneres somente serão consideradas para fins de atribuição de carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares se corresponderem aos objetivos de aprimoramento acadêmico, tal como definido no art. 1º deste Regulamento, a juízo da Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares, cabendo recurso para a Comissão de Avaliação do Colegiado do Curso.

Art. 10. Este Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação em reunião do Departamento de Ciências Jurídicas, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I - Tabela de Atividades Acadêmicas Complementares.

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	REQUISITO PARA A ATRIBUIÇÃO DE CARGA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
GRUPO 1- ENSINO		
Disciplina não curricular cursada fora da UFRRJ e disciplina de Livre Escolha.	Apresentação de histórico escolar oficial ou declaração da instituição atestando a aprovação, anexando o programa da disciplina e bibliografia	30 horas/disciplina
Bolsas concedidas pela UFRRJ (monitoria, estágio interno, entre outras)	Declaração atestando a condição de bolsista durante o semestre e o tipo de bolsa e apresentação de	

	relatório das atividades	
Estágios extracurriculares	Declaração da instituição atestando a condição de estagiário e o horário do estágio e apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no semestre com o “de acordo” do orientador de estágio	30 horas por semestre.
Realização de curso regular de língua estrangeira	Declaração do curso atestando matrícula e aprovação no módulo ou nível no semestre.	20 horas por semestre
Desenvolvimento de material didático	Entrega do material ou declaração de docente atestando sua realização e sua relação com o ensino da disciplina.	10 horas por semestre
Participação em concursos de monografia	Apresentação da monografia e declaração da instituição ou sociedade promotora do concurso	10 horas por participação, acrescido de 10 a 30%, em caso de premiação nos três primeiros lugares.
Participação em Simulação de Prova de Ordem, no âmbito do Curso de Direito, desde que obtida pontuação média superior ao grau 5,0.	Declaração do Curso em que conste a pontuação média	05 horas por participação.
Participação em intercâmbio ou convênio cultural aprovado pela instituição	Declaração da instituição onde foi realizado o intercâmbio mencionado e o período de sua realização	30 horas por participação
Aula Inaugural	Declaração da instituição onde foi realizada a Aula.	03 horas por aula
GRUPO 2 – PESQUISA		
Bolsas de iniciação científica concedidas pela UFRRJ ou por agências de fomento	Apresentação da carta-contrato ou termo de responsabilidade do bolsista, além de relatório da pesquisa aprovado realizado referente ao semestre	30 horas /semestre
Desenvolvimento de pesquisa com produto final	Apresentação do produto (resenha, relatório, artigo, monografia)	10 horas por produto
Participação em artigos publicados	Apresentação do produto	20 horas/artigo

em periódicos nacionais e internacionais, capítulo de livro ou autoria de livro	publicado no periódico, na obra coletiva ou o livro	
Participação em resumos e anais de Eventos Científicos publicados a partir de Congressos, Simpósios, Jornadas de Iniciação Científica e de Extensão.	Fotocópia do texto publicado pelo evento	05 horas/artigo
Apresentação de trabalho científico em eventos	Certificado de apresentação	10 horas/evento
Trabalho extraclasse solicitado pelo professor da disciplina	Declaração do professor	05 horas /semestre e disciplina
Assistência à sessão de Tribunal do Júri	Declaração do Cartório da Vara	09 horas /semestre e 03 horas por sessão
Vídeo-debate	Declaração de participação	10 horas /semestre e 02 por sessão
GRUPO 3 – EXTENSÃO		
Participação em programas e projetos de extensão	Declaração do PRÓ-REITORIA de Extensão ou do responsável pelo programa ou projeto e apresentação de relatório	30 horas por projeto
Realização de cursos de extensão ou participação em oficinas.	Declaração ou Certificado de participação e apresentação de relatório sobre o curso/oficina	30 horas por semestre
Participação como ouvinte em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e similares.	Declaração ou Certificado de participação	05 horas por evento
Apresentação de trabalho em congressos, seminários, simpósios, conferências, oficinas de trabalho e similares.	Certificado de apresentação do trabalho e declaração do organizador do evento	10 horas por trabalho
Participação como conferencista, mediador ou debatedor em eventos acadêmicos e científicos	Declaração ou Certificado de participação no evento	02 horas por evento
Organização de eventos acadêmicos, científicos, culturais	Declaração da instituição ou sociedade responsável pelo evento	10 horas por evento
Participação no Coral da UFRRJ	Declaração do Maestro do Coral da UFRRJ	5 horas por período letivo de participação
Participação em grupos de teatro ou grupos regionais reconhecidos na UFRRJ	Declaração do PRÓ-REITORIA de Extensão (DEXT) da UFRRJ ou Setor Responsável do DEXT	5 horas por período letivo de participação

Representação da UFRRJ em eventos esportivos oficiais.	Declaração do PRÓ-REITORIA de Extensão da UFRRJ ou Setor Responsável do DEXT.	4 horas por participação
Participação em atividades esportivas ou em competições internas da UFRRJ	Declaração do PRÓ-REITORIA de Extensão da UFRRJ ou Setor Responsável do DEXT	2 horas por período letivo
Participação, como voluntário, em atividades de caráter humanitário e social	Declaração da Instituição beneficiada pelo trabalho voluntário	Até 30 horas por participação, a critério da Coordenação do Curso
GRUPO 4		
Participação em órgãos colegiados da UFRRJ ou Comissões designadas por portaria oficial	Declaração da Secretaria dos Conselhos atestando a participação e a frequência do aluno no semestre ou Portaria	10 horas por semestre

ANEXO II: Formulários



Curso de Direito

Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares

**RELATÓRIO INDIVIDUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
 realizadas no âmbito do Curso de Direito da UFRRJ.**

Nome:

Matricula: _____

Período em curso (maioria de disciplinas) _____

Tipo de atividade: () Ensino; () Pesquisa; () Extensão.

Nome _____ da _____ atividade:
 _____ Data da
 realização: _____



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Descrição da atividade (anexar documento comprobatório).

(Caso o espaço acima não seja suficiente, o aluno poderá utilizar o verso ou ainda quantas páginas desejar, anexando-as ao presente e rubricando-as).

Data: _____.

Assinatura:

Para uso da Coordenação:

Horas atribuídas: _____

Visto da Coordenação

O aluno deverá apresentar o Requerimento em duas vias. A segunda via será devidamente rubricada pela Coordenação ou Secretaria do Curso e servirá de comprovante.



Curso de Direito

Comissão de Supervisão de Atividades Acadêmicas Complementares

**PELO PRESENTE A COMISSÃO DE SUPERVISÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS COMPLEMENTARES**

CERTIFICA que

Matrícula n. _____, participou do:

Evento:



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Como _____ em ____/____/____, organizado
por _____.

No uso de suas atribuições a Comissão de Supervisão das Atividades Acadêmicas Complementares atribui, para efeitos internos, a carga horária de _____ **horas**, em conformidade com o Regulamento de Atividades Complementares e normas internas aplicáveis no âmbito da UFRRJ.

Seropédica, de de 20 .

Coordenação

ANEXO VI:

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REGULAMENTO DOS PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS PARA A APRESENTAÇÃO E A AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º – O presente regulamento tem por finalidade normatizar a elaboração, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do trabalho monográfico doravante denominado Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, requisito indispensável à colação de grau no Curso Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Art. 2º – O TCC, trabalho de caráter científico, consiste em pesquisa individual, realizada sob supervisão de docente identificado como Orientador, fundada em pesquisa teórica e/ou de campo, seguindo a metodologia da área das ciências sociais e obedecendo aos critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Parágrafo Único – O TCC é redigido sob a forma de monografia e será objeto de defesa oral perante banca examinadora constituída especialmente para esse fim.

II - DO NÚCLEO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º – O Núcleo Trabalho de Conclusão de Curso – NTCC, será dirigido por Coordenador, designado pela Coordenação do Curso de Direito.

Art. 4º – Ao Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso compete:

I. Elaborar plano semestral das atividades concernentes ao TCC, onde constem os seus objetivos, as etapas do seu desenvolvimento e o seu cronograma de entrega, avaliação e orientação na execução dos projetos, bem como da defesa pública dos trabalhos de conclusão de cursos;

II. Fornecer, juntamente com os professores orientadores, orientação básica e sistemática aos alunos inscritos tanto na fase de elaboração dos projetos, como na de construção da monografia;

III. Atender, aos Professores Orientadores, quando necessário;

IV. Encaminhar aos Professores Orientadores, todo o material necessário ao controle dos Trabalhos de Conclusão de Curso que estiverem sendo elaborados, tal como fichas de frequência, acompanhamento e avaliação das atividades em desenvolvimento;

V. Manter, sob seu controle, um arquivo atualizado com todos os projetos de Trabalho de Conclusão de Curso, aprovados e em execução, bem como dos relatórios de acompanhamento dos trabalhos já concluídos;

VI. Manter atualizado o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras;

VII. Divulgar, semestralmente, o calendário das atividades definidas na forma do inciso I deste artigo;

VIII. Selecionar e encaminhar os melhores trabalhos, que tenham sido aprovados com sugestão de publicação, ao Núcleo de Produção Acadêmico-Científica do Curso de Direito – NUPAC, para fins de divulgação.

IX. Encaminhar cópias dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados à Biblioteca Central da Universidade e à respectiva biblioteca setorial do *campus* onde o aluno estava matriculado e realizou o seu curso; e

X. Apresentar relatório semestral de atividades à Coordenação do Curso de Direito.

XI. Decidir os casos omissos.

Parágrafo único: Enquanto o Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso não for criado, caberá à Coordenação do curso de Direito exercer suas funções, submetendo ao Colegiado do mesmo todas as questões que precisem, eventualmente, ser deliberadas.

III – DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR-ORIENTADOR

Art. 5º – O TCC está submetido à orientação de Professor Efetivo do Curso de Direito da UFRRJ, preferencialmente detentor de titulação de Doutor ou Mestre.

§1º – Eventualmente, a critério da Coordenação do Curso de Direito, a orientação do TCC poderá ser realizada por professores substitutos com atuação no referido curso.

§ 2º - Excepcionalmente, em função da temática escolhida pelo aluno, será admitida a orientação por Professor Efetivo de outros Departamentos da UFRRJ.

§ 3º – Admitir-se-á, eventualmente e com a anuência do Professor-orientador formalmente designado, que seja designado um co-orientador, integrante dos quadros do Departamento de Ciências Jurídicas ou de outros Departamentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, desde que isso possa concorrer para o incremento da interdisciplinaridade e fique caracterizada a necessidade da providência, em razão do objeto da pesquisa.

Art. 6º – Para todos os efeitos deste regulamento, considera-se que o aluno do Curso de Direito da UFRRJ, em fase de realização do TCC, é o estudante regularmente matriculado na Atividade Acadêmica de Prática denominada Orientação e Preparo de Monografia I, oferecida no 8º período do curso, desde que também esteja cursando a disciplina Metodologia da Pesquisa Jurídica, oferecida no mesmo período.

Parágrafo Único – O TCC resultará do desdobramento natural do projeto, desenvolvido e aprovado durante as disciplinas mencionadas no *caput* deste artigo, devendo retratar a concretização da mencionada proposta.

Art. 7º – O NTCC, na primeira quinzena de cada período letivo, fará divulgar, no quadro de avisos do respectivo *campus*, a lista de professores do Curso de Direito aptos, naquele semestre, a figurar como orientadores de TCC.

Art. 8º – O aluno em fase de realização de TCC, ciente da listagem divulgada nos termos do artigo anterior, escolherá o orientador de sua preferência, buscando, no mencionado professor, a anuência da sua escolha, sendo permitido ao professor indicado declinar do convite, tendo em vista, dentre outros fatores, a falta de sintonia entre o tema a ser desenvolvido e o seu próprio projeto de pesquisa, bem como o seu comprometimento com outras orientações em curso.

§1º - Cada professor aceitará no máximo 5 (cinco) alunos como orientandos, a fim de não comprometer a qualidade da orientação. Este aceite será formalizado através da assinatura do

docente e do discente no Termo de Aceite de Orientação, que ficará arquivado na Coordenação do curso.

§2º - O Professor Orientador poderá, eventualmente e com aprovação da Coordenação do Curso, orientar mais de cinco alunos, desde que demonstre essa possibilidade e que todos os outros professores do curso de Direito não possam fazê-lo, seja por estarem com número máximo de orientandos, seja pelo tema do TCC.

Art. 9º – A indicação do Professor-orientador e seu aceite serão formalizados através do Termo de Aceite de Orientação, devidamente assinado pelo Orientador e Orientando, e será preenchido pelo aluno no prazo estabelecido no cronograma previsto no inciso I, do art. 4º, deste regulamento.

Parágrafo Único – Na hipótese excepcional do aluno não lograr êxito no contato com qualquer dos Professores Orientadores, listados na forma do art. 8º, deverá comunicar esta dificuldade, por escrito, ao Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso, que providenciará profissional adequado ao desenvolvimento da tarefa.

Art. 10 – As substituições de orientadores só poderão ser feitas nos casos de desligamento, licenças e outros afastamentos, ou por motivo justificado e devidamente reconhecido pelo Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso.

IV – DOS PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11 – Cabe ao professor-orientador:

I. Participar de reuniões convocadas pelo Coordenador do Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso;

II. Atender aos alunos no horário previsto na grade curricular, ou ainda por meios não-presenciais, como através de e-mail, que sejam suficientes ao desempenho das tarefas próprias à orientação;

III. Apresentar, semestralmente, ao Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso, as fichas de frequência, acompanhamento e avaliação, devidamente preenchidas e assinadas;

IV. Presidir as bancas de defesa oral dos trabalhos de conclusão de cursos de seus orientandos e integrar as demais, quando convocado; e

V. Cumprir outros deveres acadêmicos, inerentes às atividades de orientação de TCC.

Art. 12 – São deveres do aluno em fase de Trabalho de Conclusão de Curso:

I. O comparecimento às reuniões convocadas pelo Coordenador do Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso ou pelo seu Orientador;

II. O comparecimento nas datas designadas pelo Professor-orientador, a fim de submeter o trabalho realizado à avaliação docente e receber as observações e recomendações necessárias à continuidade da pesquisa, justificando sempre eventuais ausências aos encontros;

III. Elaborar o TCC com no mínimo 50 (cinquenta) páginas, nelas incluídas, capa, contracapa, sumário e bibliografia, e com tema necessariamente de enfoque jurídico, ainda que com abordagem multidisciplinar;

IV. Cumprir os prazos estabelecidos pelo Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso;

V. Atender às indicações do respectivo Professor-orientador e às normas deste regulamento, no que concerne ao processo de elaboração do seu TCC, indicando sempre a fonte de eventuais citações ou transcrições utilizadas no trabalho.

VI. Elaborar o TCC a partir de suas próprias reflexões, responsabilizando-se pela não violação de direitos autorais; Para tal, o aluno assinará um termo de compromisso que será anexado à sua monografia, com uma cópia arquivada na Coordenação do Curso;

Art. 13 – A elaboração do TCC é de inteira responsabilidade do aluno, o que não exime o professor-orientador de desempenhar, conforme estabelecido neste regulamento, as atribuições específicas inerentes ao seu trabalho.

Parágrafo Único – O descumprimento, pelo aluno, de suas responsabilidades e deveres atinentes ao planejamento e à informação sobre o estágio do desenvolvimento de sua pesquisa, autoriza o professor-orientador a solicitar ao NTCC o seu desligamento dos encargos de orientação do referido trabalho, com os inafastáveis reflexos na avaliação da disciplina.

Art. 14 – Em hipótese alguma será admitida a apresentação de TCC, elaborado sem o indispensável acompanhamento pelo professor-orientador.

Parágrafo Único – A identificação no TCC, pelo professor-orientador ou por qualquer membro da banca de defesa oral, de transcrição, citação ou paráfrase, de obras de outro autor, sem o devido registro de autoria pelo orientando, determinará a atribuição do grau zero na apresentação do trabalho.

Art. 15 – O aluno em fase de elaboração de TCC promoverá a entrega de seu trabalho em 3 (três) vias espiraladas ao seu professor-orientador, impreterivelmente, até o dia estabelecido no cronograma referido no art. 4º, inciso I.

§ 1º – Aprovado o TCC, após defesa diante da Banca de Defesa Oral, o aluno deverá entregar ao seu professor-orientador, também no prazo estabelecido no cronograma referido no art. 4º, inciso I, mais 2 (duas) cópias encadernadas e 1 (uma) cópia em CD ROM, todas já corrigidas com eventuais observações da banca.

§ 2º – As vias espiraladas apresentadas pelo aluno conterão, necessariamente, seus elementos de identificação (nome e matrícula) e a indicação do professor-orientador.

§ 3º – A entrega do TCC fora do prazo, importará em sua desconsideração para fins de avaliação, sendo atribuído grau zero ao aluno.

§ 4º – Após receber as vias espiraladas do trabalho do aluno sob sua orientação, o orientador irá entregar duas delas ao NTCC, para envio aos demais membros da banca, professores designados pela Coordenação do Curso.

§ 5º – Em data e horário a ser designado pelo Núcleo de TCC, o aluno será submetido a uma banca de defesa oral, da qual fará parte o professor-orientador e os outros dois membros, designados pela Coordenação do Curso.

V - DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16 – A avaliação do TCC será feita pela Banca de Defesa Oral, que atribuirá o grau correspondente, que será creditado, no sistema acadêmico, no prazo oficial estabelecido pela UFRRJ para a apresentação dos resultados finais das disciplinas cursadas no período.

§1º – A avaliação, a que se refere o *caput* deste artigo, poderá resultar em nota de 0 (zero) a 10 (dez), apurada através da média aritmética dos graus conferidos individualmente por cada um dos membros da Banca de Defesa Oral.

§2º – A Banca de Defesa Oral avaliará o TCC quanto ao conteúdo, forma e metodologia.

§3º - O aluno será considerado aprovado se o seu TCC obtiver a nota mínima de aprovação estipulada pela UFRRJ para aprovação em disciplinas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Art. 17 – O Núcleo de TCC fará a divulgação da Banca de Defesa oral, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data estabelecida para a realização da defesa.

Art. 18 – A Banca de Defesa Oral, presidida pelo professor-orientador, será constituída por 3 (três) integrantes, todos professores do Curso de Direito da UFRRJ.

§1º- Em caso de co-orientação, o co-orientador integrará necessariamente a Banca, que será então composta de 4 (quatro) integrantes.

§2º– Tendo em vista o estímulo à multidisciplinaridade, eventualmente, admitir-se-á, a critério do NTCC, que integre a Banca de Defesa Oral professor originário de outro curso ou Departamento, ou mesmo de outra instituição, observada a pertinência temática do TCC e a atuação do referido professor.

Art. 19 – A defesa do TCC ocorrerá em sessão pública, previamente divulgada no âmbito do curso, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em qualquer dos *campi* onde funcione o Curso de Direito.

Parágrafo Único – Será concedido ao aluno, por ocasião da defesa do seu TCC diante da Banca de Defesa Oral, entre 15 (quinze) a 20 (vinte) minutos para expor a sua pesquisa, seguindo-se as perguntas dos membros da banca, no tempo máximo de 5 (cinco) minutos para cada um, as quais o aluno responderá em igual tempo.

Art. 20 – As defesas de TCC serão registradas em livro próprio de atas, assinadas pelos membros da Banca de Defesa Oral.

Art. 21 – Este Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.